

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

Reflexão sobre o Cardenho duriense

Abordagem teórico-projetual na região do Alto Douro Vinhateiro
Intervenção sobre a Quinta do Cruzeiro - Habitação coletiva para
trabalhadores sazonais

António Lopes Cardoso

M
2025



António Lopes Cardoso. Reflexão sobre o Cardenho duriense.
Abordagem teórico-projetual na região do Alto Douro Vinhateiro:
Intervenção sobre a Quinta do Cruzeiro - Habitação coletiva
para trabalhadores sazonais



M.FAUP
2025

Reflexão sobre o Cardenho duriense

Abordagem teórico-projetual na região do Alto Douro Vinhateiro
Intervenção sobre a Quinta do Cruzeiro - Habitação coletiva para
trabalhadores sazonais

António Lopes Cardoso

FACULDADE DE ARQUITETURA



Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientada pela Professora Doutora Ana Luísa da Silva Fernandes

Coorientada pelo Professor Doutor Luís Ferreira Rodrigues

Nota Prévia:

A presente dissertação organiza-se em dois momentos distintos de apresentação: uma primeira parte de carácter teórico, que serve de base e fundamento para a fase projetual subsequente, concebida enquanto resposta à problemática em estudo.

A estrutura da dissertação visa proporcionar uma leitura clara, sequencial e intuitiva. Para este efeito, sugere-se a sua leitura em dupla página.

O conteúdo de autoria alheia, encontra-se apresentado da seguinte forma: na citação de termos estrangeiros utiliza-se *itálico*; na citação de termos portugueses utilizam-se ""; em citações das conversas anexadas utilizam-se "", *itálico* e **vermelho**; em citações bibliográficas utilizam-se "" e *itálico*.

Obrigado,

Aos meus orientadores, Professora Ana e Professor Luís, pela generosidade, exigência e acompanhamento ao longo deste processo. Ao Professor Luís, agradeço também pelo apoio desde o primeiro ano — guia e amigo constante.

Ao Eng. David Guimarães, à Dona Fátima Santos, à Adriana Carvalho e ao Eng. Tiago Machado, pela confiança, pela partilha de ideias e pela cedência da Quinta do Cruzeiro, que tornou este projeto possível no plano técnico e humano.

Ao Jorge e à Domiziana, pela presença discreta, mas essencial, nos momentos de dúvida e de foco.

À minha família e amigos, pelo carinho, apoio e fé neste percurso.

Abstract

This theoretical-practical exercise arises from the need for a response, a potential solution, to a real and emerging problem. It started from dialogue and, consequently, from a mutual will between a speaker (the author) and an interlocutor, to create a new reality in the face of an emerging issue, thus reflecting itself as the starting point of the work. The ambition to highlight the common interest of a region, born from a collective need, transcends the limited dialogue between the two agents. Although the interlocutor may be understood as a client, the focus does not merely reflect the simple fulfillment of a design solution, but a greater motivation.

As a manifestation of this collective interest, the project is directed towards the Alto Douro Wine Region, where it revitalizes and adds to the built heritage. A place laden with memory, with an urgent need for answers to its social problems, linked to the vital activity of viticulture. The centuries-old interconnection between the landscape and Man raises questions about the evolution of workers' ways of life. The workforce settles or seasonally disperses, which motivates reflection on the evolution of the ways of life of the population under a seasonal work regime. It is at this point that this essay focuses, on the potential of a promising reality that coexists with the local communities and simultaneously with the recurring tourist community. Quinta do Cruzeiro, located in Vale de Mendiz, serves as a stage for simulating a reality that dignifies the life of the vineyard worker. The reversibility and adaptability of spaces are irrefutable maxims in the conception of temporary accommodation, facilitating constant human management. The design allows itself to be conducted by the historical context of the region and, above all, by the landscape shaped by Man, as well as by examples of seasonal architectural strategy, in order to clarify the design decisions.

Keywords

Accommodation, Flexibility, Community, Reversibility, Landscape, Roga

Resumo

Este exercício teórico-prático surge da necessidade de uma resposta, de uma potencial solução, a um problema real e emergente. Partiu do diálogo e, conseqüentemente, de uma vontade mútua, entre um locutor (o autor) e um interlocutor, em criar uma nova realidade perante uma problemática emergente, refletindo-se assim como o ponto de partida do trabalho. A ambição de evidenciar o interesse comum de uma região, fruto de uma necessidade coletiva, transcende o diálogo limitado entre os dois agentes. Apesar do interlocutor poder ser entendido como um cliente, o foco não reflete apenas o simples cumprimento de uma solução projetual, mas uma motivação maior.

Como manifesto deste interesse conjunto, projeta-se sobre a Região do Alto Douro Vinhateiro, onde se revitaliza e acrescenta ao património construído. Um local carregado de memória, com premência de resposta aos seus problemas sociais, aliados à atividade vital da vitivinicultura. A irmanação secular entre a paisagem e o Homem levanta questões sobre a evolução dos modos de vida dos trabalhadores. A mão-de-obra fixa-se ou sazonalmente dispersa-se, o que motiva uma reflexão sobre a evolução dos modos de vida da população em regime de trabalho sazonal. É neste ponto que este ensaio se debruça, na potencialização de uma realidade promissora e coabitante com as comunidades locais e simultaneamente com a recorrente comunidade turística. A Quinta do Cruzeiro, situada em Vale de Mendiz serve de palco para a simulação de uma realidade que dignifique a vida do trabalhador da vinha. A reversibilidade e adaptabilidade dos espaços são máximas irrefutáveis na conceção de alojamentos de permanência temporária, facilitadores da constante gestão humana. O desenho deixa-se conduzir pelo contexto histórico da região e, sobretudo, pela paisagem moldada pelo homem, assim como por exemplos de estratégia arquitetónica sazonal, de forma a clarificar as decisões projetuais.

Palavras-chave

Alojamento, Flexibilidade, Comunidade, Reversibilidade, Paisagem, Roga

Sumário

015	Introdução	
016	Desafio e Contexto	
017	Metodologia e Estrutura	
021	A região do Alto Douro	Capítulo 1
023	A singularidade do território	
035	O enquadramento social	
035	A velha memória social da região e o seu atual caráter	
045	A nova memória social da região e o seu futuro caráter	
053	A Arquitetura sazonal	Capítulo 2
055	A ideia de espaço	
059	Habitar: reversibilidade e flexibilidade	
067	Estudo de casos	
069	As Brandas e Inverneiras	
073	Os Palheiros	
077	As IATAs	
081	O Cardenho	
087	Projeto	Capítulo 3
153	Reflexão final	
157	Bibliografia	
161	Iconografia	
167	Apêndices	



Introdução

Atualmente, a nossa realidade prende-se com inúmeros enigmas que raramente são desvendados por meio do interesse comum. Apenas nos limitamos a que estes existam e deixamos que influenciem os milhares de pequenos acontecimentos que surgem no nosso quotidiano. A simples reação de curiosidade já não é suficiente para nos questionarmos sobre a origem dos mais vulgares bens, e até mesmo serviços. De onde vêm? Quem os faz? Quem são?

A escolha do tema da dissertação surge do confronto entre dois interesses pessoais e duas questões sociais emergentes. Por um lado, a questão da imigração, por vezes temporária ou até mesmo duradoura e, por outro lado o problema da habitação, mais concretamente relacionado com a sua necessidade igualmente temporária. Neste caso de estudo, a segunda problemática antecede a primeira. Reconhecendo a emergência factual de ambos estes problemas apresentados, nesta dissertação propõe-se desenvolver uma investigação que permita à disciplina da Arquitetura dar uma resposta científica e projetual aos desafios estudados. Deste modo, temas como: a diversidade dos modos de vida contemporânea, a facilidade de recolocação populacional, as novas oportunidades de trabalho no exterior, a fusão de realidades, culturas e hábitos dada uma forte imigração, são inteiramente relacionados e necessários de serem pensados e refletidos nesta dissertação.

Num mundo onde a globalização das matérias-primas é notoriamente crescente, verificamos que a forma como produzimos, distribuímos e consumimos mobiliza as nossas sociedades e molda as nossas áreas urbanas e rurais, transformando radicalmente as respetivas geografias e paisagens. Todo o paradigma entre as necessidades humanas e o vasto leque de exigências do consumo alimentar tem motivado uma reflexão sobre as paisagens produtivas relacionadas com a alimentação, a nível internacional, através do conceito de *foodscapes*¹ - correspondente à metamorfose dos territórios e áreas agrícolas, quer sejam novos, quer constituam o património paisagístico identitário de uma região.

Neste contexto, elege-se a região do Alto Douro, desenvolvida ao abrigo da produção maioritariamente vinícola, como local de estudo e atuação do projeto de arquitetura a desenvolver. Esta escolha deve-se à

¹ Conceito desenvolvido e exposto pelo Pavilhão espanhol para a 18ª edição da Bienal de Veneza, de 2023. Visível em: Foodscapes

proximidade do autor com a região, com todo o processo de produção envolvente e, conseqüentemente, por um forte interesse subjacente. A par destas motivações é possível constatar uma desadequação morfo-territorial, face à vasta vaga de mão de obra que se propõe a trabalhar anualmente nesta região. Esta é uma mão de obra que se demonstra crescentemente alheia ao território, de diversas origens e contextos, mas inteiramente relacionada com a produção agrícola e respetivos métodos, que, por sua vez, são importantes para o estudo do território.

Posto isto, a presente dissertação focar-se-á no desenvolvimento de uma solução de habitação coletiva que procure repensar o modo e nível de vida dos trabalhadores durante o período laboral e estudar toda a atividade estratégica humana por detrás da produção. A escolha deste tema pretende contribuir para o aprofundamento de uma temática emergente, bem como para o universo da arquitetura adaptativa e potencialmente, flexível, estabelecendo, ainda, a respetiva articulação com um projeto concreto e com o contexto social e territorial no qual se insere.

Desafio e Contexto

“Sempre que o empregador ou utilizador do trabalho ou da atividade forneça alojamento ao trabalhador sazonal, a título oneroso ou gratuito, deve garantir que o mesmo obedece às normas de salubridade e segurança em vigor, devendo o mesmo ser objeto de um contrato escrito ou de cláusulas do contrato de trabalho, com indicação das condições de alojamento.”²

Reconhecendo a importância do decreto-lei, a sua menção visa tornar transparente o objetivo fulcral deste desafio, o alojamento enquanto espaço dinâmico, digno e facilitador da rotina do trabalhador comum.

O presente exercício foca-se no projeto de ampliação e reestruturação da Quinta do Cruzeiro, como estabelecimento de apoio a um conjunto máximo previsto de 50 indivíduos, enquanto mão-de-obra sazonal, ao serviço da empresa vinícola da Taylor's. Tal como sobressai no decreto-

² República, A. d. (2022). Decreto-Lei n.º 18/2022, Série I, Artigo 56.º D - Direitos, igualdade de tratamento e alojamento. Diário da República. Visível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/18/2022/08/25/p/dre/pt/html>

lei exposto, o alojamento é o grande tema da proposta, no qual se procura o desenho de uma realidade promotora de dois usos distintos em simultâneo. O uso do trabalhador sazonal e o do turista, sendo o primeiro, enquanto entidade central de toda a atividade da Quinta e da região agrícola Duriense, o foco central deste estudo. Procura-se, portanto, perceber a relação dos seus hábitos diários com o uso dos espaços.

O local de intervenção situa-se nas extremidades do pequeno aglomerado rural de Vale de Mendiz, no município de Alijó, num cume de uma das variadas encostas do rio Pinhão. O terreno não só desfruta de uma paisagem rica de socacos e taludes, como contribui para a mesma, estando assente num dos principais planos de visão, com um total de 2157m². Procura-se o desenho de alojamento adaptável/flexível para realidades distintas: para fins de habitação temporária com o esforço de perceber a realidade atual do setor laboral sazonal na região demarcada do Alto Douro Vinhateiro, mais concretamente do município, e para acolher visitas interessadas em perceber o dinamismo humano, relacionado com a atividade agrícola do vinho.

Para este exercício existe um cliente real, um programa e um local de intervenção. Contudo, o resultado da proposta projetual procura tornar-se num primeiro exemplo sensível a este tema da habitação temporária e sazonal. Esta sensibilidade é suportada por investigação, debates, desenho e vontade de potenciar a vida humana da região.

Metodologia e Estrutura

O presente trabalho é composto por dois capítulos iniciais que complementam um terceiro de âmbito projetual, que é o grande enfoque da dissertação. Este exercício de projeto não procura solucionar a problemática, desenvolvida nos anteriores capítulos, mas apresentar uma resposta que se pretende coerente e sensível face ao objeto de estudo.

De forma a conseguir concretizar a execução das diversas etapas desta dissertação e potenciar a sua produtividade, é necessário compreender e identificar as temáticas a partir das quais se estrutura a reflexão teórica e se apoia a prática projetual. Com base na recolha bibliográfica, do estudo

da mesma já selecionada, e de dados digitais, pretende-se analisar a documentação sobre a atualidade e passado da região e organizá-la em prol do objeto de estudo. Relativamente ao trabalho de campo procedeu-se à realização de levantamentos fotográficos, acompanhados por desenhos do terreno de intervenção e plantas do edificado, com a atualização ou correção dos mesmos. Por sua vez, de forma a melhor entender o espírito comunitário e social da povoação foram efetuadas entrevistas informais e individuais tanto à população local, como também a técnicos da atividade agrícola e ao próprio proprietário da Quinta e da entidade produtora. Consequentemente, respeitou-se um cronograma com a identificação das diferentes etapas de toda a investigação e a respetiva calendarização, definida no plano de trabalho.

Numa primeira fase, evidencia-se o território em causa, optando-se pela análise do contexto geral e geográfico da região. Daqui surge a necessidade da comparação evolutiva entre diferentes momentos históricos do local e de compreensão da dinâmica demográfica, agrícola e social da região. Este estudo prévio fomenta o entendimento sobre o cariz social que o projeto deve ter em consideração aquando o seu desenvolvimento. Por outras palavras, o entendimento do caráter humano da região e a sua evolução ao longo do tempo permite a criação de um projeto que visa o melhoramento da qualidade de vida humana e que clama pela dignidade e igualdade social.

Numa segunda fase, a dissertação foca-se no aprofundamento do conceito da arquitetura sazonal/adaptativa, de resposta rápida a problemas emergentes. Inicialmente, o estudo incide sobre a ideia de espaço e o seu valor perante o tempo indeterminado, apoiado em diferentes conceitos e, por fim, no estudo de casos, relevantes para o melhor entendimento do tema.

A terceira fase, é dedicada ao projeto e ao seu processo projetual e tectónico. A proposta desenvolve-se em simultâneo com explicação teórica, de forma a potenciar e fundamentar as decisões projetuais. O método parte do geral para o particular, desde a implantação e o estudo topográfico ao detalhe material e construtivo. A elaboração do programa juntamente com os interlocutores marca o início do projeto sobre o terreno de intervenção. As constantes visitas e o levantamento territorial e fotográfico, auxiliados pela memória do local, permitiram

responder à questão da implantação. O estudo complementar de casos, desenvolvido no segundo capítulo, ajudou na compreensão da métrica e escala do projeto. Posto isto, paralelamente às várias etapas do processo projetual, o trabalho vira-se para o seu discurso escrito. A expressão escrita privilegia, de facto, o projeto, oferecendo um cuidado explicativo e expositivo ao projeto. Torna-se uma forma de reconhecer o projeto como uma prática interdisciplinar.



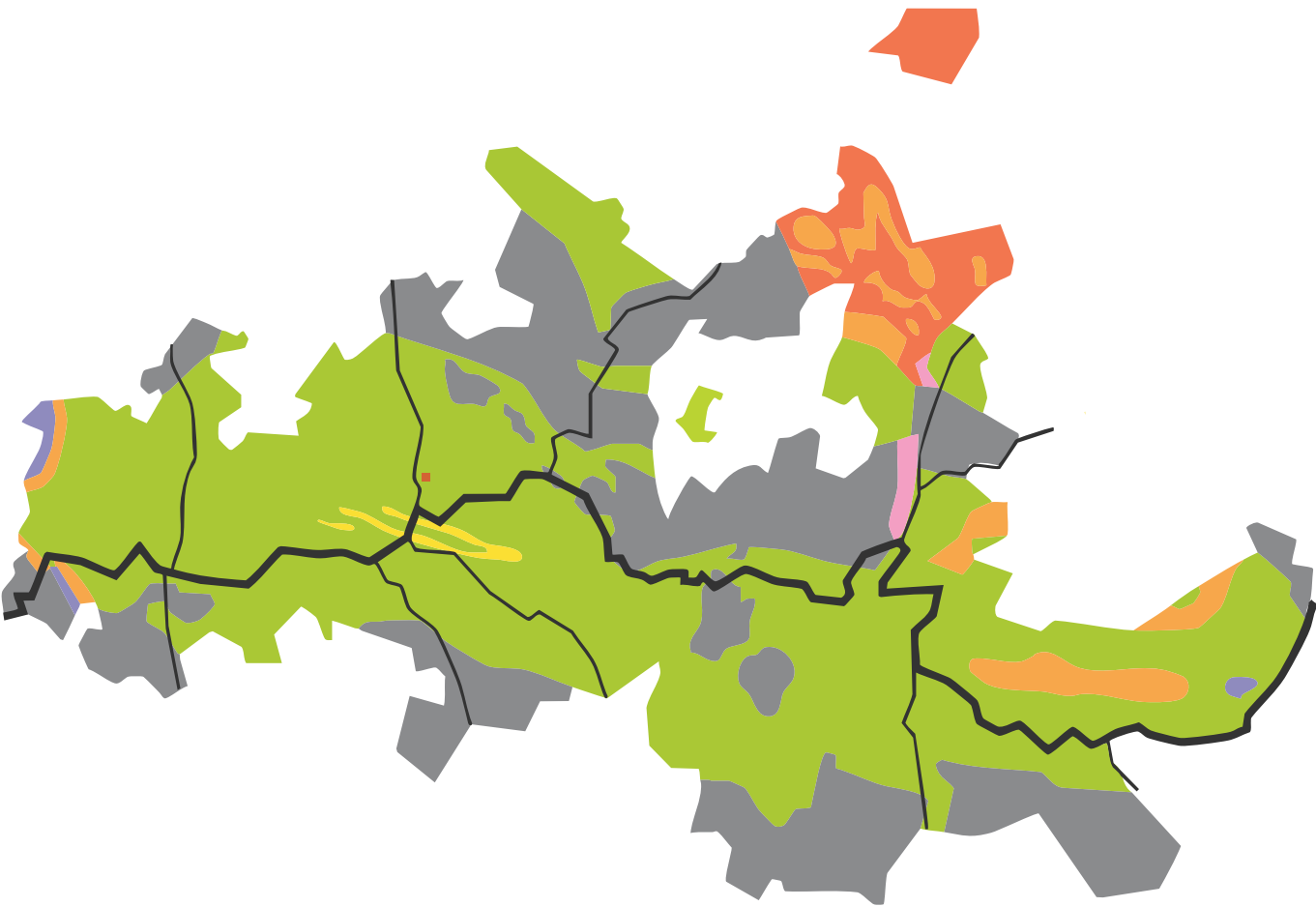
A REGIÃO DO ALTO DOURO

Capítulo 1

“A paisagem modeladora do homem; o Homem remodelador da paisagem.”³

2 — (Imagem) Marcação de espaços regulares no terreno, em Sebadelhe. (1933)

3 — Girão, A. (1941). *Imagens regionais*. Coimbra. in DOMINGUES, A. *Douro a la carte*. P. 5



- complexo xisto-grauváquico
- granitos
- xisto e grauvaquo
- micaxistos, grauvaques, gnaises
- xistos argilosos
- areias, calhaus rolados
- cascalho
- Quinta do Cruzeiro, Vale de Mendiz

3 Cultura geológica do solo da Região Demarcada do Douro (RDD)

A singularidade do território

É necessário analisar as palavras de Amorim Girão, que são certeiras e singulares na caracterização da província de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A partir delas é possível entender a relação direta entre o Homem e a terra, e desta a respetiva evolução e transformação até à atualidade.

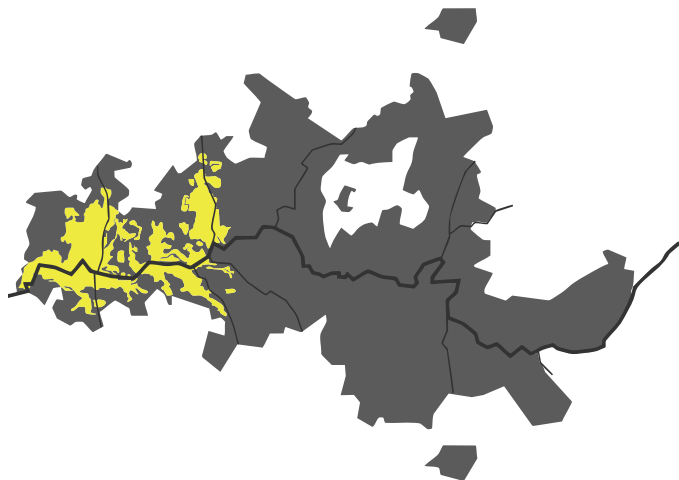
O Douro é muito mais do que a vinha e o seu vinho. Sem a sua história não haveria os momentos de desespero e superação face às exigências da sua natureza, do seu solo. A região suporta o caráter de uma comunidade que nasce da sua terra, enquanto matéria, e da variação dos fenómenos biofísicos a que esta é sujeita. Desde a vasta amplitude térmica, entre o rigor do Inverno e as elevadas temperaturas secas do verão, “à torreira do sol de Verão que torna as uvas doces, ou à frescura que desenvolve os aromas do fruto maduro, ou ao cataclismo da tempestade de granizo que tudo destrói ainda o bago mal despontou”⁴.

Parece existir, atualmente, um certo receio em intervir neste tão aclamado território do Alto Douro Vinhateiro. Não se sabe se pelo grande compromisso em ter de criar algo que respeite e coabite com o que já existe ou pelo facto de se tratar de uma paisagem protegida e, portanto, efetivamente condicionada nos mecanismos de intervenção. Nesta equação não se valoriza simplesmente o presente, mas sobretudo o passado, onde a história e o impacto da mão humana na paisagem é evidente e enaltecido. De onde surge a singularidade deste território? Num espectro territorial mais extenso, o norte transmontano é uma província cujo contraste com as suas além-fronteiras é nítido, desde as suas paisagens ao Ser de quem as habita. Falamos de uma paisagem carregada de tons severos, onde predominam os cinzentos e acastanhados, distintivos do litoral e sul português, onde a flora se torna mais evidente e de fácil associação, dada a baixa intensidade vegetal. Por sua vez, o solo, expresso pela simplicidade dos campos e pelos socacos repetidos, é mais duro, no qual predominam o xisto e o granito.

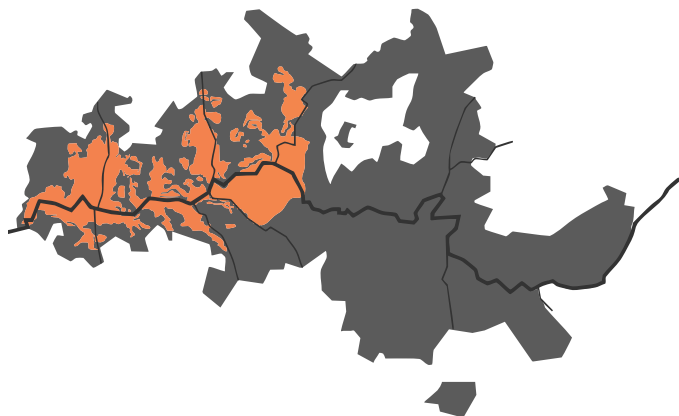
Desta forma, no retrato dos povos transmontanos, em concreto dos seus antepassados, falamos de um caráter retraído face a comunidades alheias ou vizinhas. Comunidades dispersas entre si, fiéis às suas tradições comunitárias, associadas a um contacto direto e apaixonado com a sua natureza envolvente, contrastando com a atual dinâmica socioeconómica

4 DOMINGUES, Á. (2021). *Paisagem e Arquitetura: da Vinha e do Vinho Simplesmente... Vinho*. Porto. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 2

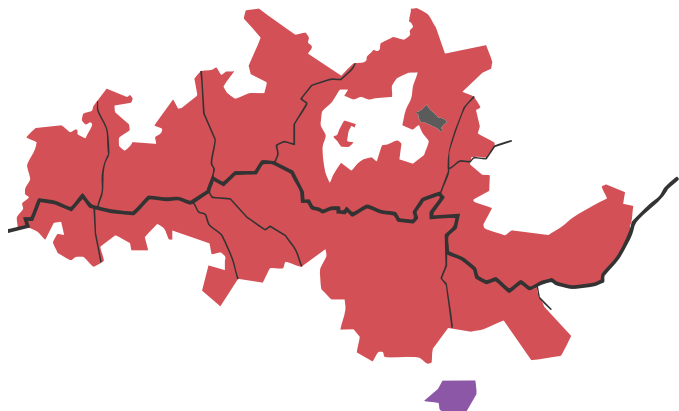
1756 - 1761
1ª demarcação dos “vinhos de feitoria” também conhecida como “demarcação pombalina”. Neste período foram implantados 335 marcos de granito. Os limites da região não ultrapassavam o vale do rio Pinhão.



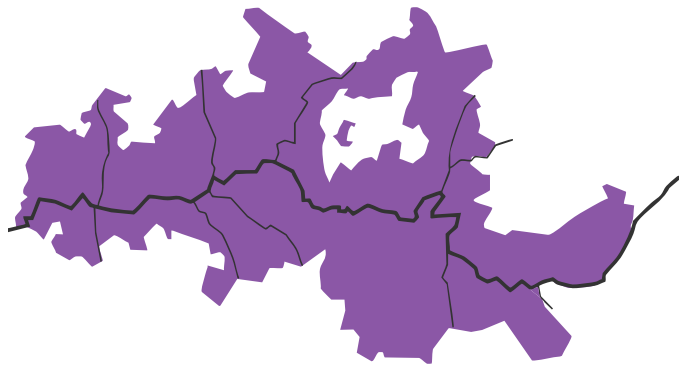
1788 - 1793
2ª demarcação dos “vinhos de feitoria”. Os limites não ultrapassavam o Vale de Ribalonga, nas proximidades do Cachão da Valeira, onde o rio ainda era navegável.



1907
3ª demarcação que abrange o Douro Superior até à fronteira com Espanha.



2014
última e mais recente demarcação



4 Evolução da área correspondente à RDD

e globalizada da região.

A região de Trás-os-Montes e do Alto Douro, tal como o Inquérito à habitação rural indica, representa-se por meio de uma extensa área rural com alguns polos urbanos, cujas fronteiras são relativamente fáceis de definir: a Norte e a Nascente a fronteira com Espanha; a sul a divisória administrativa que separa o grupo de concelhos contíguos de Lamego, Armamar, Tabuaço, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz-Côa, do grupo constituído por Tarouca, Moimenta da Beira, Penedono, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo pertencentes já à província da Beira-Alta; a oeste, as províncias do Douro Litoral e do Minho.

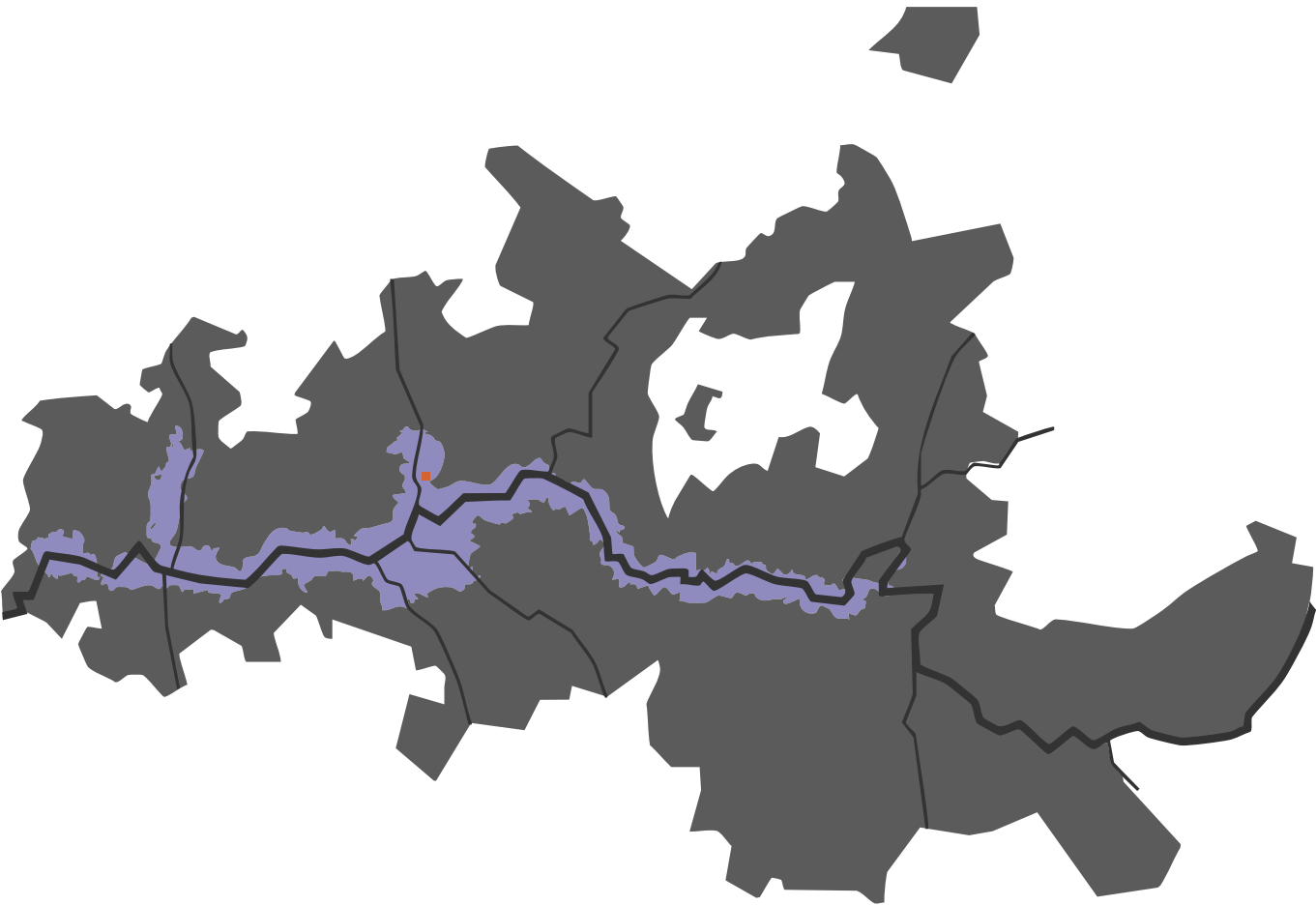
A separação entre o Minho e Trás-os-Montes torna-se evidente quando se observa o vasto território além-duriense num mapa de relevo detalhado. Como bem observou Amorim Girão⁵, parece que “a região minhota e a região transmontana se encontram por assim dizer de costas voltadas - uma inclinando-se para o mar, e a outra caindo em degraus sucessivos para o rio Douro”. Todo o território transmontano é, na verdade, profundamente interior e continental, com características alheias ao litoral marítimo, perceptíveis tanto nas condições climáticas quanto no caráter das pessoas locais. Importa delimitar quais as manchas representativas da região demarcada do Douro⁶ (RDD) e a que, desde 2001, se encontra definida, pela UNESCO, como Património Cultural da Humanidade, enquanto “Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva”⁷. Este enaltecimento da região permitiu reconhecer os valores intrínsecos da região, focando-se nas margens do rio Douro e das respetivas áreas circundantes e rios afluentes.

Para esta delimitação patrimonial foi necessário um estudo de caracterização do território para melhor compreender que áreas abranger e as suas similaridades. Deste modo, este permitiu estabelecer todo um espaço territorial que representasse um caráter paisagístico da Região Demarcada do Douro e das suas três sub-regiões, da mais

5 BASTO E.; BARROS H. (1943). Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro). Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 268-269

6 AGUIAR, F. (2022). O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva. Douro: Estudos & Documentos, (13). 10. P. 145. Visível em: Douro: Estudos & Documentos_13

7 Comunicação baseada no texto coletivo da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a património Mundial da Unesco



- demarcação
- Quinta do Cruzeiro, Vale de Mendiz

5 Demarcação da área protegida pela UNESCO | Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade

atlântica à mais mediterrânea; que incorporasse, de forma coerente, os valores mais significativos da região e que apresentasse um bom estado de conservação, permitindo apenas um número mínimo de elementos intrusivos pontuais⁸.

A candidatura à classificação da UNESCO permitiu colocar em evidência o valor excecional e universal da paisagem vitícola Duriense. Esta delimitação centrou-se num conjunto de quatro aspetos base justificativos. Em primeiro lugar, a relação única entre o ser humano e a natureza em condições de escassez e adversidade dos elementos naturais, como a água, o solo e as encostas íngremes. Por conseguinte, tal como defende Orlando Ribeiro, “a vinha encontra aqui o optimum da sua cultura: o ar seco, a temperatura mais constante durante os meses de maturação do fruto, fazem com que ela se defenda melhor dos seus inimigos naturais”⁹, o fruto dessa interação resulta de um conhecimento profundo das culturas mediterrâneas e da sua adaptação à escassez e desafios dos elementos naturais, onde a vinha se destaca como cultivo principal, em associação com a oliveira e a amendoeira. Esta área constitui um exemplo notável de paisagem que ilustra diferentes períodos da história humana, refletindo diversas formas de organização da vinha ao longo das épocas, adaptadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, contudo, preservando uma identidade forte e mantendo saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais das comunidades locais. Por último, são de realçar a riqueza e a diversidade da sua arquitetura vernacular¹⁰.

A designação de *Território Patrimonial*, proferida pela Organização das Nações Unidas, simboliza uma importante conquista coletiva para o território do Douro e Região Norte, tendo trazido mudanças significativas. Este reconhecimento contribuiu para o desenvolvimento socioeconómico, elevou o prestígio internacional da região, protegendo assim a paisagem vitícola tradicional, formada pela dedicação e determinação da sua população.

Contudo, a paisagem é construída, humanizada. “Não existem paisagens

8 AGUIAR, F. (2022). *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva*. Douro: Estudos & Documentos. (13), 10. P. 145. Visível em: Douro: Estudos & Documentos_13

9 RIBEIRO, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. C. Editora, Ed. (Ed. Limitada). P. 24

10 AGUIAR, F. (2022). *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva*. Douro: Estudos & Documentos. (13), 10. P. 146. Visível em: Douro: Estudos & Documentos_13



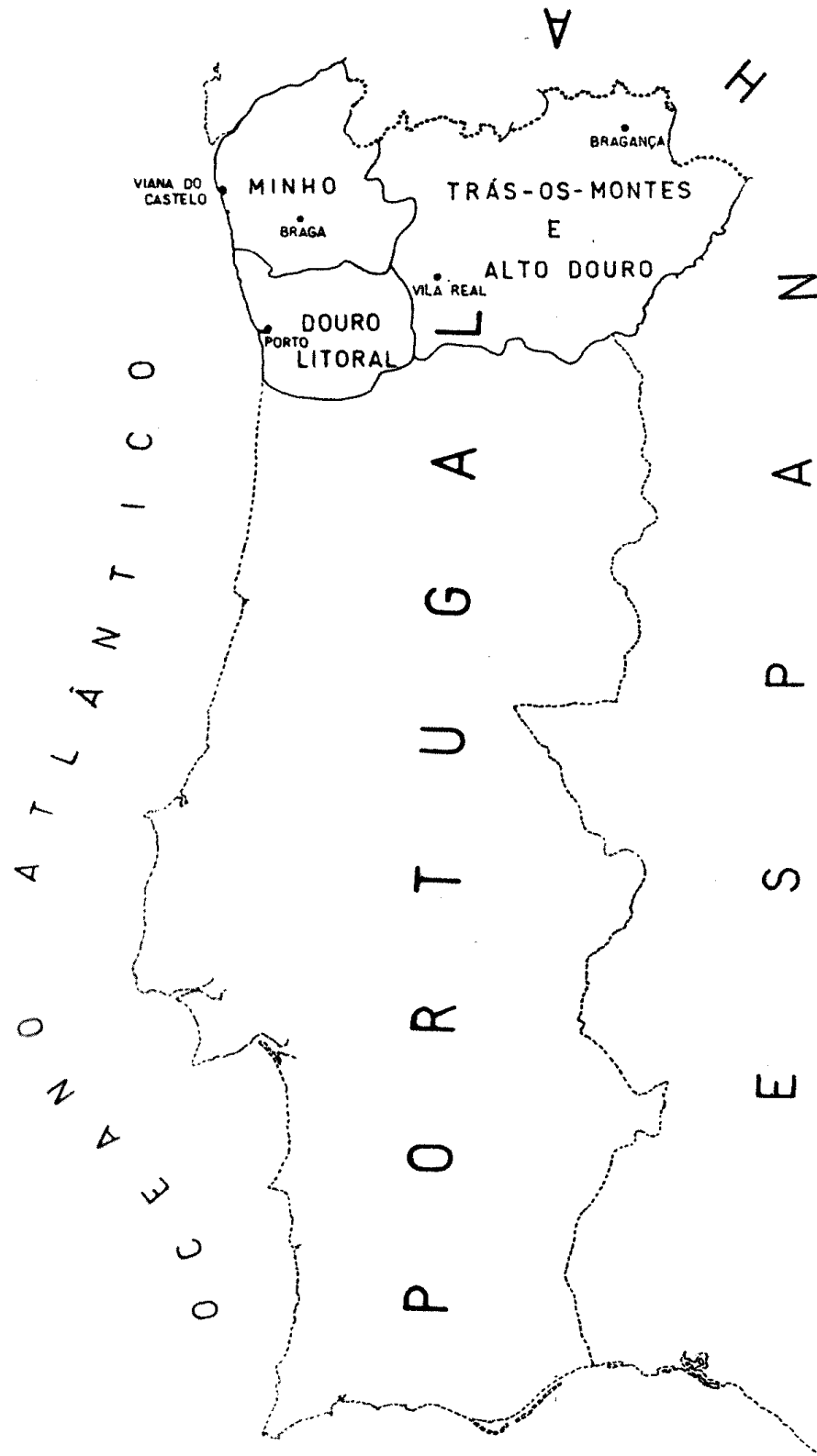
6 Vista de Vale de Mendiz. Alusão ao mosaico dos vinhedos durienses

tal como são”¹¹, por melhor que a sua reportagem e divulgação seja feita. Posto isto, não existem paisagens para sempre, porque a paisagem é um registo provisório de um processo que está em constante mudança. Muda e mudará a sociedade e, por sua vez, a própria paisagem. Álvaro Domingues afirma que “cada produtor de uvas representa uma cultura, um saber técnico, uma história de vida, um especial vínculo com a terra, com a vitalidade das videiras “as vinhas gostam de ver os donos”. Cada um é uma parcela do grande mosaico da paisagem (...)”¹². Agora, somos testemunhas de uma dualidade entre realidades que aparentam impor-se, não sendo necessariamente opostas. Por um lado, trata-se de uma paisagem em mutação e, por outro, uma paisagem enquanto marcador identitário de uma região. Este marcador pode e deve ser um tema a abordar, mas o que é, neste caso, a identidade da região? Falar sobre identidade é abraçar a evolução humana, quer pela sua aceitação quer pela sua submissão aos acontecimentos imprevisíveis da natureza e do tempo. Deste modo, é possível questionar sobre o que aconteceu ao povo retraído e disperso que há muito habitava o nordeste português, cujo caráter, atualmente, se transformou, expressando-se em espírito, em vez da sua forma original, demonstrando-se, conseqüentemente, quase extinto. Em virtude disto, denota-se, agora, um mundo duriense ligado à metrópole e ao mundo, com um maior contacto entre comunidades regionais e globais, que expressam a vontade de partilhar a sua essência. Desde o século XVIII que o cultivo da videira governa a região, o que não significa uma perda de autenticidade face ao seu passado. Embora não seja o foco desta dissertação aprofundar o que é ou não o autêntico duriense, é relevante fazer realçar a atitude de apropriação das comunidades locais sobre as qualidades da terra e a aceitação da realidade, dando resposta às adversidades da vida concreta.

Publicado em 1943, o já mencionado *Inquérito à Habitação Rural* visava compreender as condições do alojamento das famílias dos trabalhadores e dos pequenos agricultores nas diversas regiões portuguesas e determinar como se deveria melhorar os recursos agrícolas e estatais. O Arquiteto e Professor Eduardo Alberto Lima Basto, com o apoio e conselho do aclamado geógrafo português,

11 DOMINGUES, Á. (2024). *Douro a la carte*. P. 54

12 DOMIGUES, Á. (2024). *Terra Soalheira*. P. 5



7 Mapa com a divisão das províncias do território nacional norte, que respeita o 1º volume do Inquérito à Habitação Rural

Orlando Ribeiro¹³, dividiu o território português em 6 zonas/regiões, reconhecendo que cada possuiria a sua identidade, diversa de todas as outras. Encarregou, para cada região, um Arquiteto sénior, com um historial valorizado a nível profissional e diretamente associado à respetiva região. Ao encargo da “Zona 2 - Trás-os-Montes e Alto Douro”¹⁴ ficou o arquiteto Octávio Lixa Felgueiras e os respetivos estagiários de acompanhamento, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias.¹⁵ É na região de Trás-os-Montes, na zona 2, que o foco deste trabalho se enquadra, não numa ótica de comparação inter-regional, mas na perceção evolutiva face às condições de vida desta região. Interessa-nos perceber, através deste inquérito, a qualidade das habitações na metade do século XX, contrapondo com a realidade atual, de forma a conseguirmos compreender os esforços e, conseqüentemente, a evolução da habitação rural duriense em contexto nacional português, com particular interesse pela habitação temporária, ou melhor, de uso temporário, de associação à arquitetura sazonal regional. Num contexto geral, devemos reter que a província de Trás-os-Montes e Alto Douro, caracterizava-se à época por um “equilíbrio, melhor dizendo por diferenciações sociais relativamente pouco marcantes”¹⁶, ou seja, nos aspetos sociais da repartição da riqueza e do nível de vida das populações. Não se pretende demonstrar que não haja, de facto, uma divisão clara de riqueza, associada a uma hierarquia social nas propriedades e formas de exploração do território, mas que esta realidade não é comparável às “condições crematísticas do sul”¹⁷. Nem a pequenez de pequenos casais e simples assalariados descia às “condições miseráveis e inseguras do jornaleiro temporário dali”¹⁸. É na realidade sazonal que o estudo se pretende aprofundar, pois revela-se como uma realidade duradoura, por vezes eterna. Contrapondo com a situação do sul português, é importante evidenciar, à época, a existência de “pouco numerosos casos extremos de fartura ou miséria e nitidamente

13 DIAS, C. (2013). *Memórias de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Nos 55 Anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. O. Omnia, Ed. P. 29
14 Ibid. P. 29
15 Três figuras alegóricas à arquitetura moderna do século XX, com formação na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP).
16 BASTO E.; BARROS H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 289
17 Ibid. P. 288
18 Ibid. P. 288

predominantes de mediania”¹⁹, para que a situação duriense não se reconheça como irremediável.

Contudo, atualmente conseguimos verificar um novo entendimento da situação contratual dos trabalhadores temporários. A partir do documento escrito pela ProDouro²⁰, *Nova Casa do Douro*²¹, formalizou-se uma proposta para a defesa e representação de todos os vitivinicultores, desejada para a sustentabilidade da RDD, nas vertentes: económica, social e ambiental. Do conteúdo apresentado destaca-se a proposta de um contrato coletivo de trabalho²², capaz de defender “a dignificação e remuneração compensadora dos assalariados agrícolas e esclarecimento de índices de produtividade do trabalho”, representativo de um esforço catalisador de um futuro promissor. Deste modo, verifica-se um indício de uma inversão na tendência identificada pelo subcapítulo “*Habitações Temporárias (“Cardenhos”)*”²³ e recentemente corroborada pelo testemunho da Dona Fátima Santos²⁴: “(...)a maior parte das outras empresas dormiam em colchões de palha, onde tinham que levar roupa ou até um cobertor, só para se taparem, mais nada (...) Prai, há 20 anos”, relativamente à dignificação da vida dos trabalhadores, defendida pela ProDouro.

Em análise ao referido subcapítulo é curioso observar a diferença entre o querer e o fazer, a intenção e a prática, no que concerne ao cumprimento das condições de habitabilidade em regime de alojamento temporário, consideradas relevantes. O próprio inquérito evidencia

a “*forma flagrante como estas regras*”²⁵ *deixam de ser atendidas*”²⁶, através da exposição de inúmeros exemplos deste tipo de alojamentos. Existe e parece ter sempre existido, a partir da análise do Inquérito, um problema geral na habitação em todo o país, nomeadamente no nosso país rural. Desde o início do século XX que nas zonas urbanas o problema é maioritariamente quantitativo e nas zonas rurais qualitativo. Estes não se podem complementar e solucionar, pois os modos de vida, os fatores socioeconómicos e as exigências do quotidiano são diversas. A intervenção no urbano é diferente da intervenção no rural e, consequentemente, a intervenção no rural contemporâneo requer uma abordagem mais cuidada e atenta, que no rural do pós-guerra mundial. Hoje em dia a noção perspética de “casa” em contexto rural, evoluiu do abrigo de sobrevivência para um espaço com muitas outras valências. Uma habitação com condições necessárias e indispensáveis para que cada um dos membros da família possa disfrutar da verdadeira saúde²⁷, aliada a condições facilitadoras à sociabilidade e ao recreio, também consideradas indispensáveis à felicidade do ser humano.²⁸

19 Ibid. P. 289

20 Associação, sem fins lucrativos, dos vitivinicultores profissionais do Douro, criada para a defesa dos valores da qualidade e valorização das propriedades e suas produções.

21 Documento visível no site da ProDouro em: ProDouro_ Competências para a Nova Casa do Douro (propostas)

22 Um contrato específico para a RDD. A certificação das empresas de trabalho temporário regionais e afins no cumprimento do cct regional e nas simples obrigações para com os assalariados, mormente os imigrantes.

23 Tema aprofundado na Secção A, no capítulo II, *A Região Demarcada do Douro*, na obra *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*

24 Trabalhadora auxiliar na Gestão de Recursos Humanos da Quinta do Cruzeiro e outras Quintas satélite, em prol da Fladgate’s partnership. Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 20

25 Foram apresentadas um conjunto de regras que defendem condições dignas de higienização pública, relativamente ao arejamento e iluminação dos cardenhos, concluindo-se que estes “se encontram mais ou menos fora de todas as regras da Higiene, neste pormenor fundamental”. Estas regras advém do estudo realizado pelo Prof. Dr. A. X. Lopes Vieira, em “Lições de Higiene Pública”.

26 BASTO E.; BARROS H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 397

27 Ibid. P. 5

28 Ibid. P. 5. Aquando a abordagem sobre os pontos de vista da higiene e moralidade, que refletem na privacidade e descanso individual.

A velha memória social da região e o seu atual carácter

Paralelamente à evolução da paisagem duriense, o carácter do seu povo foi sendo moldado por variadas gerações e culturas. Cada um deixou o seu legado e parte dos seus genes, contribuindo para o Ser do atual povo duriense. O Homo Duriense²⁹ não é nada sem a sua adjacência territorial. O Homem é da terra e a terra é das ambições do Homem.

*“Após a reconquista feita nos reinados de D. Afonso Henriques até D. Afonso III, as gentes do Douro eram muito diminutas e muito dispersas devido à desertificação provocada pelos Romanos e pelos Bárbaros”.*³⁰

O Norte de Portugal, outrora uma região de mera transição, não estimulava uma fixação duradoura das populações nem a prática intensiva dos atuais moldes de agricultura. Foi na Idade do Ferro, que a região, habitada pelos Celtiberos e Lusitanos, começou a assistir às primeiras fixações populacionais, através dos castros. Eram povos que viviam primordialmente da agricultura, da pecuária e da metalurgia, atividades que contribuíram para a organização social e económica do território. Associados às já conhecidas condições naturais hostis estavam os choques nos modos de vida diversos ou da oposição histórica e brutal intrarregional. A agricultura sofria com a instabilidade social, tendo desde sempre de se proteger do desconhecido e do perigoso. Com isto, o povoamento era fortemente ponderado e estratégico, tendencialmente em pontos altos e fáceis de se defender, onde as casas se iam aglomerando.

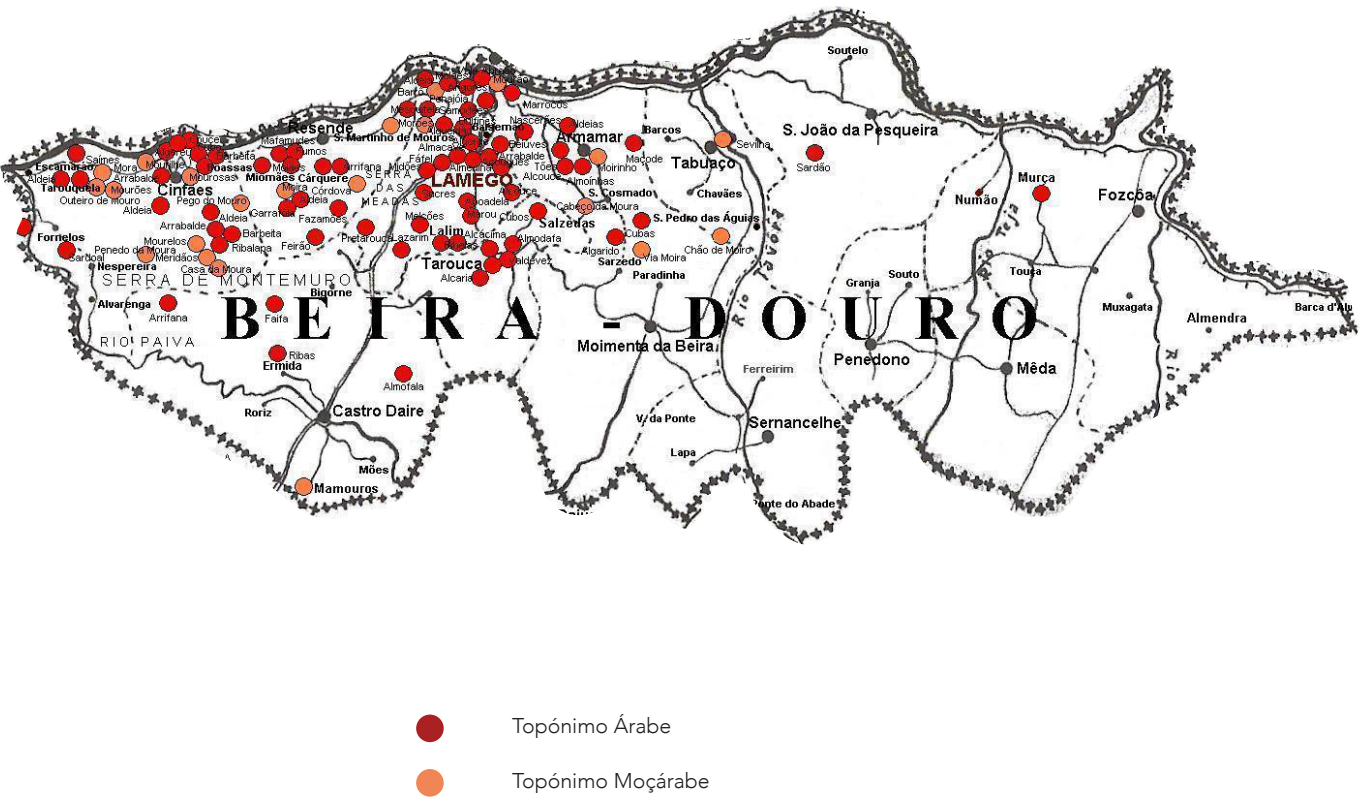
Posteriormente, com a chegada dos Romanos deram-se importantes avanços catalisadores de uma identidade e economia comum regional. Foram estes a construção de estradas, pontes e sistemas de irrigação, oficializando o cultivo da vinha como meio para produzir vinho, “Tudo indica que a vinha e o vinho tenham sido trazidos pelas legiões romanas e que, desde então até hoje, durante essa longa linhagem se foi apurando uma alquimia de essências (...)”.³¹

Contudo, apesar do declínio do Império Romano, fruto das invasões germânicas e, posteriormente, da Reconquista Cristã e período da Idade Média, cujo cultivo da vinha, apoiado pelas entidades eclesiásticas

29 Conceito aprofundado por Manuel da Silva Marques em MARQUES, M. (2005). *O Homo Duriense e a sua identidade*. DOURO. Estudos & Documentos, III (19).

30 Ibid. P. 57

31 DOMIGUES, Á. (2024). *Terra Soalheira*. P. 2



locais, se expande e se formaliza enquanto atividade central da economia da região, é com a chegada dos árabes que a videira ganha o seu protagonismo. Estes optaram por se estabelecer, atraídos pelas condições climáticas e agrícolas que rememoravam o norte da África. A região apresentava um clima mediterrâneo e uma topografia de montes que evocava as suas cordilheiras nativas a norte, criando um ambiente que lhes era familiar. Não surpreende que muitos árabes tenham permanecido na Península Ibérica, mesmo após a reconquista cristã. Curiosamente, o último monarca mouro, após a sua total rendição, decidiu permanecer voluntariamente na região, aceitando o batismo e a conversão ao cristianismo, o que lhe garantiu o direito de continuar a governar a atual região de Lamego³².

Neste contexto, a cultura da vinha foi desenvolvida e consolidada, ascendendo ao estatuto de principal fonte de riqueza do Alto Douro, marcando profundamente o desenvolvimento agrícola e económico da região.

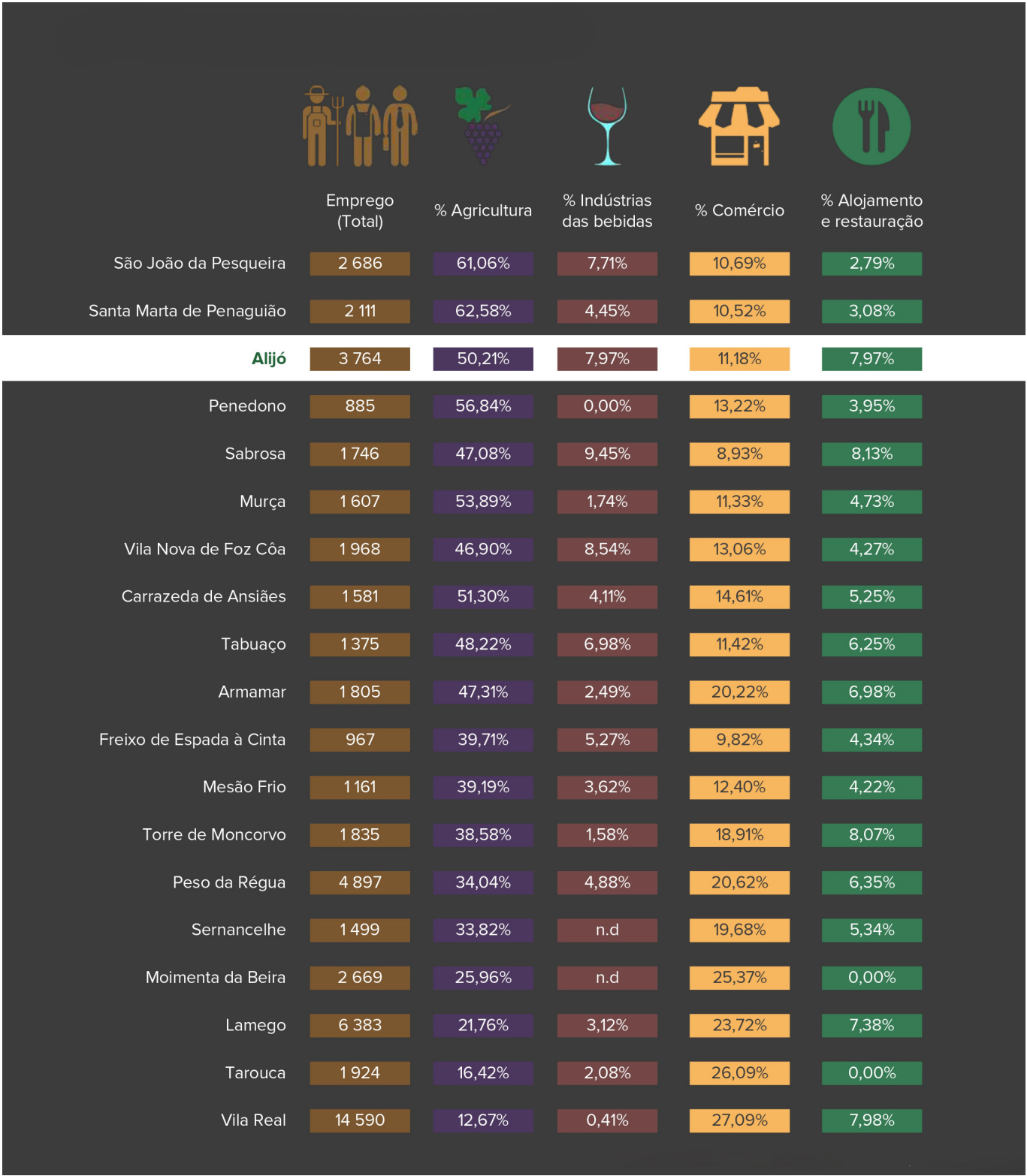
Com os esforços de repovoamento cristão, a cultura da vinha floresceu, espalhando-se amplamente, sobretudo na margem norte do Douro, em detrimento da margem sul. A região do Alto Douro, à medida que os seus vinhos foram ganhando renome e admiração, tornou-se célebre, e a viticultura consolidou-se como a *alma mater* da agricultura portuguesa, simbolizando o núcleo e a essência da produção agrícola nacional.

A influência árabe tem um papel notório na região, desde as fortificações, à arquitetura, à cultura, aos usos e costumes e à toponímia³³. O vocabulário duriense tornou-se repleto de expressões árabes que não se associam necessariamente ao curto tempo da sua estadia, assim como os costumes e práticas. Os simples e tão importantes termos como “cardenho” e “socalco” são, para uns, apenas duas construções de xisto, e para outros, duas bênçãos que moldaram a atividade agrícola local. “*Os berberes montanheiros eram mestres na construção de socalcos e na arboricultura*”³⁴, o que reconhece o evidente contributo empregue na transfiguração da paisagem duriense.

32 FERREIRA, M. (2004). *O Douro no Garb Al-Ândalus: a Região de Lamego durante a presença árabe. V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro*. Universidade do Minho]. Braga. P. 111

33 Ibid. P. 85

34 RIBEIRO, O. (1991). *Opúsculos geográficos* (Vol. IV). Fundação Calouste Gulbenkian. P. 109



9 Empregabilidade nos principais setores económicos dos munípios da região do Alto Douro. Dados do INE (2017), Sistema de contas integradas das empresas

É neste contexto histórico que se começa a definir a natureza do Ser duriense. Um caráter híbrido, mas com três marcas distintivas³⁵: a herança lusitana cunhada pela dureza, força e espírito de luta; a marca romana da técnica e qualidade de vida pautada pela agricultura desenvolvida e extensiva até aos vales da região; e dos Árabes pelo apuramento e gosto no cultivo da vinha, algo que fora iniciado pelos Romanos.

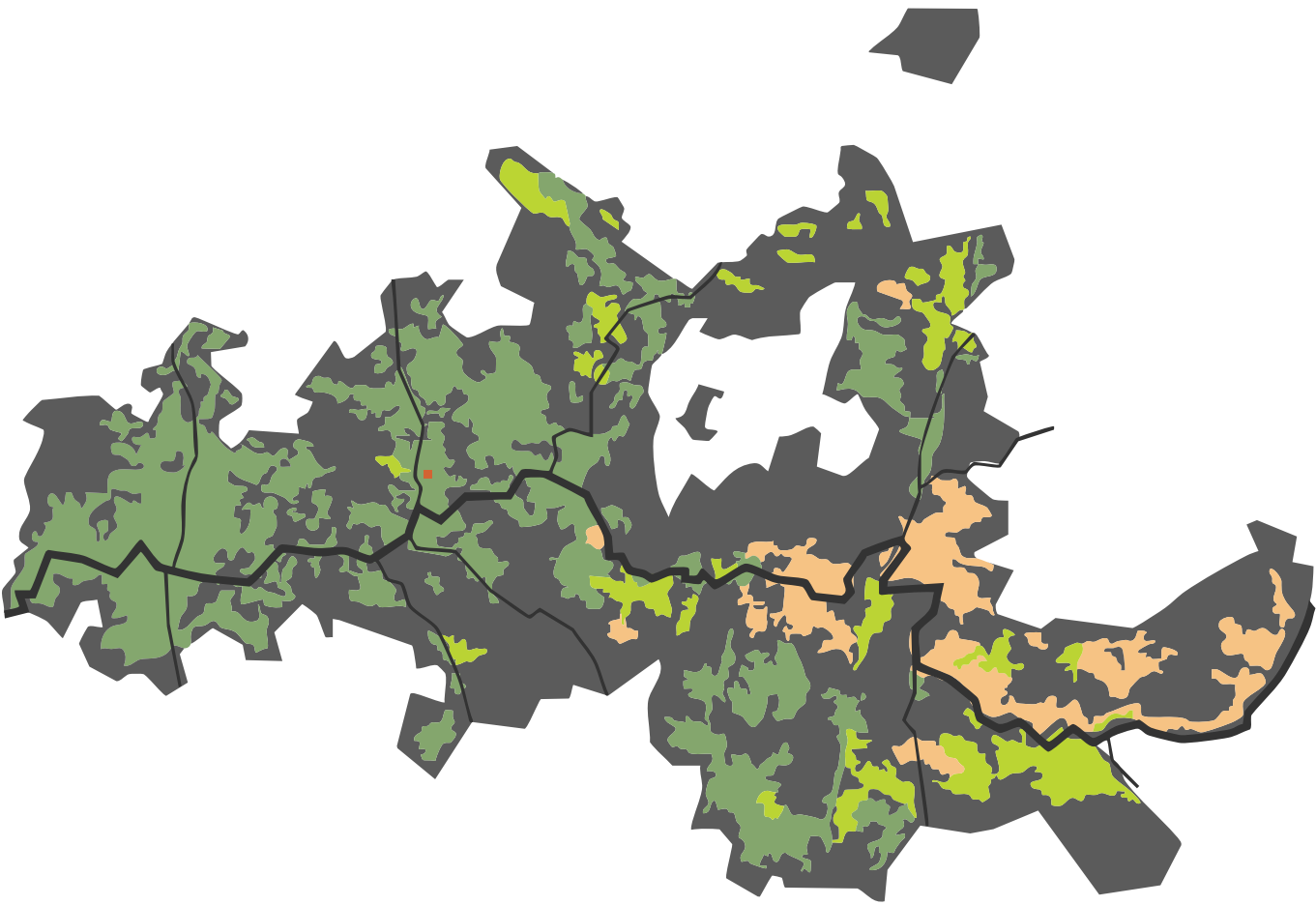
Fruto do seu passado, atualmente as comunidades durienses estão, portanto, intrinsecamente ligadas à atividade agrícola, nomeadamente à vitivinicultura. Em contexto regional, o município de Alijó, onde se localiza a Quinta do Cruzeiro, apresenta cerca de 50% da sua população ativa dedicada à atividade económica agrícola. Uma atividade apoiada sobretudo na produção da vinha, tal como esclarece a imagem 10, relativamente ao aproveitamento geográfico do solo.

Uma população que não se dedica apenas à sua produção, mas também ao consumo do seu vinho e vivência adjacente. Com isto, pretende-se esclarecer que o “Homo Duriense” não se dedica apenas ao cumprimento das exigências de quem o anseia, sendo ele mesmo, enquanto produtor, o próprio crítico do seu trabalho, pois ele o consome e disfruta. Orlando Ribeiro realça que “O homem do povo bebe sempre, em toda a parte, e sob todos os pretextos, os vinhos comuns. No inverno o vinho aquece e dá conforto, que tantas vezes falta na casa. No verão, refresca, ajuda a digestão, aguça o apetite que decresce pelos grandes calores”.³⁶

A videira simboliza a vida em abundância, pois da videira nasce a uva e da uva nasce o vinho, sendo o vinho o símbolo da alegria e da festa e, tendencialmente, da união dos povos. Parece não existir melhor propósito para uma vida agrária, contudo não podem ser negadas as exigências da sua produção. A topografia acentuada representa o desafio da agricultura. Os terrenos declivosos obrigam a uma constante e atenta vigilância. As torrentes de água têm a capacidade de destruir o trabalho de vários anos. Quer isto dizer, que o sentimento de amargura tende a ser, também, um dos traços do caráter duriense, sobre uma terra que custa a dar e que está sujeita ao risco de perder o tanto ou pouco que foi criado.

35 MARQUES, M. (2005). *O Homo Duriense e a sua identidade*. DOURO. Estudos & Documentos, III (19). P. 58-59

36 RIBEIRO, O. (1992). *A civilização do granito no Norte de Portugal*. In RIBEIRO, O. (1998) *Geografia e Civilização: Temas portugueses*. 3ª Edição. Livros Horizonte, Ed. P. 14



- amendoeira
- oliveira
- videira
- Quinta do Cruzeiro, Vale de Mendiz

Esta parece ser uma paisagem que, apesar de dura e agreste, é também vulnerável. Paralelamente ao trabalho agrícola, auxilia o pedreiro que, no início de cada roga, não deixa de consolidar os socacos de suporte das terras aráveis. Ele é um verdadeiro escultor da paisagem que trata dos seus muros de xisto tombados, fruto das enxurradas que rapidamente tornam aparente a rocha dura e estéril. Em diálogo relativo ao quotidiano dos trabalhadores da vinha, D. Fátima afirmava:

“(...) Comem na vinha. Aqui na empresa não, na empresa come toda a gente na casa. Fora, por exemplo, se andar aí um grupo, com o meu marido, a fazer muros, os pedreiros, que às vezes andam numa zona longe, dizem que não e se estiver bom tempo comem lá, na vinha. Mas nós comemos aqui, não é... Porque durante o ano eles trazem a sua comida.

ALC: Eles fazem muros?

D. Fátima: Fazem, são os pedreiros. Nós temos.

ALC: Como assim, fazem os socacos?

D. Fátima: Sim.

ALC: Ou seja, fazem com xisto?

D. Fátima: Sim, sim. Nós temos. A empresa tem uns três, aqui na nossa zona, na minha área. São três. Vargellas também tem. Só nós e Vargellas é que temos pedreiros.”³⁷

É, de facto, um ambiente exigente, moldador dos hábitos e ritmos diários, “o Douro é uma estufa. Dentro dela a flor é exigente. Dá uma gota de vinho em troca de um suor ou de uma vide”³⁸, sendo nesta filosofia de vida e com uma religiosidade híbrida que os habitantes do Douro, durante algum tempo, viveram pobremente, com toda uma mística, uma fé incansável nos seus objetivos, na sua força e no seu ideal de vida.

³⁷ Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 188

³⁸ MARQUES, M. (2005). *O Homo Duriense e a sua identidade*. DOURO. Estudos & Documentos, III(19). P. 60



11 Replantação de vinhas na Quinta de Vargellas (Taylor's) após a praga da filoxera, nos finais do século XIX

Torga caracteriza desta forma o Homem Duriense, referindo-se, ao mesmo tempo, às várias etapas da vitivinicultura desta região: “Herói modesto, despretensioso e proteico que, mal comido, mal bebido e mal agasalhado, aos rigores de um inverno de gelo e de um verão de fornalha, surriba, planta, enxerta, tesoura, poda, ergue, enxofra, sulfata, vindima, pisa e trasfega num afã sem descanso”.³⁹ Não é de admirar que, outrora, certos povos não desejassem a sua própria fixação na região. Sempre pairou o sentimento de angústia face às exigentes tarefas agrícolas que fazem o Homem vergar às premissas da terra transmontana. Nos tempos modernos este sentimento expressa-se por meio de um fenómeno mais concreto e determinante para a economia local e dinâmica social da região, a imigração. Já desde o início do século XX que este fenómeno se evidencia com destino o Brasil⁴⁰. Este fenómeno volta a intensificar-se na década de 60⁴¹, tendo sido retratado por João Araújo Correia como a “Nova Filoxera”⁴², dado o seu forte impacto na “desertificação” da mão-de-obra da região. Por força desta escassez emergente de força braçal bruta, o viticultor comum começou por optar pela introdução gradual do animal e do seu arado adjacente, simultaneamente à dispensa de outros trabalhos agrícolas típicos da região e associados ao cultivo da videira⁴³. Esta alteração na ramificação tradicional da atividade agrícola representou o maior impacto cultural e profissional da região duriense. No final da década de 70, este problema social é colmatado pela procura de mão-de-obra externa à região do Douro, em aldeias satélite aos limites do Alto Douro⁴⁴, “No Alto Douro, acodem à vindima grandes rogas de gente das pobres serranias que o rodeiam”.

39 TORGA, M. (1983). *Diário XIII* (Edição do Autor, Ed.)

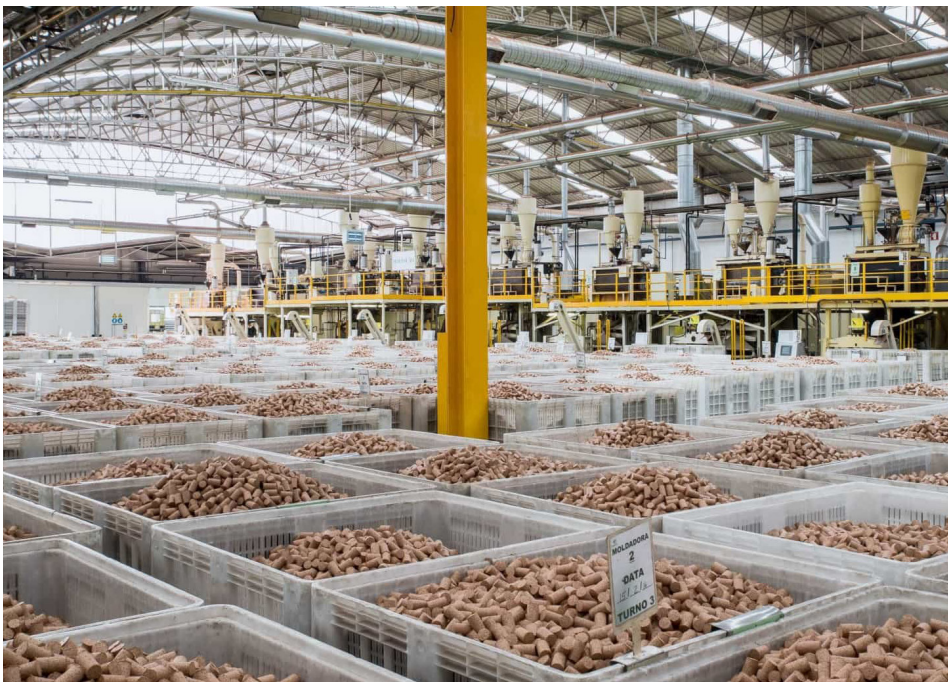
40 OLIVEIRA, B. (2003). *Breve notícia de uma crise no Douro (1908-1915)*. DOURO. Estudo & Documentos, VIII(15). P. 32

41 De acordo com o documentário de Maria do Rosário Lopes, “A terra dos Adeuses”, entre 1958 e 1974, período marcado pela “Guerra do Ultramar” e pelo descontentamento do nível de vida das populações locais, terão emigrado cerca de 1,5 milhões de pessoas

42 Analogia ao grande surto do vírus Filoxera de 1865, que devastou parte significativa dos terrenos durienses dedicados ao cultivo da vinha. Esta comparação foi realizada na primavera de 1969, aquando de uma crónica publicada em 1974, por Correia, mencionada em “Pó Levantado”. Documentário visível em: RTP_Pó Levantado

43 Com trabalhos entende-se etapas agrícolas requerentes de um trabalhador especialista em cada atividade, tais como: a redra; a cava; a enxertia; etc.

44 RIBEIRO, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Edição limitada. C. Editora, Ed. P. 109



12 Foco num local, com a presença da produção das três principais culturas da região do Alto Douro

13 Imagem alusiva à produção de cortiça da Corticeira Amorim

A nova memória social da região e o seu futuro carácter

*“Com a globalização do mundo do vinho, aumenta a dimensão das empresas e as participações cruzadas de capital nas várias regiões e países produtores. Ao mesmo tempo, aumenta também o número de pequenos produtores, a diversidade e os segmentos de mercado que se podem explorar, os modos de fazer, a constante inovação tecnocientífica, a estetização do consumo, o poder e a infinitude de tudo o que circula na internet, a Wine Spectator, os certames para todos os gostos e quadrantes, os enólogos profetas e feiticeiros, os críticos e os seus recursos e notoriedade, o poder do dinheiro, a ditadura das modas..., tudo alimenta a vertigem do vinho ágil e veloz a adaptar-se aos sinais dos tempos, do hiper-tecnológico à alquimia fina da perfumaria, ao delírio da gastronomia, à invenção das tradições, aos desafios climáticos, à suprema distinção e raridade, ou ao genérico mais vulgar e sonante. Alinhando pelas tendências da “cultura-mundo” de que nos falam Gilles Lipovetsky e Jean Serroy o mundo do vinho vê-se confrontado entre a massificação e a excepcionalidade, a inovação constante, os localismos dos velhos e novos terroirs; a alta tecnologia e a tradição”.*⁴⁵

Embora, possamos definir, em traços gerais, o carácter humano de uma região, nada significa que este não sofra quaisquer transformações. Não se pode resumir, apenas, este tal carácter a partir da sua evolução histórica, contudo é importante aceitar a sua aceleração inerente aos grandes eventos marcantes do século XX e XXI. Apesar da sua aparente paisagem remota, a região não foi exceção ao fenómeno da globalização, e, consequentemente, ao da paisagem produtiva. Esta última remete para o impacto das atividades económicas, em concreto para a construção de estruturas e infraestruturas, na paisagem rural ou urbana, independentemente do seu setor e/ou produção. Em contrapartida, surge o conceito *foodscapes*, enquanto resposta a questões globais, na exploração do campo agroarquitetónico, no qual analisa o passado e presente de sistemas alimentares e respetivas arquiteturas, com o intuito na procura de novos modelos de produção alimentar, aliados a um futuro sustentável e promissor para o planeta. Mesmo com as suas tradições e culturas vincadas, o povo e o território mudaram. Contudo, parece existir uma competitividade natural e saudável entre as diferentes entidades produtoras, quer estas apresentem uma pequena ou grande estrutura, apoiadas por uma massa humana variada diversificada. *“Cada um é uma*

45 DOMIGUES, Á. (2024). *Terra Soalheira*. P. 4-5

*parcela do grande mosaico da paisagem, um jardim, “uma beleza que temos” e uma teia de partilhas, de entre-ajuda, “vamos ajudar os outros e eles ajudam-nos a nós”. Nas histórias de vida de quem produz uvas cabe o mundo todo. Há (ainda) gente que sempre trabalhou no campo, mas há outros com dezenas de anos de trabalho nas quatro partes do mundo”.*⁴⁶

Daqui brota o principal tema deste estudo, um tema que paira sobre as valências da mão-de-obra atual da atividade agrícola duriense. Uma procura de força laboral que, em oposição ao subcapítulo anterior, não se rege pelas comunidades locais e fronteiriças. Trata-se de uma procura com uma nova escala, ou seja, cuja noção de “fronteira” não se revela como uma variável para esta procura iminente.

O tema da migração não é alheio à região do Douro. Tal como mencionado anteriormente, este fenómeno está presente desde o início do século passado, apoiado pela ânsia de uma vida melhor, uma vida mais moderna, desprendida de imprevisibilidade e subsistência, aliadas às características comuns da vida dependente da terra agrícola. Portugal é, por sua vez, um novo destino para novos povos que procuram novos desafios e trabalhos, que consequentemente, dignifiquem e melhorem as suas vidas. Diz-se que “o destino encarrega-se de prover”, o que nos converte o olhar perante este novo fenómeno migratório, face aos recorrentes problemas sociais portugueses. De acordo com os Censos 2021, comparativamente a 2011, Portugal registou um decréscimo populacional de 2,1% na última década, agravando os desequilíbrios na distribuição populacional pelo território nacional⁴⁷. Ainda mais impactante é a realidade duriense, tendo o jornal Público evidenciado que “Nos últimos vinte anos, o Douro perdeu mais de 20% da sua população, uma sangria demográfica maior do que a do grande surto emigratório da década de 1960 (...)”.⁴⁸

Estes desequilíbrios demográficos, evidenciados pelo INE, não só tiveram impacto negativo quantitativo e qualitativo da mão-de-obra em diferentes aglomerados populacionais, como também estão associados a um forte envelhecimento populacional, nomeadamente nestas regiões do interior do país. Os dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que,

⁴⁶ Ibid. P. 4-5

⁴⁷ Dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), fruto dos censos de 2021, últimos e mais recentes censos nacionais.

⁴⁸ PEREIRA, G. (2021). *Douro, uma celebração com desafios inadiáveis*. Público. Visível em: Público_Douro, uma celebração com desafios inadiáveis

em algumas freguesias durienses, a população envelhecida ultrapassa os 30%, tornando urgente a necessidade de políticas de revitalização demográfica e de apoio a novos residentes. O êxodo de jovens para as cidades, em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida, em contexto nacional e estrangeiro, continua a ser um problema estrutural que afeta a sustentabilidade da região. Esta tendência é particularmente evidente no região demarcada do Douro, onde muitas freguesias enfrentam desafios de despovoamento⁴⁹. O município de Alijó, concelho fulcral do presente projeto de estudo, registou, em 2021, uma variação populacional negativa de 12,1% face a 2011, representando uma das situações mais graves da região. O impacto desta redução populacional reflete-se diretamente na disponibilidade de mão-de-obra para o setor vitivinícola, sendo este a primordial fonte de rendimento das pequenas, médias e grandes entidades empregadoras da região.

Retomando a análise da mão-de-obra, os produtores, dada a evolução social triste e pouco promissora, tendem à procura de força laboral sazonal estrangeira para suprir a escassez da residente. Embora não haja dados estatísticos concretos sobre a massa laboral dos municípios do Alto Douro Vinhateiro em apenas 10 anos, o Douro vinícola viu o seu número de viticultores⁵⁰ descer quase 50%, originando fraturas visíveis na vida social das aldeias e vilas e na oferta de mão-de-obra⁵¹. A imigração tem, por conseguinte, desempenhado um papel crucial na manutenção da atividade agrícola duriense, afirma Gaspar Martins Pereira⁵², “O que hoje corre maior risco na paisagem duriense é a sua gente, que é também o suporte das atividades económicas, da vida social das cidades, vilas e aldeias, da preservação do ambiente e do património. A paisagem cultural não existe sem as pessoas que a criam, a valorizam, a habitam e dela usufruem”. Trabalhadores provenientes da Europa de Leste e da Ásia, bem como de África, nomeadamente PALOP, têm demonstrado,

⁴⁹ JESUS, P. (2021). *Somos menos e mais concentrados no litoral. País perdeu população entre Censos pela primeira vez desde 1970*. Visível em: Público_Somos menos e mais concentrados no litoral

⁵⁰ Com viticultores entende-se o produtor da vinha, da uva, independentemente do propósito que esta terá.

⁵¹ PEREIRA, G. (2021). *Douro, uma celebração com desafios inadiáveis*. Público. Visível em: Público_Douro, uma celebração com desafios inadiáveis

⁵² Citação exposta no jornal Público sob o tema *A paisagem cultural não existe sem as pessoas*, em: Público_Douro, uma celebração com desafios inadiáveis

cada vez mais, a sua presença nas rogas agrícolas, tendo o seu contributo permitido atenuar os efeitos da desertificação populacional e da falta de mão-de-obra sazonal.

Atualmente, por força da contratação de mão-de-obra estrangeira, grande parte das entidades produtoras vitivinícolas recorrem a empresas empreiteiras especializadas no recrutamento e distribuição desta mão-de-obra por estas mesmas entidades. Curiosamente, a empresa Taylor's, fruto da sua presença ancestral na região e a forte ligação às comunidades locais, atua, na generalidade dos casos, segundo os moldes tradicionais das rogas. Aqui contrata-se um ou mais rogadores, tendo estes de assegurar o número necessário de trabalhadores para a atividade agrícola em causa⁵³. Tal como testemunha D. Fátima, através da sua experiência profissional:

“Nós temos, neste momento, quatro pessoas responsáveis, que ficam dos anos para os outros. Embora algumas vão saindo, vão-se embora. Ainda no ano passado foi uma senhora embora. Pronto, mas ficou outra. Responsáveis que nos arranja o pessoal. Vão arranjando, vão contactando, as pessoas para a vindima, para virem.

ALC: Apenas uma pessoa faz isso?

D. Fátima: Nós temos quatro. De várias zonas.

ALC: Hmm. Eu pensava que... Funcionam, então, diferente das outras empresas, pelo que eu percebi. Porque estas outras empresas contratam uma outra empresa, empreiteira.

D. Fátima: Ah, isso são os Empreiteiros.

ALC: Uma empresa específica que agrega a massa humana e depois distribui pelas empresas produtoras de vinho.

D. Fátima: Sim. Nós também trabalhamos assim. Nós aqui na minha área, em que somos responsáveis, já tivemos cá, há dois anos, um grupo de oito, que era também de outra empresa. Um empreiteiro,

⁵³ BASTO, E.; BARROS, H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 395

que punha aqui x pessoas. Mas, no geral, não precisamos... Essas pessoas vêm de manhã e vão embora à noite. O pessoal que nós próprios arranjamos para trabalhar, aqui na nossa área, onde fazemos os lagares, nós precisamos de pessoas que vêm, por exemplo: a vindima começa amanhã. Elas vêm hoje e só vão embora quando a vindima acabar. Eles ficam cá alojados. Neste momento temos três, antes eram quatro. Durante o ano temos dois. O Fernando, o meu marido, por exemplo, diz assim: “olha, preciso que me arranjes... vinte pessoas.” E aquela pessoa fica responsável por arranjar essas vinte pessoas. O outro precisa de trinta. O outro fica, então, responsável... Às vezes consegue, às vezes não se consegue.”⁵⁴

Com efeito, o ajuntamento de pessoas necessárias para realizar uma vindima não é certo. Por estes moldes, já não é possível esperar um número exato de trabalhadores, sendo a sua oferta escassa e as suas exigências mais altas. Assim sendo, quer o rogador quer a entidade empreiteira veem-se obrigados, uma vez mais, a optar pelo estrangeiro.

“ALC: Pois, é isso. Por experiência própria, nos últimos anos que fiz vindimas, em França, eles têm o mesmo problema, em que para arranjar pessoas é uma dor de cabeça.

D. Fátima: Exato. Cada vez está mais difícil. Nós chegámos a ter em Terra Feita, o máximo de pessoas que nós lá estivemos a dormir e a comer (a dormir se calhar nem todas, porque algumas eram daqui de perto e iam dormir a casa, mas a comer eu digo) foram cento e oitenta e cinco pessoas. Foi o máximo de pessoas que nós alimentávamos.

ALC: Bem... Disse cento e oitenta e cinco?

D. Fátima: Cento e oitenta e cinco. Nesta altura, nós estamos na ordem dos cem. Noventa, cem. Por vezes para os setenta e tais, pois alguns vêm e não lhes agrada ou não conseguem, pois não estão habituados ao calor ou à chuva. Vão-se embora. São livres, não é?

ALC: Mas depois fecham o contrato, não é?

⁵⁴ Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 182

D. Fátima: Sim, vão-se embora, pronto, acabou.”⁵⁵

No entanto, surgem desafios no que toca à sua integração na sociedade local, especialmente no acesso à habitação digna, condições laborais justas e programas de inclusão social. Em conversa com D. Fátima, reconheceu-se que a escassez de alojamentos apropriados para trabalhadores sazonais tem sido uma preocupação crescente, um paradigma para a generalidade das Quintas empregadoras. Falamos de uma realidade que exige uma nova visão na receção do desconhecido, do trabalhador alheio, cujo o empregador desconhece quase por inteiro o empregado. Por outras palavras, não sabe ou pode não saber qual a sua cultura, qual a sua língua, quais os seus hábitos diários ou até religiosos. Contudo, aliado ao já referido documento Nova Casa do Douro, começam-se a assumir alguns “compromissos de imigração regulada responsável, como a existência de um contrato de trabalho, seguros de viagem e de saúde, obrigações de formação profissional e de ensino da língua e acesso a alojamento adequado”⁵⁶, capazes de defender a integridade da nova vertente empregada. Subitamente, surgem inúmeras hipotéticas divergências que se podem manifestar na interação social entre um corpo de trabalhadores. É, de facto, uma revolução. Uma reviravolta nos moldes tradicionais de empregabilidade na região. O rogador deixa de usufruir do pequeno luxo em saber quem está a contratar. Dado o histórico social da Quinta do Cruzeiro, são diversos os cenários que por lá passaram.

“Este ano, tivemos um grupo de jovens de Cabo-Verde, cabo-verdianos. Espetaculares. A nível de trabalho, eram trabalhadores com uma educação que é difícil ver-se. E jovens, todos na casa dos vinte, vinte e poucos anos.

ALC: Eles vivem cá?

D. Fátima: Sim. Ali na área de Resende. Não é bem Resende, é... Entre-os-Rios. Vieram para lá estudar, onde passaram muita dificuldade.

⁵⁵ Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 183

⁵⁶ Citação exposta no jornal Público sob o tema *Acordo sobre migração laboral pode ser concretizado por entidades administrativas*, visível em: Público_Acordo sobre migração laboral

Depois disto vieram para a vindima. E foram espetaculares.”⁵⁷

Atualmente, não só é necessário o desenvolvimento de soluções que conciliem as necessidades habitacionais com a preservação do património arquitetónico local, como também de soluções de coabitabilidade interculturais. Algumas quintas e empresas vitivinícolas têm procurado adaptar antigas infraestruturas para acolher estes trabalhadores, mas ainda há um longo caminho a percorrer para garantir condições habitacionais tanto adequadas e dignas, como dinamizadoras entre trabalhadores com backgrounds distintos.

Além disso, apesar da crescente mecanização da produção vitivinícola, que tem reduzido a dependência de mão-de-obra intensiva, continua a existir a necessidade de trabalhadores qualificados para operar os novos equipamentos e gerir os processos produtivos de forma eficiente, assim como da necessidade de trabalhadores capazes de executar trabalhos manuais tradicionais exigidos pela paisagem⁵⁸, como a poda, enxertia e a despampa. De acordo com António Magalhães, ex-diretor de viticultura da Fladgate’s partnership, é preciso “reconhecer a especialização e a penosidade do trabalho manual”⁵⁹, alertando para a perda progressiva destes trabalhadores especializados e imortalização da sua atividade. A formação profissional e a valorização dos trabalhadores sazonais tornam-se essenciais para um equilíbrio sustentável entre a inovação e a continuidade neste setor agrícola.

⁵⁷ Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 182

⁵⁸ Trabalhos manuais tradicionais diretamente relacionados com a videira. A poda: ato de retirar ramos e/ou partes excedentes da vinha; a enxertia: união dos tecidos/caules de duas ou mais plantas; a despampa: ato de retirar os pampas à vinha; a redra: revolvimento da terra; a cava: escavação para arejamento do solo e vigor das raízes; etc.

⁵⁹ SILVEIRA, T. (2022). *A injusta remuneração de quem trabalha a terra afasta muitas pessoas do Douro*. Público. Visível em: Público_A injusta remuneração



"I'm not inventing anything new, i'm just using existing material differently." – "Eu não estou a inventar nada de novo, eu estou apenas a usar materiais existentes de forma diferente."⁶⁰

14 (Imagem) Detalhe de uma escada de salto-cão num muro de socalco

60 Citação de Shigeru Ban na cerimónia de entrega do prémio Pritzker de 2014. Visível em: Pritzker Prize 2014

A ARQUITETURA SAZONAL



15 Vista sobre a Piscina das Marés, de Álvaro Siza

A ideia de espaço

Desta afirmação de Shigeru Ban, nasce uma máxima desta dissertação: a revalorização do existente. Este exercício não reflete sobre a materialidade do construído, mas sobre os seus espaços, sendo necessário partir da análise da sua origem e perceber que mutação os espera, que vá de encontro às necessidades contemporâneas de quem os habita.

A arquitetura temporária, defendida por Shigeru Ban, é abordada como uma expressão de efemeridade e de transitoriedade da vida humana e das necessidades sociais, sendo reconhecida a natureza dinâmica do mundo contemporâneo, na qual são apresentadas questões sociais, culturais e económicas que estão em constante evolução. Deste modo, é necessário abraçar uma visão flexível e adaptável a essas mudanças, valorizando a flexibilidade e a capacidade de adaptação a diferentes contextos e usos. Além disso, o campo experimental da arquitetura temporária pode ser mais amplo, no qual os arquitetos têm a possibilidade de exploração de novos conceitos, técnicas e materialidades, por vezes sem os compromissos de longo prazo, associados a projetos permanentes. Tudo isso remete para a inovação e para a criatividade de conceção e construção de estruturas e novos espaços.

Devido à sua natureza efémera, um aspeto importante da arquitetura temporária é a sua relação com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. Esta é uma abordagem visível, por exemplo, na prática projetual do estúdio Lacaton & Vassal, através da exploração de novas ideias e técnicas, apoiadas na experimentação de materiais, formas e funções, criando, assim, espaços que respondam de forma dinâmica a necessidades sociais e culturais. Falamos de uma prática da arquitetura que é frequentemente associada a contextos de emergência ou eventos de curta duração, como podemos verificar, também, na obra de Shigeru Ban, obras de uma arquitetura de resposta rápida a situações de crise, como desastres naturais e/ou fluxos migratórios.

Contudo, a temática apoia-se na *arquitetura sazonal*. Contropondo com a *arquitetura temporária*, os conceitos não têm o mesmo significado: a arquitetura sazonal difere da temporária na sua relação com tempo e contexto. Enquanto que a segunda é efémera, por vezes desmontável, a primeira é marcada por ciclos de utilização previsíveis, permanecendo no território. Kenneth Frampton defende precisamente que a arquitetura sazonal está intrinsecamente associada ao contexto natural e à

sazonalidade das atividades humanas⁶¹. É no contexto duriense que a arquitetura sazonal se sobressai, por auxiliar todo processo cíclico vinícola, através de estruturas residenciais, corporativas e/ou de produção, como as adegas e lagares. Esta relação com o território e com os ciclos naturais é fundamental para o entendimento da arquitetura sazonal, enquanto instrumento de resposta às necessidades específicas de uma região. A potencialidade de prospeção de uma região advém da promoção daquilo que tem e, por sua vez, daquilo que consegue fazer com o existente, no cumprimento das vontades do seu povo.

Em diálogo com Eduardo Souto Moura⁶², Frampton vê em Álvaro Siza Vieira, um caso concreto de defesa da integração no contexto, pelo Regionalismo Crítico, aprofundado na sua obra “Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance”. Nesta obra, Frampton reforça a importância de projetos que respondam ao contexto local, que, para Siza, deve integrar-se na paisagem e nas dinâmicas sociais e económicas da região, criando espaços que não só respondam às necessidades imediatas, mas que também reforcem a identidade do território. No caso do Alto Douro, a arquitetura sazonal não é apenas uma solução prática para a habitação temporária de trabalhadores, mas também uma forma de valorizar a paisagem e a cultura local, integrando-se no património existente.

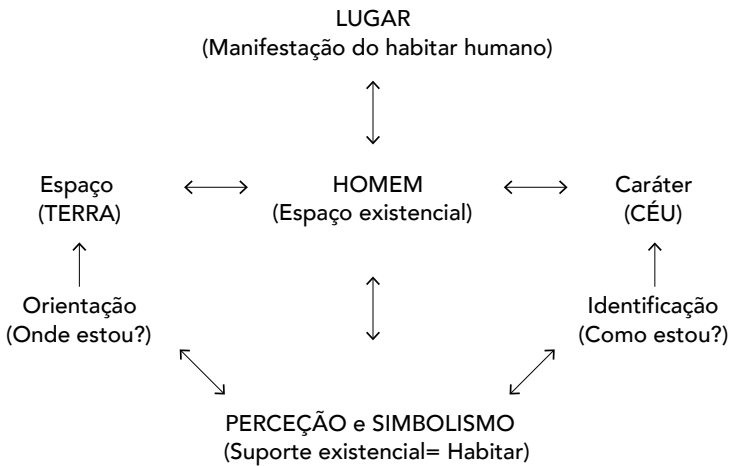
A distinção entre arquitetura temporária e sazonal não deve ser vista como uma oposição, mas sim como um espectro de possibilidades. Ambos os conceitos partilham a ideia de flexibilidade e adaptabilidade, mas aplicam-na de formas diferentes. Enquanto a arquitetura temporária é pensada para durar pouco tempo, a arquitetura sazonal é concebida para ser reutilizada em ciclos previsíveis, mantendo uma relação constante e permanente com o território.

⁶¹ Defensor da relação entre a arquitetura e o contexto natural, Kenneth Frampton protege o conceito de arquitetura sazonal, através do seu conceito do “regionalismo crítico”. Frampton apoia-se na remedição da indiferença com o lugar, sendo adepto do vernacular.

⁶² Conferência, de 2020, entre Frampton e Souto Moura sobre Álvaro Siza Vieira, em *Diálogos Cruzados*. Visível em: *Diálogos Cruzados 2020*

“A arquitetura não está num lugar fechado, é produto do tempo, do lugar, mas vive das pessoas e é para as pessoas”⁶³, uma afirmação que partilha a visão de Nuno Portas, em que a arquitetura deve ser reversível e entendida como um suporte para a vida, capaz de se adaptar às mudanças sem perder a sua identidade. Esta visão é particularmente relevante em contexto duriense, onde a arquitetura sazonal pode ser uma forma de reforçar a ligação das atividades humanas à paisagem, criando, deste modo, espaços que respondam às necessidades dos trabalhadores sazonais sem comprometer a identidade do território.

⁶³ PORTAS, N. (1959). *A responsabilidade da novíssima geração no movimento moderno em Portugal*. Revista *Arquitectura*. N.º 66. In PEREIRA, M. (2019). *Casa Viçosa (1959-1963): Ecos das memórias de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas sobre Carlos Scarpa*. Porto. Universidade do Porto. P. 25



16 Esquema gráfico sobre o conceito de “Lugar” segundo Norberg-Schulz (1979)
17 Pintura de Pieter Bruegel, *The Harversters* (1565)

Habitar: reversibilidade e flexibilidade

A arquitetura, enquanto disciplina que molda o espaço onde vivemos, não se limita à criação de estruturas físicas, mas envolve uma profunda reflexão sobre como os seres humanos habitam e se relacionam com o espaço. Neste sentido, o conceito “habitar” vai para além da mera ocupação de um espaço, sendo esta uma condição existencial que nos conecta ao mundo. Para isto, é fundamental entender por meio do trabalho mútuo de Martin Heidegger e Christian Norberg-Schulz, a sua filosofia sobre a intenção da arquitetura no ser humano e o conceito de “dwelling”, inaugurado por Heidegger no seu ensaio *Construir, Habitar, Pensar*⁶⁴. Este conceito refere-se aos termos “habitar” e “habitação”. O autor explora-o no sentido de que habitar é uma forma de ser no mundo, onde o espaço deixa de ser um simples vazio (abrigo) para se tornar parte integrante da identidade humana. Essa visão filosófica leva-nos a compreender que o ato de habitar não se resume a construir ou residir, mas sim a estabelecer uma relação profunda com o espaço, onde o ser humano se reconhece e se integra na sua envolvente. Apoiado em Heidegger, Schulz afirma que “*é, portanto, importante não apenas que o nosso ambiente tenha uma estrutura espacial que facilite a orientação, mas também que seja constituído por objetos concretos de identificação*”⁶⁵, evidenciando, desta forma, a sua vontade no seu estudo em “Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture”. O autor complementa esta visão ao discutir a experiência do lugar. Para ele, o genius loci, por outras palavras, o espírito do lugar, é essencial para compreender como os seres humanos se relacionam com os espaços que habitam. O habitar, portanto, não é apenas uma ação física, mas uma experiência sensorial e emocional que conecta o indivíduo com o mundo envolvente, criando um vínculo entre a identidade humana e a identidade do lugar. Em complemento, Heidegger estabelece uma série de relações linguísticas⁶⁶ com a expressão dwelling “para demonstrar que habitar significa estar em

64 NORBERG-SCHULZ, C. (1980). *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Rizzoli. P. 5
65 Ibid. P. 21
66 Relações linguísticas evidenciadas por Schulz, mas expressas na obra literária de Heidegger, *Construir, Habitar, Pensar* (1971), como forma de relacionamento da língua alemã com o conceito dwelling. Schulz exemplifica “Heidegger salienta que o termo gótico wurian significava «estar em paz», «permanecer em paz». A palavra alemã para paz, Friede, significa ser livre, ou seja, estar protegido de danos e perigos. Essa proteção é alcançada por meio de uma Umfriedung, ou seja, um recinto ou vedação. Friede está também relacionada com zufrieden (contente), Freund (amigo) e o gótico frijon (amor)”



paz num lugar protegido".⁶⁷ De facto, com o sentimento de paz advém a autenticidade de cada ser. Querendo isto dizer que, se o espaço de habitação manifesta paz no bem-estar de um trabalhador temporário, este mesmo encontrará um motivo para ser autêntico e, conseqüentemente, considerar esse espaço seu, admitindo-o como casa. Quando falamos de casa não só a entendemos como um espaço formal e controlado, como também uma paisagem, considerando que a paisagem se encontra em constante mutação e que os seus intervenientes também mudam e se adaptam a novas realidades emergentes. Esta necessidade de relação do ser humano com o espaço, no geral do termo, é, portanto, algo que o identifica. Heidegger desenvolve o conceito estar-no-mundo, no qual pretende demonstrar a necessidade relacional que o ser humano tem com as coisas que compõem o mundo como o conhecemos, ou seja, parte da relação que o Homem tem com as coisas, da forma como as cuida.⁶⁸ É necessário entendermos a relação entre a paisagem e o ser humano, de forma que não fique despercebida a sua relação complementar. Segundo Tim Ingold⁶⁹, tudo o que englobe a perspectiva de habitar⁷⁰ é resultante das relações práticas humanas com o ambiente, tratando-se de um discurso apoiado no que é construir e habitar. Ingold enaltece que a prática de habitar se transmite através do saber-fazer, isolando-o dos genes e práticas culturais, "*A construção é um processo contínuo, que dura enquanto as pessoas habitam o meio*".⁷¹ Desta forma, a paisagem torna-se num organismo vivo, no qual se desenvolvem diferentes formas de habitar, com elementos vivos e inanimados. A construção da paisagem é contínua e eterna, no decorrer das estações e do tempo, comprometendo os povos aos seus espaços de vivência, moldando-os, "*o mundo como ele é conhecido por aqueles que nele habitam, que habitam os seus lugares e viajam pelos caminhos que os ligam*".⁷²

67 NORBERG-SCHULZ, C. (1980). *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Rizzoli. P. 22

68 HEIDEGGER, M. (2015). *Construir Habitar Pensar. LaOficina*. in SEMEDO, A; FAUVRELLE, N. F. (2017). *De Território a Paisagem. O que é a Paisagem? Genius Loci - lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2. P. 584

69 INGOLD, T. (1993). *The temporality of the landscape*. World Archaeology, 25(2). P. 152-174. Grande difusor do pensamento de Heidegger, in *Construir, Habitar, Pensar* (1971)

70 Conceito de Heidegger que, traduzindo de dwelling perspective, entende o local de habitação, por assim dizer "casa"

71 SEMEDO, A; FAUVRELLE, N. (2017). *De Território a Paisagem. O que é a Paisagem? Genius Loci - lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2. P. 584

72 INGOLD, T. (1993). *The temporality of the landscape*. World Archaeology. Vol. 25(2). P. 156

19 Interior da camarata no *Asile Flottant*20 Vista do exterior do *Asile Flottant*

Contudo, a vida contemporânea impõe desafios que vão além da relação filosófica e emocional com o espaço. A crescente mobilidade populacional, as mudanças emergentes nas dinâmicas de trabalho e a necessidade de habitações temporárias exigem que a arquitetura seja pensada de forma flexível e/ou reversível, como um dos meios de resposta a este conjunto de fenómenos sociais. Embora pareça pertinente para o caso concreto em estudo, tratamos de uma visão presente em fenómenos da época moderna.

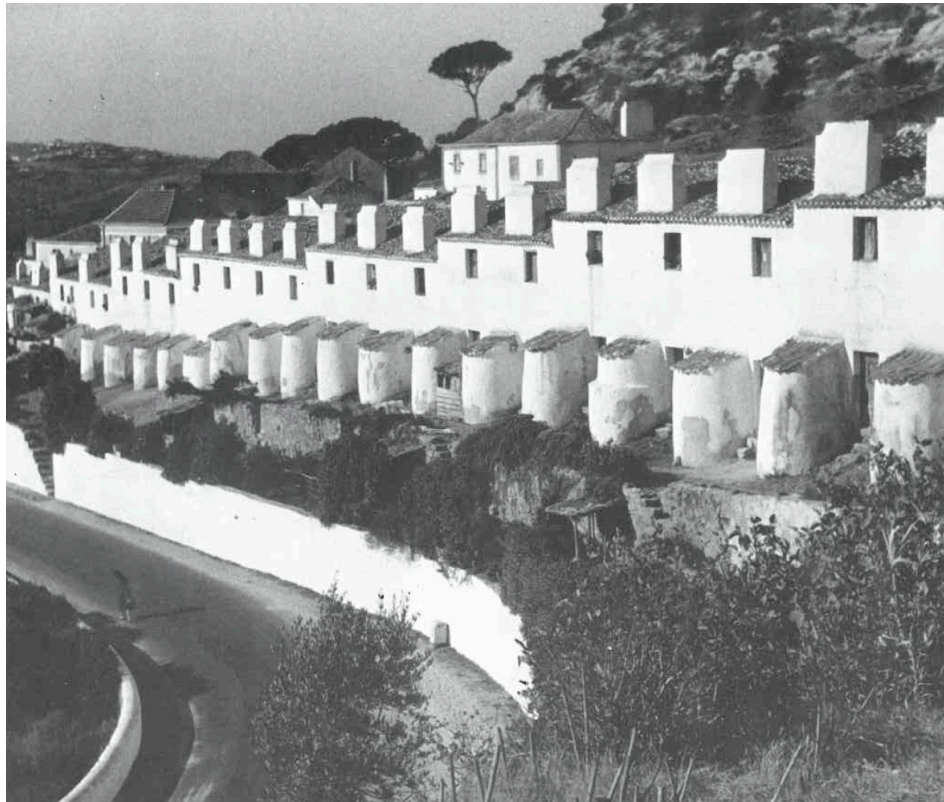
Le Corbusier, através do *Asile Flottant* (1929)⁷³, demonstrou uma visão inovadora e exemplar na resposta aos desafios sociais emergentes do pós-guerra e consequentemente, da Grande Depressão. Este projeto tratou-se da conversão da embarcação *Loiuse-Catherine*, uma antiga transportadora de carvão da 1ª Guerra Mundial, num abrigo flutuante para os sem-abrigo de Paris. Esta foi uma iniciativa do Exército de Salvação⁷⁴ para a criação de abrigo para 150 desalojados, englobando dormitórios equipados com beliches, um refeitório, uma cozinha, instalações sanitárias e alojamento para o pessoal auxiliar. Ao mesmo tempo, Le Corbusier concebeu um terraço ajardinado no convés superior da embarcação, sobre pilotis e grandes janelas horizontais, marcando o espaço com a sua sensibilidade modernista. Por sua vez, este espaço servia um outro público, numa estação do ano diferente: enquanto que no Inverno o asilo fornecia abrigo para os sem-abrigo da cidade, no verão revertia como colónia de férias para crianças de famílias carenciadas. Este exemplo aborda uma série de princípios fundamentais na defesa do presente trabalho: a sensibilidade na criação de habitação, adaptada a uma estrutura existente sem que esta perca a sua identidade essencial, com o passar do tempo; e um projeto que destaca as noções da flexibilidade e reversibilidade de espaço, em prol do entendimento de necessidades sociais.

Outro exemplo relevante é o Bairro de Ilhéus, na região da Picanceira, enquanto "*valioso e invulgar exemplo de habitação rural coletiva*"⁷⁵, no qual se pensa sobre a habitação, atendendo às necessidades de

73 Pesquisa procedente da Fundação Le Corbusier. Acessível em: Fondation Le Corbusier

74 Organização cristã protestante, fundada em 1865, com o objetivo de combater a pobreza, a miséria e o pecado

75 BASTO, E.; SILVA, A.; SILVA, C. (1947). *Inquérito à Habitação Rural nas Províncias da Estremadura (Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 3



uma comunidade trabalhadora em constante transformação. O projeto incorpora a ideia de reversibilidade e adaptabilidade social perante uma nova realidade, um novo contexto territorial e social, visando a criação de um conjunto de habitações idênticas que respeitassem os hábitos dos novos habitantes, oriundos das ilhas. Este complexo habitacional *"impressiona pelo significado social que encerra e pela excelente materialização da ideia que lhe deu origem, expressa através da organização e equipamento de cada fogo, da sua adaptação ao terreno e do expressivo jogo volumétrico(...)"*.⁷⁶ Aqui não se pretende o estudo formal das habitações, mas pelo contrário. Pretende-se promover a flexibilidade de espírito, de adaptação social do lugar da Picanceira, face a uma nova população, uma nova realidade coletiva. A Picanceira é um pequeno povoado que ficou, desde então, marcado por este novo conjunto de habitação e, conseqüentemente, pelo novo coletivo de 23 famílias originárias de São Miguel, *"(...) destinadas a alimentar um esquema económico de larga escala, montado por uma nova burguesia capitalista"*.⁷⁷



21 Vista do Bairro de Ilhéus, Picanceira

22 Planta de Implantação do bairro em contraste com a envolvente edificada

76 Ibid.

77 PAGARÁ, A. (2003). *As casas dos Ilhéus na Picanceira (Santo Isidoro, Mafra): do estudo à conservação. Primeira abordagem*. Mafra. Câmara Municipal de Mafra. in VASCONCELOS, A. (2015). *Seriação da Casa Saloia na região de Lisboa: O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Lisboa. FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. P. 119

Estudo de casos

Paralelamente aos exemplos de projetos arquitetónicos e de arquitetura sazonal, o presente subcapítulo procura expor um conjunto de tipologias habitacionais de carácter vernáculo, aliadas às atividades agrícolas locais. Cada exemplo reflete as necessidades específicas das comunidades agrícolas e dos trabalhadores sazonais associados. Esta breve exposição visa analisar exemplos paradigmáticos que ilustram a adaptação da arquitetura às dinâmicas de uso temporário, bem como às particularidades climáticas e geográficas de cada região. É, por sua vez, relevante compreender o estudo do termo “habitação” enquanto necessidade básica humana, considerando que todas as habitações diferem, no entanto, em pormenor”⁷⁸, obedecendo a uma lei, consoante se “os seus possuidores são mais ou menos dotados de riqueza”.⁷⁹ Neste contexto, a riqueza é uma variável constante, presa a realidades simples e precárias, por vezes aliada à sobrevivência dos modos simples de habitar. Assim o afirma Fernando Távora, “(...) as formas tradicionais de toda a arte de edificar não representam capricho decorativo ou representação barroca”⁸⁰, numa tentativa de associação do “tradicional” com o modos de vivência modestos. Como tal, foram selecionados quatro estudos de caso que demonstram a diversidade construtiva e funcional do tipo de habitação em estudo: as Brandas e as Inverneiras; os Palheiros; as IATAS; e o Cardenho.

78 BASTO, E.; BARROS, H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 356

79 Ibid.

80 TÁVORA, F. (1947). *O problema da Casa Portuguesa*. M. J. Leal, Ed. P. 8



23 Exemplo de uma branda na região do Alto Minho, Alhal

24 Exemplo de uma branda na região do Alto Minho, Gêmea

As Brandas e Inverneiras

As Brandas e as Inverneiras representam um modelo habitacional baseado na mobilidade sazonal, resultante da prática agropastoril profundamente ligada às dinâmicas ambientais e culturais das comunidades serranas do Norte de Portugal, nomeadamente em Castro Laboreiro. Esta é uma realidade sem origens registadas, que vem “*desde tempos imemoriais*”, pois “*as sociedades camponesas são sociedades sem tempo*”⁸¹, podendo apenas ser possível a antevisão da sua extinção. Os núcleos habitacionais estão diretamente relacionados com o fenómeno da transumância⁸², assentando numa lógica de alternância espacial: as Brandas, situadas em altitudes mais elevadas, são habitadas durante o verão, enquanto que as Inverneiras localizavam-se em cotas mais baixas, servindo de alojamento no inverno⁸³.

“A consoada era passada na casa de baixo, a páscoa na Branda (...) A população fazia a deslocação sazonal entre dois núcleos habitacionais distintos: as Brandas, ocupadas durante os meses quentes, e as Inverneiras, habitadas no inverno”.⁸⁴

A dualidade funcional destas tipologias habitacionais reflete uma relação profunda pragmática com as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nas regiões. Desta forma, o seu ciclo de ocupação seguia a disponibilidade dos recursos naturais, nomeadamente pastagens e condições climáticas favoráveis. Álvaro Domingues refere que “*a transumância em Castro Laboreiro é uma resposta cultural e arquitetónica às necessidades de pecuária e da agricultura tradicional da região, proporcionando às famílias locais melhores condições de subsistência*”⁸⁵. Esta relação entre as atividades agrícolas e a arquitetura sazonal é, por sua vez, evidentemente expressa pela caracterização da arquitetura por meio da “*pedra local, com edifícios robustos e adaptados ao clima rigoroso*. São

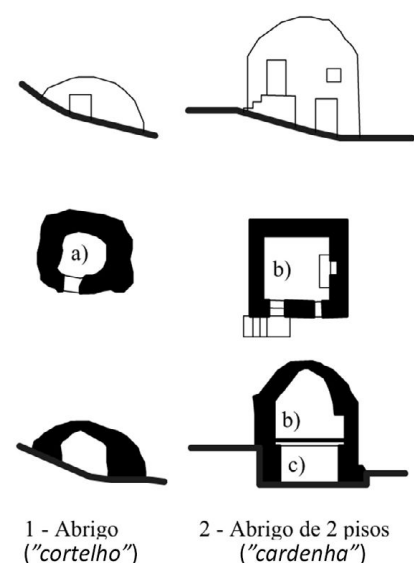
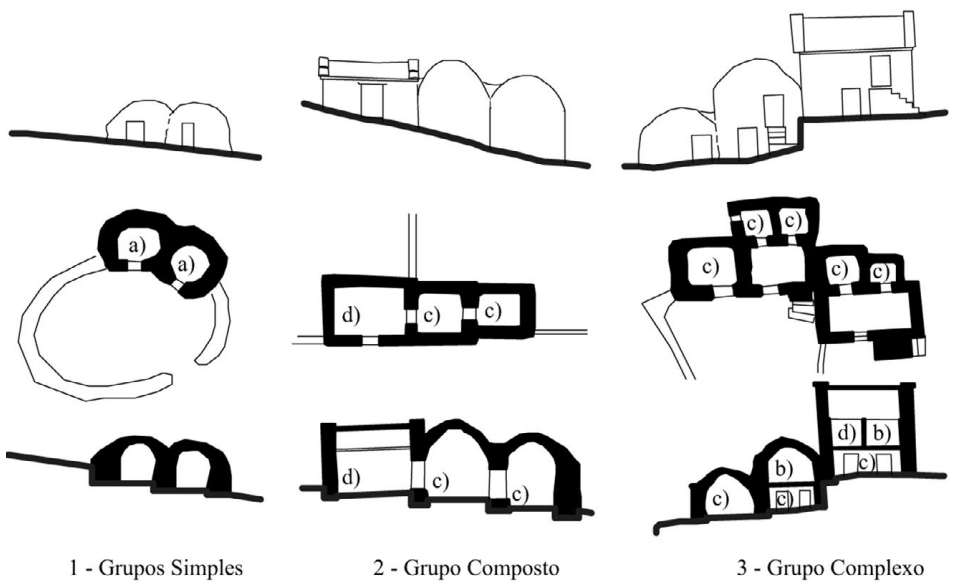
81 Proferido por Álvaro Domingues, em resposta à questão “*Desde quando é que existe este costume?*” in FRAZÃO, J. (2022). “*Brandas*” e “*Inverneiras*”, um universo em extinção? Podcast “Da capa à contracapa”

82 Deslocamento sazonal de rebanhos para locais que oferecem melhores condições durante uma parte do ano.

83 BARROSO, C.; RIBEIRO B.; RAMOS L.; OLIVEIRA D.; BARROS F.; LOURENÇO P. (2018). *Construção em falsa cúpula na região transfronteiriça Gerês-Xurés: metodologias e caracterização*. Conservar o Património, (28). P. 28

84 FRAZÃO, J. (2022). “*Brandas*” e “*Inverneiras*”, um universo em extinção? Podcast “Da capa à contracapa”

85 Ibid.



25 Estruturas familiares. Síntese da análise morfológica e tipológica na branda da Gêmea: a) abrigo pastoril/de gado; b) estância do pastor/agricultor; c) corte /ou abrigo de gado; d) arrumo de forragens e produção agrícola

26 Estruturas isoladas

tipologias simples, pragmática e perfeitamente integradas na paisagem". Ambas apresentavam soluções de cobertura distintas, as Brandas com telhados de colmo ou xisto, enquanto que as inverneiras, mais protegidas do frio intenso, apresentavam soluções de edificação mais robustas. As brandas destacam-se pela sua composição em alvenaria de pedra seca e pelas suas coberturas em falsa cúpula estrutural, marcadas por diferentes tipologias, diretamente relacionadas com o uso e a sazonalidade⁸⁶. Esta simplicidade e pragmatismo construtivo garantiam o conforto térmico necessário à sobrevivência sazonal e traduziam a capacidade dos povos locais em otimizar recursos limitados, respondendo às necessidades funcionais e climáticas das regiões de serra. Contudo, este modelo habitacional encontra-se quase extinta devido ao êxodo rural e à transformação das atividades económicas tradicionais. Como salientado pela transmissão em podcast, "assistimos ao abandono gradual destas práticas e das estruturas habitacionais associadas, fruto da desertificação e das alterações socioeconómicas, levando à sua progressiva extinção".⁸⁷ A preservação das Brandas e Inverneiras constitui assim um importante desafio patrimonial e cultural, dado que refletem não só técnicas construtivas vernáculas, mas também modos específicos de ocupação territorial e gestão sazonal dos recursos naturais.

86 BARROSO, C.; RIBEIRO B.; RAMOS L.; OLIVEIRA D.; BARROS F.; LOURENÇO P. (2018). *Construção em falsa cúpula na região transfronteiriça Gerês-Xurés: metodologias e caracterização*. Conservar o Património, (28). P. 40

87 FRAZÃO, J. (2022). "Brandas" e "Inverneiras", um universo em extinção? Podcast "Da capa à contracapa"



27 Parcela com Palheiro, Chão da Ribeira, Madeira

Os Palheiros

Os Palheiros do litoral português constituem outro exemplo paradigmático de habitação vernacular sazonal, surgindo da necessidade pragmática de abrigo para pescadores ao longo da costa atlântica continental e arquipelágica. Tratando-se de numa necessidade imediata e pragmática, estas construções surgiram como resposta à necessidade urgente de abrigo dos pescadores, inicialmente protegendo apenas “os próprios pescadores e suas artes e, posteriormente, as suas famílias”.⁸⁸ Estas construções manifestaram-se através de uma expansão geográfica gradual ao longo da costa portuguesa, destacando-se particularmente nas zonas entre Espinho e Vieira de Leiria, podendo ser encontradas também na ilha de São Miguel dos Açores, no território do Chão da Ribeira.⁸⁹

Estas estruturas, nas suas primeiras manifestações, apresentavam-se de forma bastante precária e elementar. Eram frequentemente descritas como “casas-abrigo elementares, de formas simples, quadrangulares, cobertas com ramagem das árvores”.⁹⁰ Esta simplicidade estrutural e formal traduzia-se numa resposta direta às adversidades ambientais e às limitações de recursos disponíveis nas zonas costeiras. Segundo o estudo realizado por Patrícia Silva e Rui Ramos sobre as comunidades piscatórias nacionais, tal simplicidade construtiva proporcionava vantagens práticas importantes, nomeadamente uma «maior rapidez de execução e manutenção» e uma “óbvia economia, essencial num sistema de escassez de tudo e baseado na sobrevivência”.⁹¹ O uso recorrente de materiais precários e encontrados localmente, como a madeira trazida pelo mar e a vegetação disponível nas proximidades, evidencia uma perfeita adaptação às circunstâncias ambientais e socioeconómicas destas comunidades.

Com o tempo e a alteração das condições socioeconómicas e políticas,

⁸⁸ RAMOS, R.; SILVA, P. (2016). *Comunidades Piscatórias: do legado da arquitetura popular às estratégias habitacionais do Estado Novo*. In Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. P. 178

⁸⁹ Estudo realizado por Sara Rodrigues, em contexto de dissertação de mestrado de Arquitectura

⁹⁰ RAMOS, R.; SILVA, P. (2016). *Comunidades Piscatórias: do legado da arquitetura popular às estratégias habitacionais do Estado Novo*. In Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. P. 178

⁹¹ Ibid.

particularmente durante o período do Estado Novo, os Palheiros foram progressivamente substituídos ou integrados em intervenções mais estruturadas e permanentes, perdendo gradualmente a sua proximidade direta com o mar e, conseqüentemente, alterando significativamente a dinâmica social das comunidades piscatórias. Este fenómeno resultou da intenção clara de melhoramento das condições habitacionais e sociais dos pescadores, conduzido pela vontade de estruturação das populações em novos bairros⁹², afastados das frentes marítimas, criando assim uma rutura espacial e simbólica com as práticas tradicionais associadas ao mar e ao trabalho piscatório.⁹³



28 Reutilização de um velho barco para armazém de redes de pesca. Comunidade piscatória de Cova de Lavos, Figueira da Foz

92 A criação dos novos Bairros dos Pescadores exigiu um planeamento urbano profundo. Aliada às vontades do governo de Salazar, a Lei de Reconstituição Económica permitiu, durante o período de 15 anos até 1950, projetar uma série de infraestruturas como estradas, hospitais, estações, portos, escolas, etc., complementares ao exercício laboral da comunidade

93 RAMOS, R.; SILVA, P. (2016). *Comunidades Piscatórias: do legado da arquitetura popular às estratégias habitacionais do Estado Novo*. In Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. P. 182



As IATAs

Não poderia faltar a análise de uma realidade atual emergente, dispersa no território português. Por força do contínuo êxodo rural, grande parte da atividade agrícola nacional vê-se forçada a adotar novas estratégias no recrutamento da sua mão-de-obra. As Instalações de Alojamento Temporário Amovíveis (IATAs), localizadas no sudoeste alentejano, representam um resposta do Estado português ao problema habitacional que afeta, atualmente, os trabalhadores agrícolas sazonais no território do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (AHM), localizado nos concelhos de Odemira e Aljezur. A sua origem nasce do crescimento progressivo da atividade agrícola local e, consequentemente, do acelerado crescimento populacional sazonal, marcado pela imigração massiva de trabalhadores, que visam novas e prometedoras oportunidades de emprego, diferentes das suas terras natal.⁹⁴

Esta medida foi formalizada pela Resolução do Concelho de Ministros em 2019, e retificada em 2021, prevendo a instalação de estruturas temporárias, amovíveis, com capacidade até 150 trabalhadores e área máxima de implantação de 1500 m², dotadas de sistemas de saneamento e abastecimento de águas.⁹⁵ Relativamente ao modelo gerado para as IATAs: *“Cada unidade de alojamento é composta por quatro quartos com dois beliches, uma sala/cozinha, quatro instalações sanitárias compostas por sanita, duche e lavatório, um pátio exterior para convívio e lazer e ainda um pátio interior para tratamento de roupa. Cada uma destas unidades destina-se a alojar 16 pessoas”*.⁹⁶ Logo, torna-se evidente que esta solução se revela insuficiente no melhoramento dos alojamento dos trabalhadores, visto que a partilha dos espaços permanece densa, *“com uma área de 4.35 m² por pessoa nos dormitórios duplos e 2.90 m² nos dormitórios triplos”*.⁹⁷

Importa realçar que estas estruturas foram apresentadas enquanto solução

⁹⁴ Dada a sua situação precária original e a respetiva ânsia de uma vida melhor, estes trabalhadores acabam por aceitar e adotar uma realidade profissional pouco digna, em contextos totalmente alheios à sua natureza. Possível aprofundamento do tema em: Público - Imigrantes nas estufas do Alentejo assumem luta por trabalho mais digno, 19.02.2022

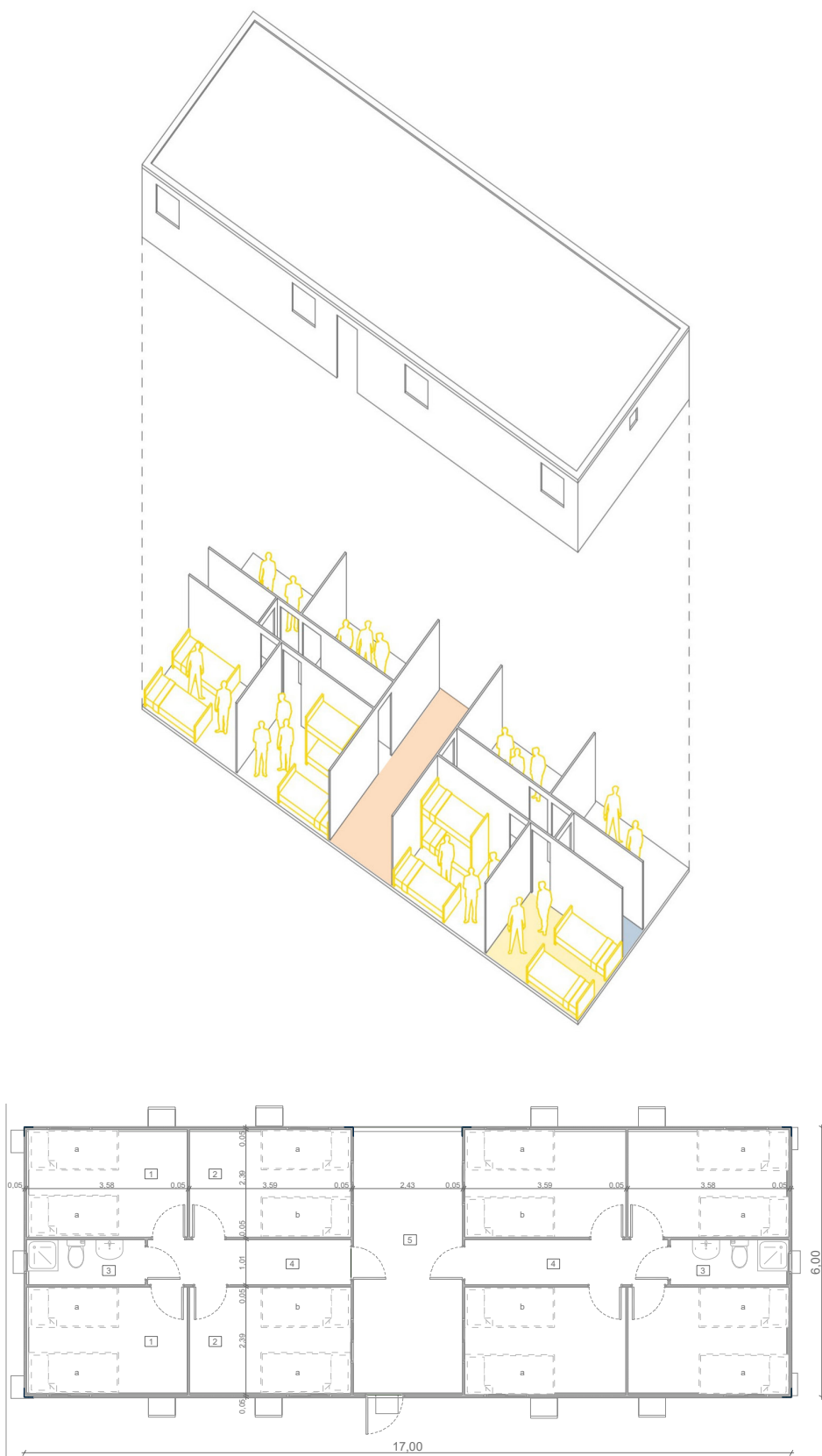
⁹⁵ PORTUGUESA, R. (2021). Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2021, *Regime especial e transitório aplicável ao Aproveitamento Hidroagrícola do Mira*. Diário da República. P. 67

⁹⁶ Ibid. P. 71

⁹⁷ OLIVEIRA, D. (2024). *Odemira, Habitação e Imigração. Estratégias para uma Reabilitação Urbana*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 65

²⁹ Vista de IATAs instaladas numa exploração agrícola

³⁰ Vista geral das estufas em Odemira



31 Planta base de uma IATA

32 Axonometria de uma IATA aplicada em produção agrícola

de transitoriedade para um futuro alojamento permanente, dos perímetros urbanos, devendo garantir condições de salubridade, higiene e segurança.⁹⁸ Contudo, esta solução veio consolidar uma lógica de excecionalidade territorial e de distanciamento urbano, que perpetua a exclusão social e espacial dos trabalhadores.

Em análise da dissertação, Davide Oliveira destaca que a implementação das IATAs, apesar de apresentar um discurso formal de provisão habitacional, acaba por funcionar como “*tampão para a crise habitacional*”, que se arrasta há anos, “*por conta da inaptidão do governo em colmatar o problema da habitação em Odemira*”.⁹⁹ Ao mesmo tempo, nesta mesma obra, é identificado um problema de segregação urbana na medida em que a habitação dos trabalhadores é deslocada para fora dos perímetros urbanos, impedindo-os de qualquer integração real no dinamismo social da comunidade local, tornando ilusória qualquer intenção de integração e intensificando o isolamento e a dependência na entidade empregadora. O autor sublinha que estas estruturas, ao serem implantadas nas próprias explorações agrícolas, por vezes vedadas e inacessíveis, encerram os trabalhadores numa “*bolha*”¹⁰⁰, distanciando-os da tal vida em comunidade.

O caso das IATAs reflete, por isso, um paradoxo entre a produção agrícola intensiva, dependente de uma vasta força laboral migrante, e a falta de soluções habitacionais sustentáveis e inclusivas. O modelo, embora legal, revela-se desajustado do ponto de vista urbanístico e social, tratando o habitar como um requisito funcional ao processo produtivo, e não como um direito digno e fundamental do trabalhador.

98 PORTUGUESA, R. (2021). Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2021, *Regime especial e transitório aplicável ao Aproveitamento Hidroagrícola do Mira*. Diário da República. P. 67

99 OLIVEIRA, D. (2024). *Odemira, Habitação e Imigração. Estratégias para uma Reabilitação Urbana*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 69

100 Ibid.



33 Uma roga na hora da refeição num Cardenho

O Cardenho

Como protagonista da presente dissertação, o Cardenho (ou Cardenha) constitui um exemplo emblemático da arquitetura rural transmontana. A Região Demarcada do Douro, aquando os períodos das rogas, exige uma grande demanda de mão-de-obra, sentida pela generalidade das Quintas¹⁰¹, na qual o rogador¹⁰² é encarregado pelo ajuntamento desta força laboral necessária. Dada a ancestralidade do tema, no decorrer da atividade agrícola, a Quinta assegurava, para além do devido salário e alimentação, o alojamento durante o período necessário, denominado por Cardenho, sendo o seu habitante o trabalhador sazonal, batizado com o nome de Cardenheiro ou Cardeneira.¹⁰³

Segundo o Inquérito à Habitação Rural¹⁰⁴, esta estrutura apresenta uma tipologia simples, geralmente construída em alvenaria de pedra seca, com cobertura de colmo ou lajes de xisto. Embora não exista uma própria preocupação pelo entendimento do espaço necessário e digno para cada um dos seus utilizadores, o desenho espacial diminuto reflete a necessidade de um abrigo compacto, de fácil manutenção e resistente às adversidades climáticas, capaz de proteger da realidade atópica exterior. Tratava-se de uma estrutura linear arcaica construída “em desmazelo, sem sinal de cal, desprezado de arranjos, pardo e afastado”¹⁰⁵, sendo composta por paredes de xisto, que suportavam, geralmente, um telhado de uma água. Apesar de, por vezes, ter existido o simples esforço de desenho de uma parede divisória entre o espaço dedicado à hospedagem das mulheres e o espaço de hospedagem dos homens¹⁰⁶, o Cardenho, apresentava, geralmente, uma planta estreita e retangular e sem qualquer divisória física, destinado à vida coletiva, onde crianças, mulheres e homens não tinham outra opção senão a partilha do mesmo espaço.¹⁰⁷

101 Propriedades das entidades produtoras em regime patronal.

102 Responsável pela contratação dos trabalhadores sazonais vinícolas. A nomeação deste posto encontra-se atualmente extinta de uso

103 BASTO, E.; BARROS, H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 395

104 Ibid.

105 PEREIRA, A. (2020). *Memórias do trabalho no Douro antigo a partir de narrativas literárias e fotográficas*. Revista “Memória Rural” (3). P. 57

106 Ibid. P. 56

107 Ibid.



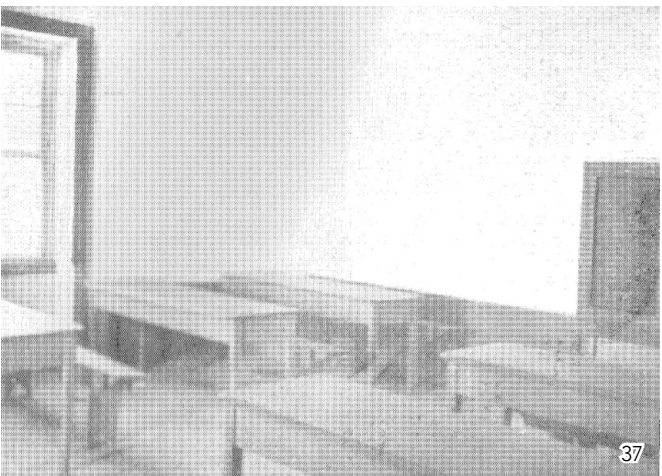
34



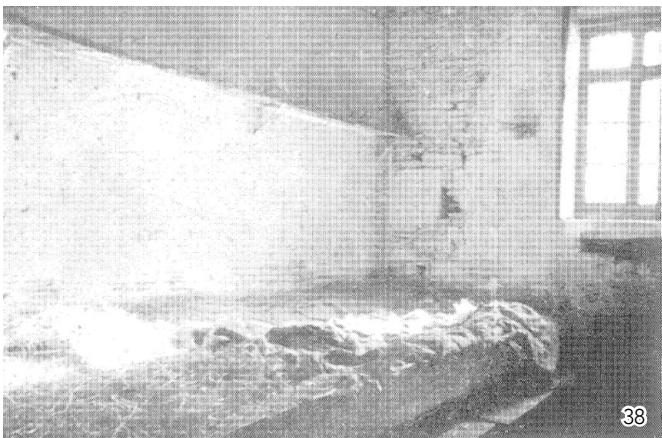
35



36



37



38



39

- 34 Cardenho da Quinta da "Rueda" - Exterior. Quinta ao serviço da empresa Taylor's
35 Cardenho da Quinta da "Rueda" - Interior
36 Cardenho da Quinta da "Rueda" - Cozinha
37 Cardenho da Quinta da "Rueda" - Refeitório
38 Cardenho de tipo regional - Interior
39 Cardenho de tipo regional - Interior

Esta estrutura apresentava um espaço interior que muito daria que falar nos tempos contemporâneos, perante os padrões atuais de privacidade, higiene e conforto. Já Miguel Torga afirma que *"a cardenha, durante o período de trabalho na vindima, ocupa o lugar de "quarto", dividido pelo coletivo (...) é na cardenha que se procura aposento, gerando a intimidade com o ambiente e a demarcação de um local onde somente um perfil exato de pessoa é que pode habitá-lo"*.¹⁰⁸ Ainda mais impactante é o reconhecimento desta realidade num passado não tão distante da atualidade, com cerca de apenas 50 anos.¹⁰⁹ Apoiado na expressão de Torga *"gado humano"*¹¹⁰, Manuel Mendes refuta as condições de habitabilidade que em meados do década de 60 continuavam a existir na região duriense, *"(...) e à noite dormem como gado, a monte nos cardenhos"*.¹¹¹ Em conversa com a D. Fátima é, consecutivamente, possível verificar esta realidade:

"E a gente ouvia aquelas pessoas falar, quando chegavam cá, que tinham uma cama, com lençóis, onde fazíamos a limpeza todos os dias. Todos os dias fazíamos. Tinham mulheres para fazer as camas, para limpar as casas, para limpar tudo. Fazem limpeza diária e fazem as camas. Apesar de serem essas as condições, de dormirem juntos, todos os dias há mulheres a fazer a limpeza. E quando eles chegavam aqui, muitos, coitados, ficavam... não queriam acreditar. A maior parte das outras empresas dormiam em colchões de palha, onde tinham que levar roupa ou até um cobertor, só para se taparem. Mais nada.

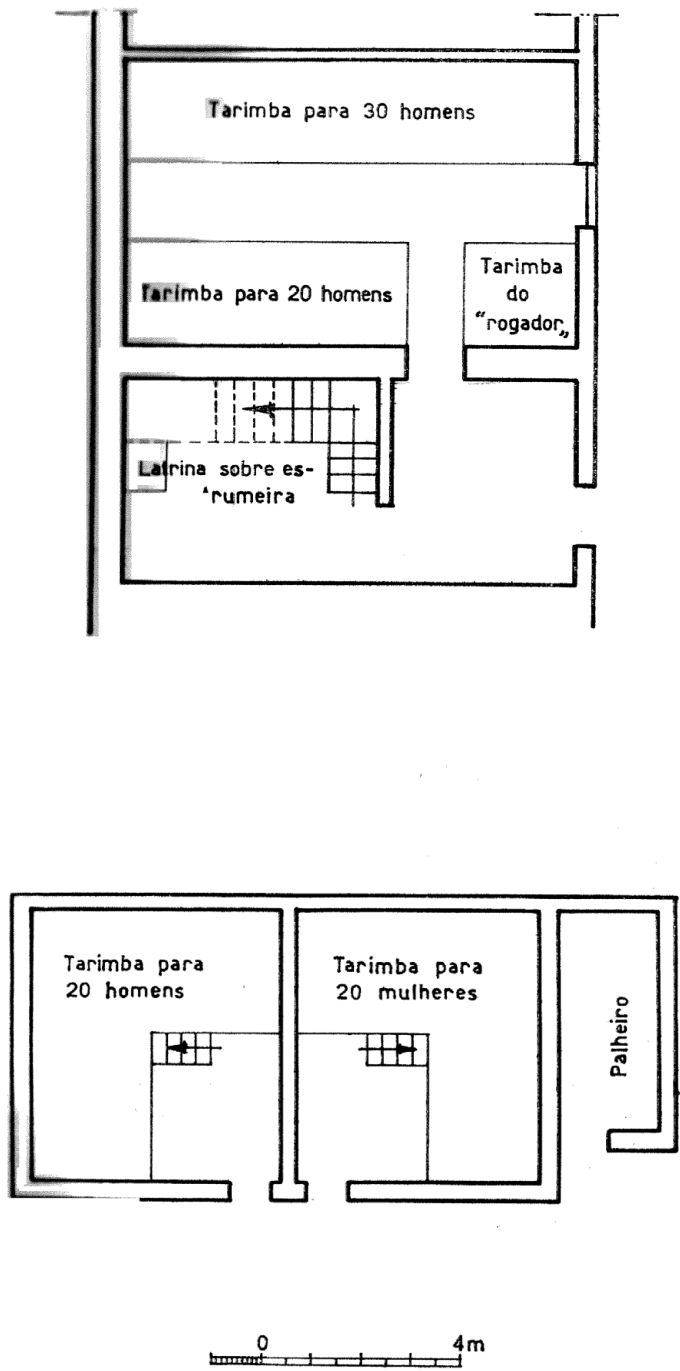
ALC: E sabe há quanto tempo?

D. Fátima: Por volta de 20 anos.

ALC: Há 20 anos?

D. Fátima: Sim, por volta de 20 anos. Ainda havia muita quinta assim. Muitas mesmo. As pessoas chegavam aqui e ficavam admiradas. A

- 108 TORGA, M. (2011). *Vindima*. D. Quixote, Ed. P. 138
109 PEREIRA, A. (2020). *Memórias do trabalho no Douro antigo a partir de narrativas literárias e fotográficas*. Revista "Memória Rural" (3). P. 56
110 TORGA, M. (2011). *Vindima*. D. Quixote, Ed.. P. 138
111 MENDES, M. (2005). *Roteiro Sentimental: Douro*. Afrontamento, Ed. P. 126-127



empresa pode não ter uma boa área social, mas roupa tem. Aliás, na minha área, eu preciso de lençóis e toalhas. As toalhas só damos aos empregados da casa, os trabalhadores trazem as suas. Mas roupa de cama somos nós que pomos.”¹¹²

Falamos de uma estrutura que fornecia, portanto, um espaço seguro para os trabalhadores e, por vezes, para animais, oriundos de terras estrangeiras ao local de cultivo. O Cardenho, comumente, situava-se numa das extremidades do terreno da Quinta, próximo do complexo habitacional da mesma e da respetiva adega e/ou armazéns. Em muitos casos, estas construções eram erguidas sem fundações profundas, o que permitia a sua desmontagem e reerguimento em locais distintos conforme a necessidade do momento. É de salientar a materialidade singular deste edifício, o xisto. Uma pedra que assegura as propriedades térmicas, que garante um isolamento natural, mantendo o interior fresco no verão e aquecido no inverno. Contudo, o declínio do pastoreio tradicional levou ao abandono progressivo dessas estruturas, muitas das quais se encontram atualmente em ruínas.

Em conclusão, o Cardenho é necessário para a compreensão da população que o habita, bem como da evolução da arquitetura vernácula em Portugal, pois evidencia um modelo construtivo sustentável e adaptado às ofertas da terra. O entendimento do seu espaço e das suas vivências adjacentes são essenciais para uma adaptação fundamentada e coerente da estrutura perante as exigências da atividade agrícola contemporânea.

40 Planta de cardenho em Caldas de Modeló
41 Planta de cardenho em Casais do Douro

112 Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 190-191



PROJETO

Capítulo 3



Apoiado na vontade de tornar um assunto teórico em matéria concreta, prática, foi necessário entender, através do contacto com algumas empresas produtoras de vinho do Porto e do Douro¹¹³, quais as suas realidades sociais e que património contruído se encontrava esquecido e/ou inoperativo, com necessidade de reabilitação. Deste modo, uma primeira abordagem com a região do Alto Douro vinhateiro permitiu entender parte da sua dinâmica social, económica, geográfica e paisagística, bem como determinar qual o melhor contexto e local a intervir.

O foco centra-se sobre a Quinta do Cruzeiro, localizada nas extremidades da aldeia de Vale de Mendiz, situada no município de Alijó, na junta de freguesia de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas. Encontra-se a quase 6 km da vila do Pinhão, atual e histórico entreposto comercial, farol da zona demarcada do vinho do Porto. A sua localização perante este importante posto operacional da atividade vinícola regional e a sua proximidade à Quinta da Roêda, reflete a sua posição geográfica estratégica para o ideal funcionamento e prosperidade da sua entidade reguladora/produtora. Quanto à Quinta representativa do enoturismo da CROFT¹¹⁴, e, consecutivamente, da Fladgate Partnership¹¹⁵, a Quinta da Roêda demarca-se pelo seu importante papel no entendimento da atividade vinícola da empresa e até mesmo da região, tendo já representado um bom exemplo de gestão financeira e humana ao serviço do cultivo da vinha¹¹⁶.

"Alguns, porém, dos grandes proprietários – quem conhecer o Douro, conhece-os também – cumprem conscientemente os seus deveres e gosam do respeito e consideração de todos aqueles que lhes prestam serviços. Algumas tentativas tem sido feitas – por exemplo, na Rueda, Quinta modelo do Douro – no sentido de humanizar esses armazéns de

43 Enquadramento poente da Quinta do Cruzeiro
44 Enquadramento nascente da Quinta do Cruzeiro

113 Foi realizado o contacto com quatro entidades diferentes, envolvendo a Taylor's, a Sogevinus, a Sogrape e Symington
114 Produtora de vinho do Porto, desde o século XVI
115 Grupo estratégico-económico de diferentes entidades produtoras do vinho do Porto e vinhos do Douro, tais como Taylor's, Fonseca e Croft. Fundada em 1692, a Taylor's tornou-se a primeira empresa do grupo
116 Para entender o contributo de John Alexander Fladgate, antecessor da empresa sob o título de Barão de Roeda, na viticultura do Douro, ver: BENNETT, N. (2001). *British property-holders in the Douro. The Late Eighteenth to the Early Twentieth Century*. In *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*. Faculdade de Letras do Universidade do Porto. Vol. 1. P. 199-210



- 45 Vista do pórtico de entrada na Quinta do Cruzeiro
- 46 Vista do caminho de entrada, do pórtico até ao complexo da Quinta
- 47 Vista geral do complexo da Quinta do Cruzeiro
- 48 Vista da entrada formal do edifício principal e do acesso ao nível inferior do mesmo
- 49 Vista do alçado poente, nível inferior
- 50 Vista do alçado nascente do complexo da Quinta

gente que são os “cardenhos”, dotando-os de regulares condições de higiénicas e de cozinha capaz de fornecer alimentação bastante, porém são raras... mas que sirvam, ao menos, de exemplo.”

Por sua vez, foi na Quinta da Roêda que se realizou grande parte do debate sobre o objeto de estudo desta dissertação, a requalificação da Quinta do Cruzeiro para usufruto da sua massa humana colaborativa. Por ser também um entreposto administrativo, tornou-se o local charneira de partilha com os interlocutores, das vontades e opiniões sobre o futuro da Quinta e dos trabalhadores. Por outras palavras, foi por força destes interlocutores - composto de um núcleo de representantes da empresa, pelo Engenheiro David Guimarães, o Engenheiro Tiago Machado e a secretária Adriana Carvalho que melhor se entendeu o objeto de estudo e os seus grandes objetivos.

Foi no decorrer do primeiro contacto formal com estes interlocutores que a Quinta do Cruzeiro surgiu, enquanto potencial palco de projeto. Esta é uma Quinta marcada por uma infinidade de vivências remotas, desde os finais do século XIX, ao serviço da empresa Taylor’s. Por conseguinte, rapidamente se reconheceu a importância da Quinta do Cruzeiro, quer pelo seu passado quer pelo seu futuro promissor. É neste futuro que o interlocutor se apoia. Partilhou, desde o princípio do diálogo, uma vontade transformadora dos atuais moldes de gestão social da empresa e, consequentemente, uma sensibilidade de adaptação face aos inúmeros desafios sociais emergentes da região. O interlocutor acredita que a Quinta do Cruzeiro pode representar um ponto de viragem e/ou até mesmo um exemplo para futuros projetos de organização social de quaisquer entidades empregadoras vinícolas da região.

A ideia para a proposta surgiu de uma problemática emergente, vivenciada pelo interlocutor e pelo locutor. Uma problemática cativa de uma resposta, ou simplesmente de um pensamento sensível, negando a sua indiferença e enaltecendo uma solução concreta. Foi, consecutivamente, através desta sensibilidade mútua que o objeto se debruça sobre a conceção de um novo espaço partilhado entre culturas, gerações, crenças ou hábitos, digno de ser vivido, que coloque em causa os moldes tradicionais de acomodação de trabalhadores. Um espaço que promova a paz, o descanso e momentos de sociabilidade interna, entre os diferentes agentes, assim como, auxilie a gestão humana

e o funcionamento diário da atividade agrícola. Foi, portanto, a partir desta discussão conjunta que uma ideia de projeto começou a surgir. O raciocínio desta proposta apoiou-se na conceção de um cenário ideal para quem a virá a habitar. Contudo, este projeto requer também um ponto de vista sustentável, a nível financeiro e de máximo usufruto dos espaços durante todo o ano, que se autofinancie por força da atividade económica emergente da região, o turismo. A ideia parte da partilha de espaços entre o corpo trabalhador sazonal da empresa e o turismo variável, que constituem duas visões diversas relativamente ao uso dos espaços, requerendo, portanto, a sua flexibilidade e a resposta a ritmos e rotinas diárias diversas.

Com este enquadramento o trabalhador sazonal representou, no decorrer de todo o processo, o foco central da proposta, quanto à potencialização e condições da sua vida, durante os períodos de atividade agrícola. A primeira reunião com a sociedade agrícola, resultou do seu interesse em aprofundar o tema proposto, por meio de um trabalho académico para apresentar uma abordagem realista perante a problemática. Nesta sessão, debateu-se o problema vigente e desenvolveram-se sensibilidades sobre o mesmo. O representante da sociedade, estimulado pela vontade e necessidade de mudança, apresentou um primeiro programa preliminar, reflexo das necessidades básicas entendidas para a boa vivência de, aproximadamente, cinquenta trabalhadores. Desta forma, e após a sugestão presencial do local de intervenção, iniciou-se a discussão e, posteriormente, o aperfeiçoamento deste esboço inicial. O programa foi sendo ajustado no decorrer do desenvolvimento do projeto e dos diferentes diálogos, em resposta a necessidades e especificidades encontradas. Para além da pormenorização das divisões sugeridas, os programas procedentes do inicial tomaram especial deliberação sobre os novos “espaços exteriores”; “espaços administrativos” e “espaços técnicos”.

A deliberação do programa final¹¹⁷ foi resultado de inúmeros ensaios, por vezes moldados pelo estudo contínuo do terreno, da legislação e da própria comunidade. Neste sentido, em janeiro de 2025, realizou-se uma sessão de apresentação da ideia geral do projeto de intervenção, sobre a Quinta e terrenos adjacentes, do autor perante o grupo interlocutor. Por

Divisão ideal	Observações
Cozinha	Preparação de refeições para 26 pessoas e mobiliário de trabalho/arrumos. Arejamento e luz natural. (com aptidão para vindima teria de ser dimensionada para 100 refeições).
Refeitório	Mínimo ideal de 56 lugares (controle de ruído, luz natural). Caso sirva para vindima, em conformidade até 100 refeições.
Copa de aquecimento de refeições	Pode ficar incorporado no refeitório (seria desativado na vindima) - Microondas; - Frigorífico; - Lava louça; - Contentor lixo; - Bancada (colocação de sacos). Serve aos trabalhadores que trazem comida de casa e a aquecem/conservam.
Posto médico	Consultas médicas + 1ºs Socorros
Escritório	Secretária + material informático + pequena mesa de reunião.
Sala de café/Convívio	Máquina de café, televisão; idealmente continua pela esplanada.
Despensa	Apoio à cozinha
Lavandaria	Máquina de lavar, secar, zona de passar a ferro
Despensa Epi's	Material de epi's e vestuário
Hall de entrada	Acesso aos balneários - Cabides + espaço para galochas, capas de chuva + armários individuais
Balneários	WC c/ lavatório, chuveiro.
Dormitórios / Casas de Banho	Aproveitamento máximo do espaço.
Casa do Caseiro	13.
Loja de apoio à actividade agrícola	Ferramentas + pequenas máquinas agrícolas. Zona suja, mas de apoio fundamental à actividade da quinta.

Local	Trabalhadores	Nº Pax	
Cantina	Sazonais	30	56
	Trimestre (Maio, Junho, Julho)	26	
	Vindima	100	

51 Primeiro programa preliminar, apresentado pela sociedade vinícola

117 Acessível em “Apêndices”

consequente, este momento representou a conclusão e correspondência de expectativas de uma primeira fase do projeto que, por sua vez, impulsionou a concretização de uma segunda fase, mais pormenorizada.

Atendendo ao número idealizado de utilizadores, conclui-se que o programa geral do projeto seria entendido por meio de 8 espaços, distintos das suas funcionalidades, mas sempre intercomunicantes. Os espaços foram agrupados da seguinte forma:

ESPAÇOS EXTERIORES e espaços associados

O espaço envolvente aos volumes construídos da Quinta do Cruzeiro, quer sejam acessos, espaços de permanência ou áreas de apoio.

ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS

A área da proposta dedicada à gerência da atividade humana e dos recursos da Quinta do Cruzeiro, podendo administrar também qualquer função associada ao negócio da empresa.

ESPAÇOS DE EQUIPA TÉCNICA

As áreas dedicadas à equipa técnica, que sustenta o funcionamento geral do quotidiano da Quinta do Cruzeiro.

ESPAÇOS SOCIAIS

As áreas comuns de ajuntamento de todos os trabalhadores.

ESPAÇOS DEDICADOS A TRABALHADORES

As áreas dedicadas ao descanso e afazeres pessoais de cada trabalhador.

ESPAÇOS TÉCNICOS

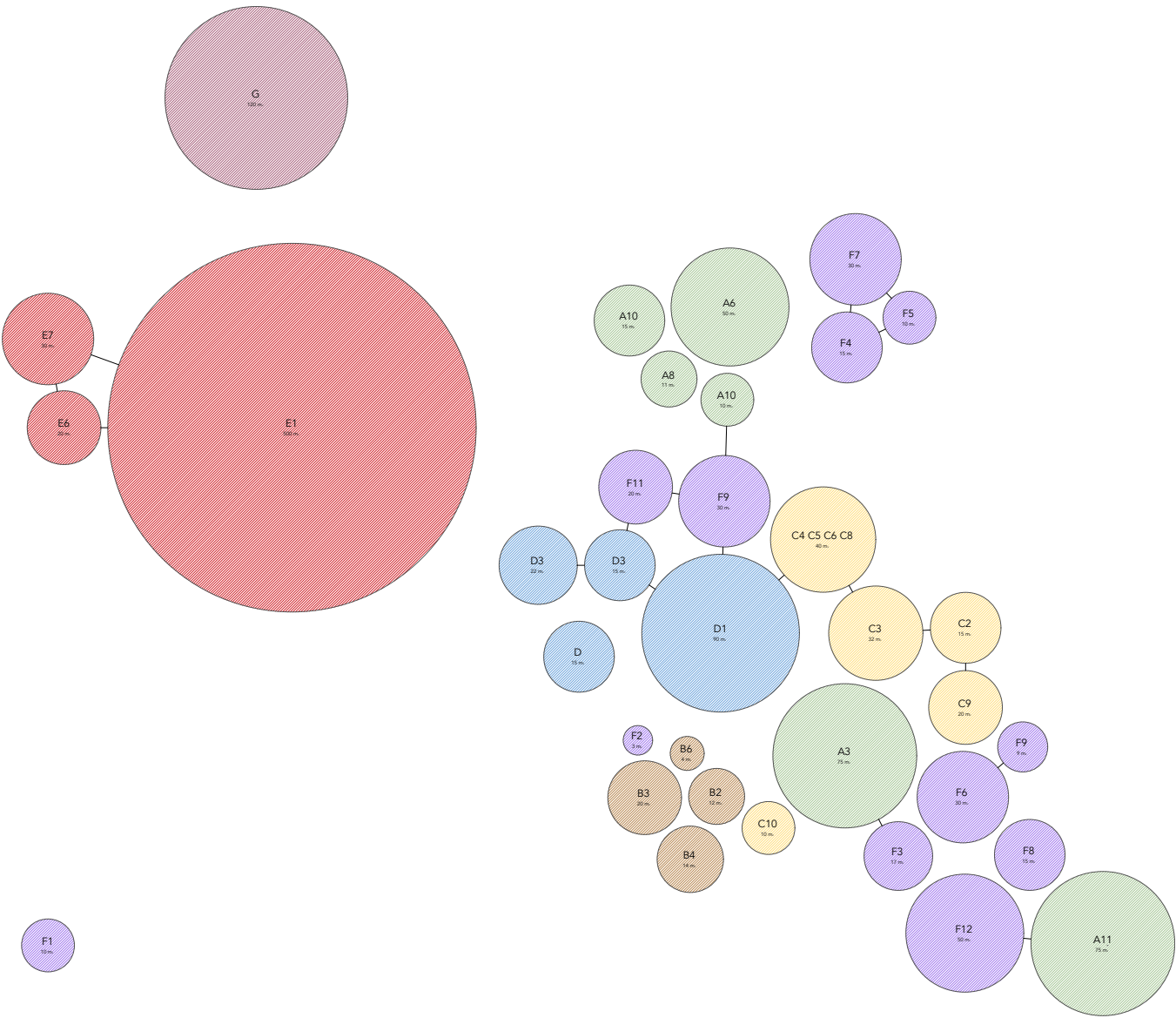
As áreas técnicas/infraestruturais de apoio a todo o complexo da Quinta do Cruzeiro.

CASA DO ZELADOR

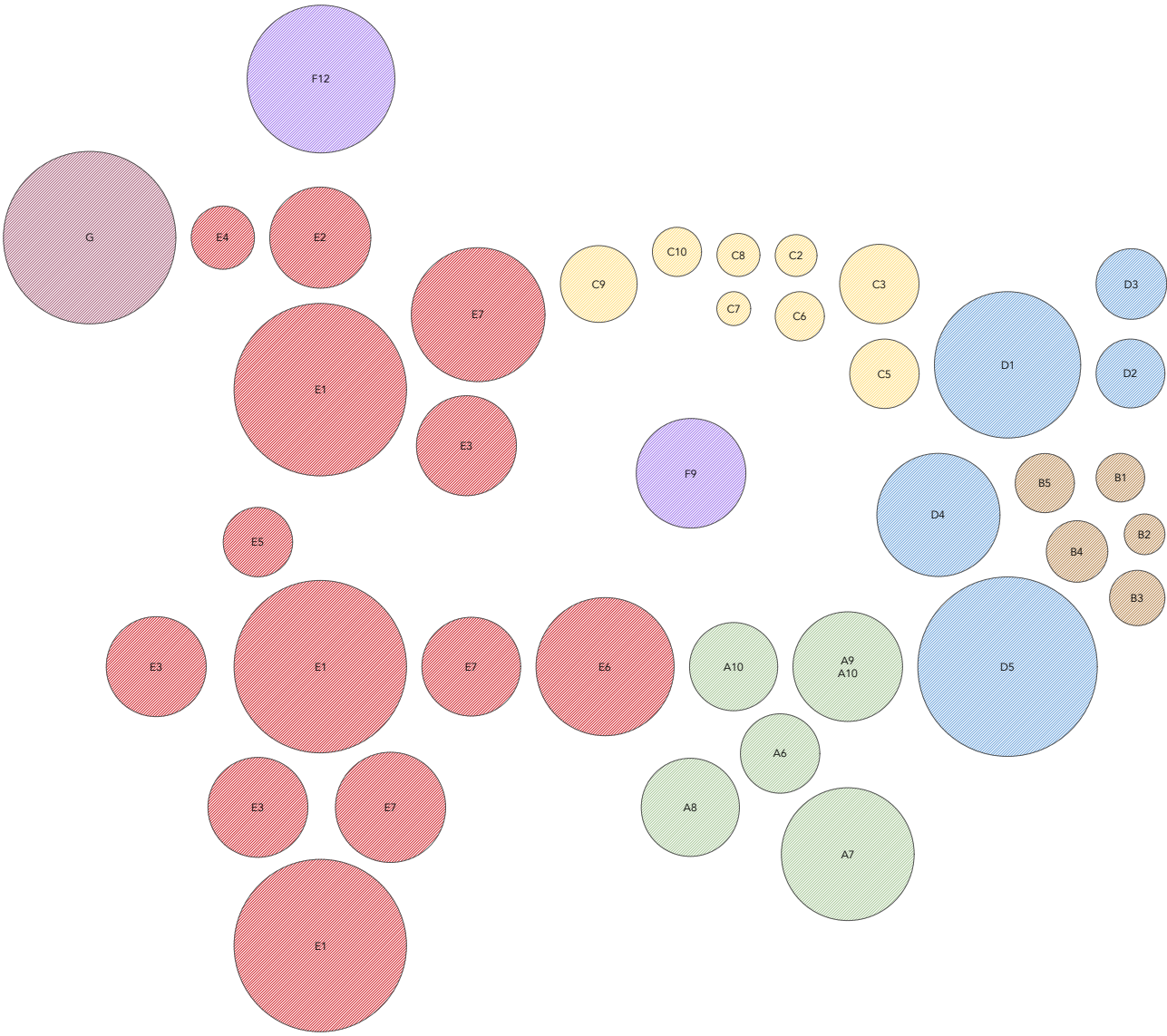
A casa do responsável geral da Quinta do Cruzeiro e da sua respetiva família.

ESTACIONAMENTO

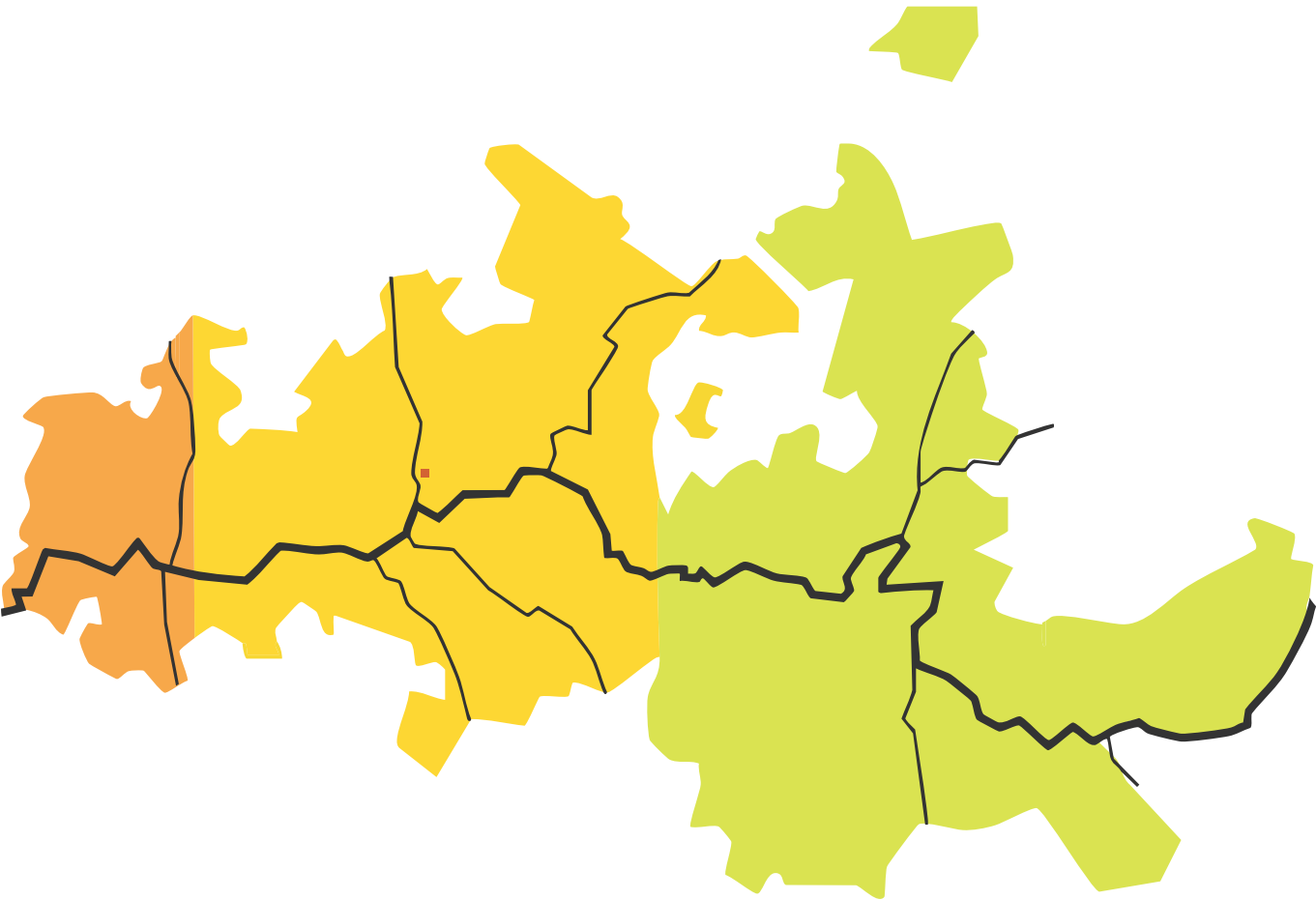
As áreas destinadas ao estacionamento dos automóveis de apoio à produção, dos trabalhadores e de visitantes.



52 Organograma inicial. Relação entre os espaços do programa.
Leitura complementada com o documento em apêndice "Programa"



53 Organograma final. Relação entre os espaços do programa.
Leitura complementada com o documento em apêndice "Programa"

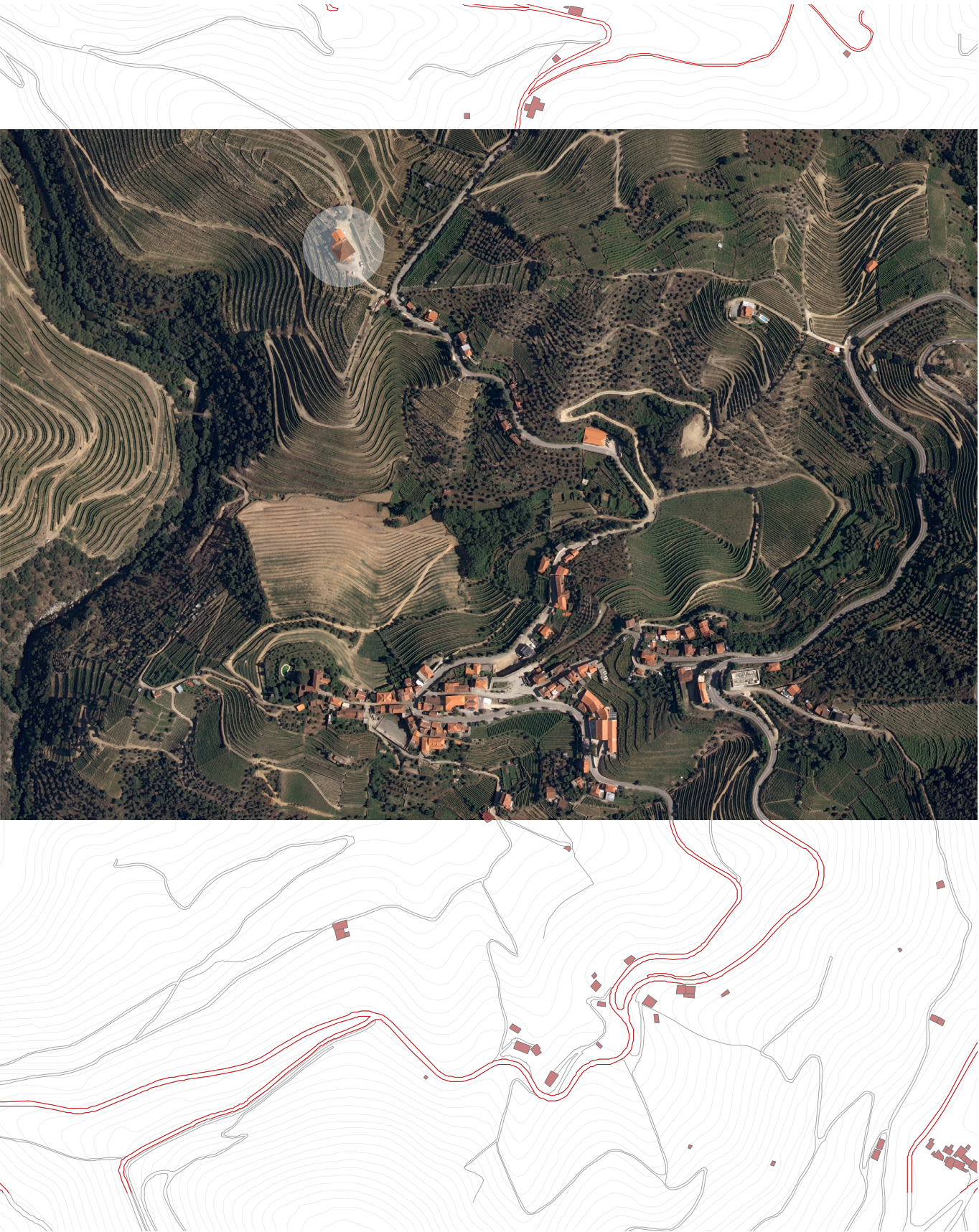


- Baixo Corgo
- Cima Corgo
- Douro Superior
- Quinta do Cruzeiro, Vale de Mendiz

A Quinta do Cruzeiro encontra-se servida por dois acessos distintos. Um primeiro, público, é marcado pela estrada nacional M584, que por um momento sofre um alargamento da via por surgimento de um pórtico de entrada em granito, representativo da entrada formal da Quinta do Cruzeiro. O segundo acesso, privado, distribui para os restantes terrenos da empresa à margem do rio Pinhão. O acesso público à aldeia de Vale de Mendiz, graças à virtude do túnel do Marão, pode ser atualmente realizado por via da A4 até Vila Real, tendo, posteriormente, duas portas de entrada, uma pelo norte e outra pelo sul. Pelo norte é-se confrontado pelos recorrentes caminhos curvilíneos resultantes da típica topografia duriense, passando pelas urbanizações de São Martinho da Anta, Sabrosa e Vilarinho de São Romão até ao rio Pinhão. Pelo Sul, o caminho confronta-se pelo desvio para o Peso da Régua em direção à vila do Pinhão, realizando, desta forma, a marginal do Rio Douro até à foz do rio Pinhão.

Atendendo ao espectro geral da região demarcada do Douro, a Quinta do Cruzeiro encontra-se localizada na sub-região do Cima Corgo, caracterizada por diferenças altimétricas, geológicas e climáticas das outras subdivisões, traduzindo-se no cultivo de diferentes culturas como a amendoeira, a oliveira e a videira. Situa-se, porém, numa zona de cultivo maioritário da videira, cuja rede hidrográfica se apoia no rio Pinhão e, por sua vez, no rio Douro. A paisagem denuncia o impressionante posicionamento da Quinta do Cruzeiro, que, perante uma topografia marcada por montes e vales, assume o pódio do monte, distinguindo-se do restante conjunto edificado da aldeia, amontoado no cimo do monte antecedente. Por conseguinte, localizando-se no cume de inúmeros taludes e socacos de xisto, a Quinta apresenta uma posição estratégica perante os terrenos agrícolas envolventes e pertencentes à empresa, tendo sido construída e direcionada a poente, tomando partido da aclamada escultura paisagística duriense.

Pouco se encontra relatada a história do conjunto edificado da Quinta, sendo visíveis quatro momentos distintos de intervenção sobre a mesma, mais concretamente de ampliação: 1.º – Anexo 1; 2.º – Anexo 2; 3.º – Casa do Zelador; 4.º – Apêndice. Contudo, o complexo é marcado pela construção do corpo principal da Quinta do Cruzeiro, caracterizado pela sua planta quadrada e pelo respetivo telhado de quatro águas. Esse corpo-mãe é atualmente constituído por dois pisos, e um meio piso,



55 Ortofotomapa da aldeia de Vale de Mendiz. Escala 1.6000. Relação do conjunto edificado com a Quinta do Cruzeiro. Edição do autor



56 PLANTA TOPOGRÁFICA | ESCALA 1.6000

com entrada na lateral norte. O primeiro piso pode ser entendido por meio de dois espaços, dada a parede monumental central existente que rasga o edifício e que suporta o telhado, elemento caracterizador da imagem formal da Quinta. O primeiro espaço é caracterizado por uma série de cinco lagares¹¹⁸ consecutivos e por um corredor tangente à parede central. Este espaço amplo, fortificado por espessas paredes de xisto, serve as restantes áreas do edifício por meio de três portas, duas nas extremidades e outra central. As primeiras são intercomunicantes, entre uma zona administrativa, compartimentada em diversas pequenas salas - outrora quartos, conforme o testemunho de D. Fátima¹¹⁹ - e uma zona dedicada à atual sala de refeições dos trabalhadores da empresa, estando articulada com a cozinha, que se encontra num volume externo ao edifício principal da Quinta. Por último, o terceiro espaço, com entrada interna centralizada, localiza-se no piso inferior e é acessível por meio de uma escada metálica. Este é um espaço marcado pela presença de inúmeros tanques, atualmente reservatórios de água, outrora de vinho.

A presente proposta apoia-se na reabilitação e ampliação da Quinta do Cruzeiro, da casa-mãe, face ao resultante programa do projeto. Numa primeira fase, realizou-se uma análise do edificado existente, partindo da avaliação do valor patrimonial, do valor construtivo e da potencialidade de cada volume existente na resposta ao programa preliminar, para definir as áreas para reabilitação e demolição.

Entendeu-se que o corpo principal da Quinta fosse o único volume a ser preservado, bem como o anexo perpendicular 1, delimitado pelo comprimento da frente nascente do volume principal. A vontade da não preservação da atual casa do Zelador e do apêndice adjacente deve-se a três fatores:

1. fraca qualidade construtiva do apêndice, dadas as simples paredes de cimento de 10 cm, sem isolamento e revestimento;
2. intenção de valorização do corpo principal da Quinta face à sua envolvente. Para isso, seria necessário a demolição da atual casa do

Zelador e do apêndice; a primeira encontra-se elevada sobre pilares, destacando-se, radicalmente na paisagem e afirmando um impacto visual desmedido face ao contexto natural envolvente;

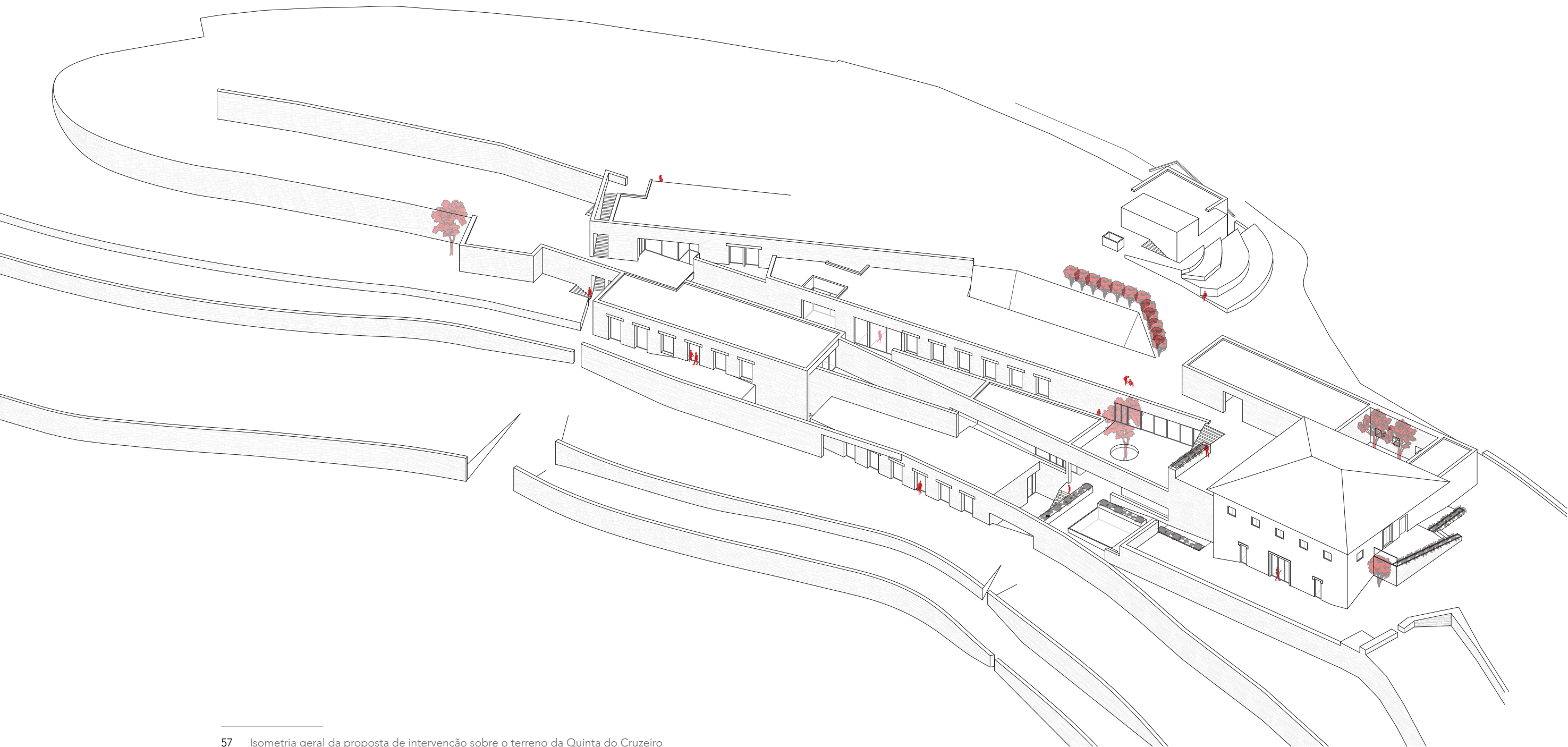
3. e necessidade de criação de um espaço exterior de transição entre o corpo principal da Quinta e a nova proposta de ampliação, um espaço que permita ao volume principal “respirar” face a tudo o que o envolve, protagonizando-o.

Este propósito apoia-se na ideia base do projeto, em separar o programa em duas zonas distintas, mas sequenciais: uma zona de dia, caracterizada pelo dinamismo diário da Quinta e pelos momentos de agrupamento do coletivo; e uma zona de noite, que promova os momentos de interesse individual e de descanso. A zona de dia é composta por uma série de espaços com funções singulares, entre os quais os espaços administrativos, os espaços de equipa técnica e os espaços sociais. Nos espaços administrativos concentram-se as áreas do secretariado e da administração, enquanto que nos espaços de equipa técnica estão concentrados o posto médico, a lavandaria e a cozinha, com a respetiva copa e áreas complementares. Ao mesmo tempo, os espaços sociais, enquanto áreas comuns de ajuntamento dos trabalhadores, compreendem:

- uma sala polivalente, expansível para o exterior e, por sua vez, para a paisagem, que promove uma flexibilidade de usos devido à sua amplitude e desprendimento estrutural;
- um refeitório para 48 pessoas, associado à copa da cozinha e a um pátio exterior, que permite a iluminação e ventilação natural da zona de refeições;
- e uma sala nobre de refeições, isolada, para dois potenciais fins, enquanto área expansível do refeitório ou área de refeições dedicada exclusivamente ao turismo, podendo expandir-se para o exterior.

118 Local onde se pisam as uvas colhidas, separando o líquido do conteúdo sólido do fruto

119 Excerto da conversa, acessível no documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 5



57 Isometria geral da proposta de intervenção sobre o terreno da Quinta do Cruzeiro



58 AMARELOS (demolição). Enquadramento no alçado nascente da Quinta do Cruzeiro. Sequencialmente da cobertura do anexo 1, anexo 2 e a casa do Zelador

59 AMARELOS (demolição). Enquadramento sobre a Casa do Zelador (1º plano) e o apêndice perpendicular (2º plano)

60 AMARELOS (demolição). Enquadramento no alçado nascente da Quinta do Cruzeiro. Sequencialmente da cobertura do anexo 1, anexo 2 e a casa do Zelador

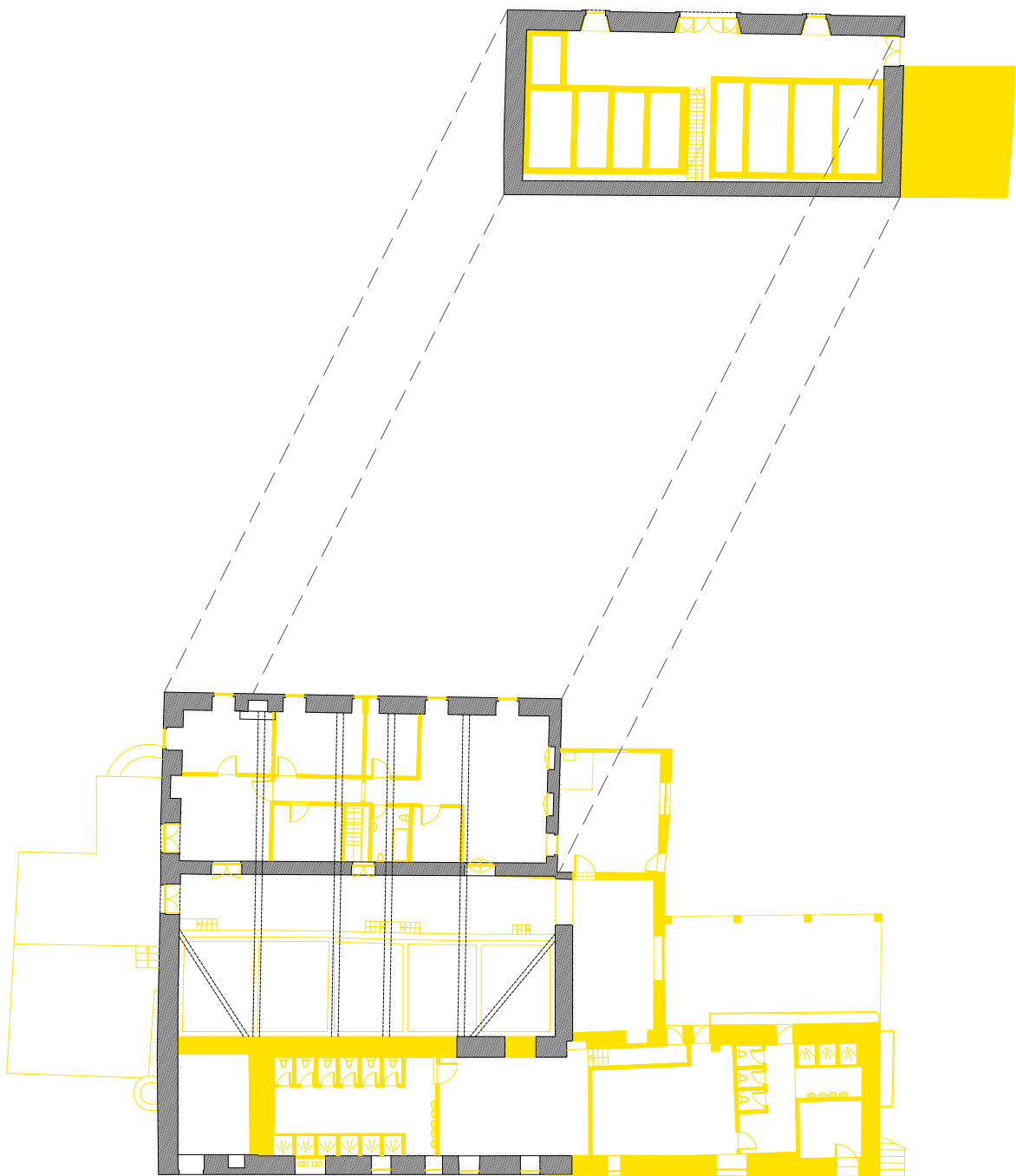
61 AMARELOS (demolição). Enquadramento no alçado nascente da Quinta do Cruzeiro. Sequencialmente da cobertura do anexo 1, anexo 2 e a casa do Zelador



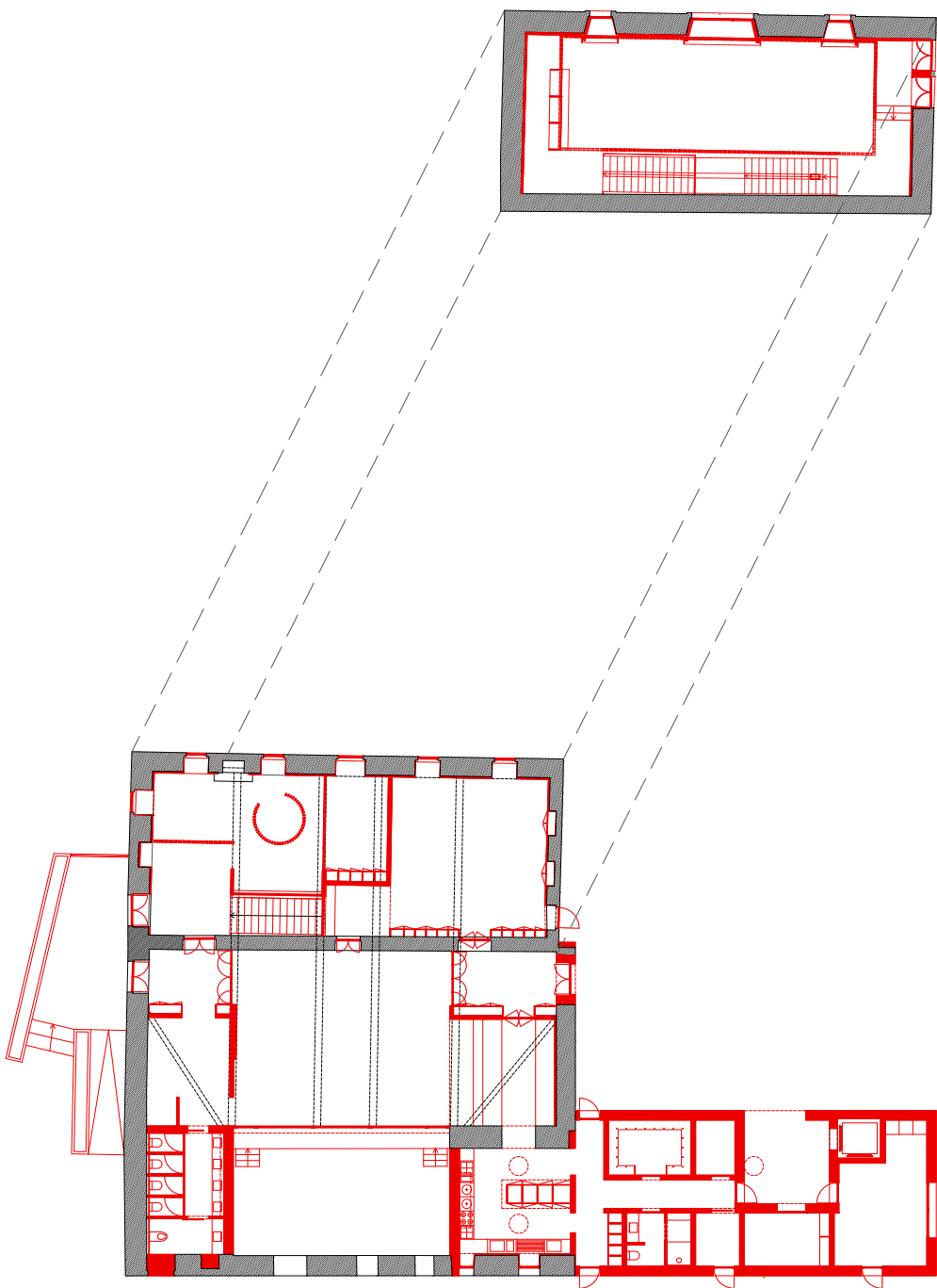
62 AMARELOS (demolição). Lagares
63 AMARELOS (demolição). Tanques



64 AMARELOS (demolição). Tanques



65 PLANTA DE AMARELOS. Relação dos elementos a demolir do edifício com a estrutura a manter



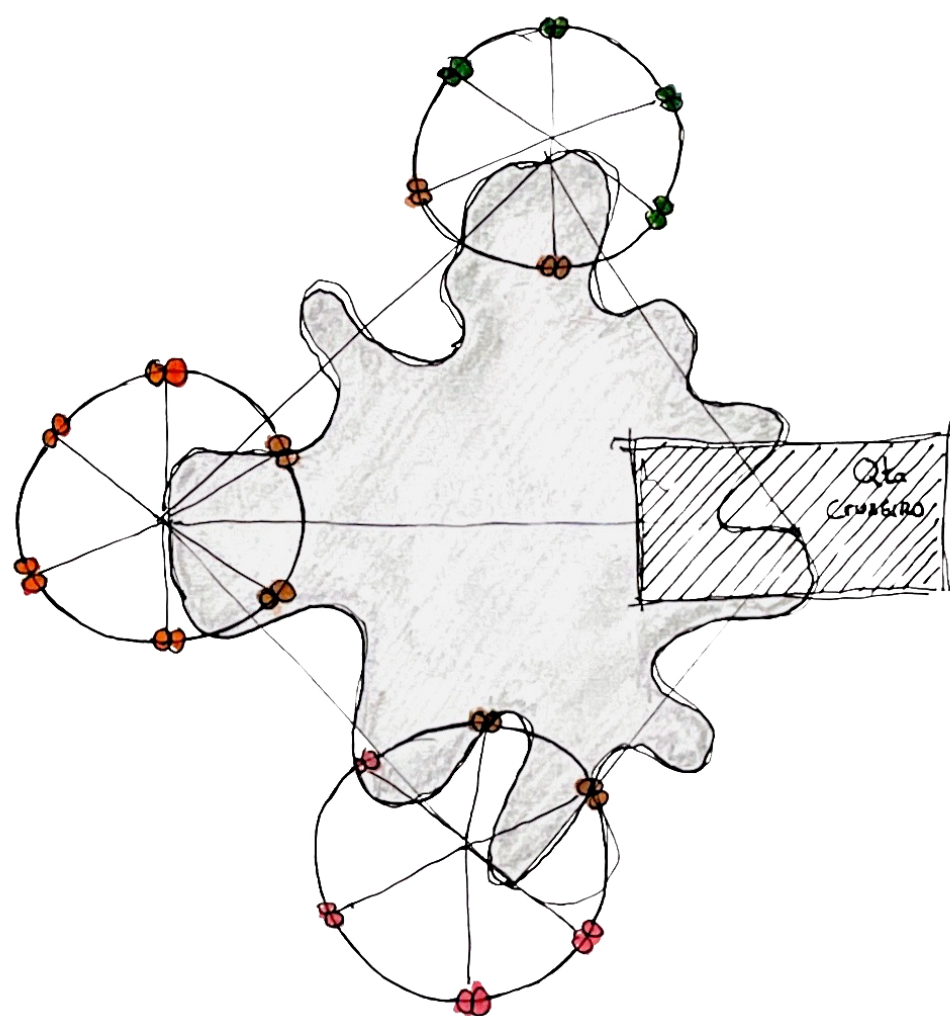
66 PLANTA DE VERMELHOS. Relação dos elementos a construir do edifício com a estrutura a manter



67 Eixo axial da proposta. Vista apartir da da entrada principal do edificio principal (Casa-mãe)
68 Eixo axial da proposta. Vista da entrada principal do edificio principal (Casa-mãe)

A partir da entrada principal da Quinta evidencia-se um eixo que marca toda a proposta. Este eixo parte da planimetria interior da Quinta, dividindo-a simetricamente em área, para o seu exterior e, por sua vez, serve a ampliação construída dedicada aos trabalhadores e/ou ao turismo. Aqui procurou-se respeitar o enquadramento paisagístico e, conseqüentemente, usufruir da topografia existente, caracterizada pelos socacos e taludes ao serviço das vinhas. Para este novo conjunto construído, localizado logo após a saída norte do volume principal, traçou-se uma regra programática que beneficiasse a paisagem, e que esta contribuísse para a funcionalidade da anterior. O objetivo desta lógica programática consiste na divisão igualitária de um total de 18 quartos duplos em três núcleos, distintos nas suas cotas de entrada. Estes núcleos podem também ser entendidos como etapas, pois fazem parte de um percurso, com um princípio e um fim, representado pelo eixo central da proposta. Este percurso consegue-se através do declive do terreno e, sobretudo, da harmonia com a sua morfologia, marcada pelos socacos de xisto. De facto, tornou-se imperativo que o socalco viria a desempenhar um papel fundamental na formalização desta regra. O socalco de xisto enquanto fachada destes núcleos de quartos, não só evita o potencial ruído visual de três volumes numa paisagem cuja vinha é e deve ser protagonista, como também respeita a paisagem existente e a imagem tradicional do cardenho duriense¹²⁰. Cada núcleo apresenta seis quartos duplos, querendo assim dizer que na sua máxima ocupação podem ser hospedadas doze pessoas. A cada núcleo estão associados, por meio de um corredor de 1.5m de largura, uma zona de balneários/sanitários e uma sala de estar distribuidora para o núcleo adjacente. Esta divisão dos quartos em três núcleos partiu da vontade de permitir a divisão do grupo total de trabalhadores atendendo as suas sensibilidades e/ou especificidades na partilha dos espaços. Este respeito pelas vontades de cada trabalhador incentiva o seu descanso e, conseqüentemente, a boa coabitabilidade entre trabalhadores. A fachada total de cada núcleo conta com uma aparente parede de xisto apoiada numa parede estrutural de betão, seguida do devido isolamento térmico interior. Entendendo que cada quarto necessita de uma frente de luz natural e de dois acessos, um direto com o exterior e outro com o corredor comum do núcleo, tornou-se evidente que o socalco viria a adotar um papel crucial no entendimento

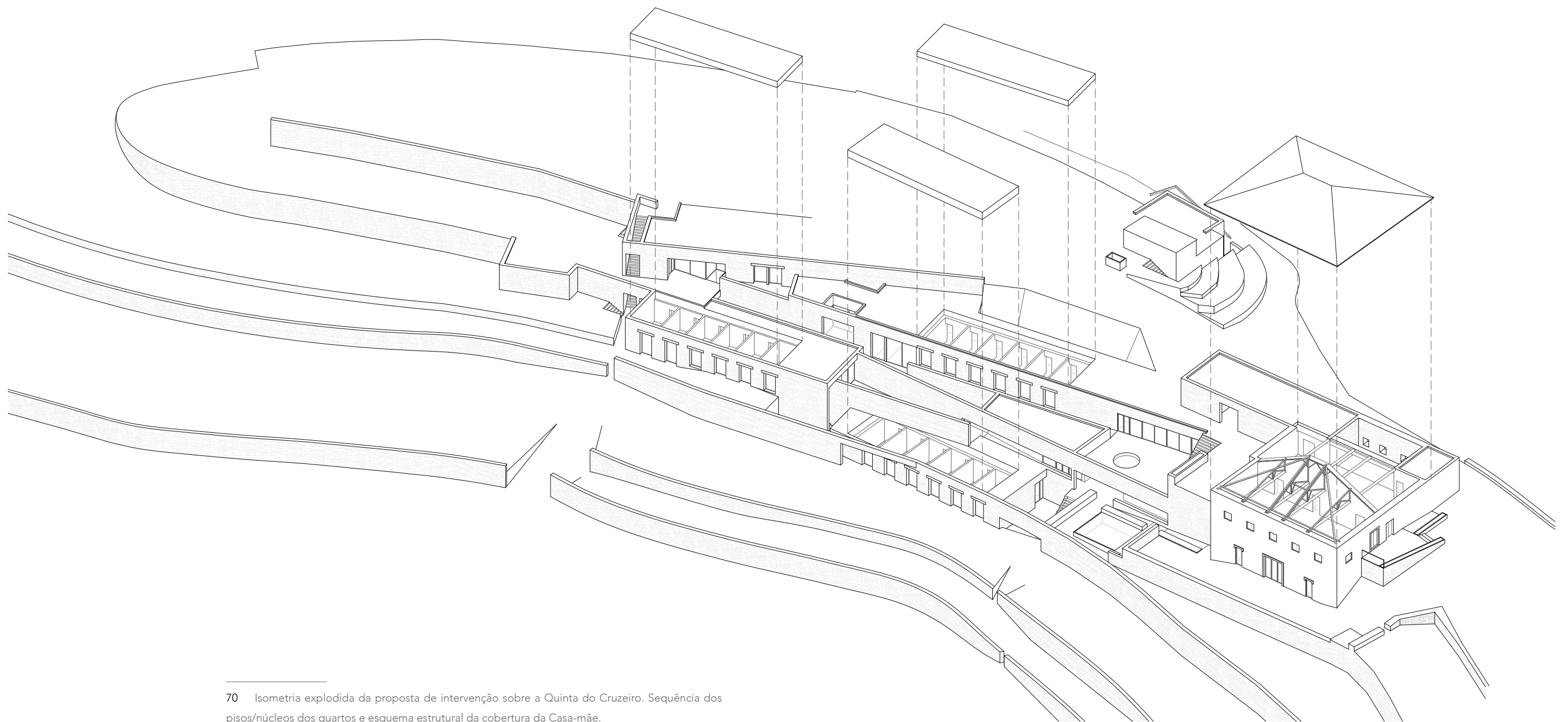
120 Uma imagem apoiada na fachada crua de xisto com aberturas pontuais de luz natural



da fachada. Cada socalco de xisto representa a fachada de cada núcleo de quartos, não caindo na ilusão de que a altura exterior do socalco representa o pé-direito interior dos quartos.

Estando o conjunto dos quartos divididos em três momentos diferentes permite-se uma maior flexibilidade na gestão social do corpo de trabalhadores, isto é, na distribuição dos trabalhadores pelos seus quartos. Nestes núcleos pretende-se proteger o descanso e a privacidade individual, enaltecendo o bem-estar geral. Aquando a distribuição do grupo de trabalhadores pelos quartos é necessário a consideração de vários fatores para a coabitabilidade do coletivo, como o género, a idade e a natureza da pessoa, podendo a última englobar tanto os ramos da cultura, crenças ou até mesmo dos hábitos individuais. É necessário entender que cada trabalhador tem uma realidade diferente, uma forma de interagir e de viver os espaços diferente. A partir da aceitação desta volatilidade de vivências, dentro do grupo de trabalhadores, nasce a lógica da flexibilidade dos espaços e, por sua vez, dos quartos. Cada momento desta distribuição dependerá sempre da diversidade social do grupo desse mesmo ano de vindima ou roga. Contudo, é importante clarificar que esta divisão pretende idealizar uma vivência diária mais saudável entre trabalhadores, através da ponderação das suas sensibilidades. Esta divisão não sugere nem pretende promover eventuais divergências entre os componentes do grupo, antes mostrar a flexibilidade do espaço para diferentes configurações de organização.

Do ponto de vista estrutural, a solução assenta num conjunto de elementos verticais e horizontais (laje maciça) em betão armado, complementados com muros de suporte, e paredes estruturais, que no conjunto se articulam para um princípio de estabilidade e contenção periférica que terá em conta não só, a ideia dos muros de suporte em xisto como as coberturas ajardinadas, não ignorando os meios de controlo e drenagem de águas pluviais. Trata-se na realidade de uma opção fundamental para conseguir suportar a ideia do conjunto de volumes que se ajustam cuidadosamente ao movimento do terreno atenuando o impacto no território para a expressão precisa defendida pelo projecto.



70 Isometria explodida da proposta de intervenção sobre a Quinta do Cruzeiro. Sequência dos pisos/núcleos dos quartos e esquema estrutural da cobertura da Casa-mãe.

O quarto aparenta ser um dos momentos mais importantes de toda a proposta. Durante uma rotina de coletividade, o quarto torna-se o local reinterpretativo do cardenho, enquanto momento de repouso e de bem-estar individual, merecido por cada trabalhador. Cada quarto usufrui de 17 m² de área e um pé-direito útil de 3 metros de altura, sendo caracterizado pelas seguintes valências espaciais:

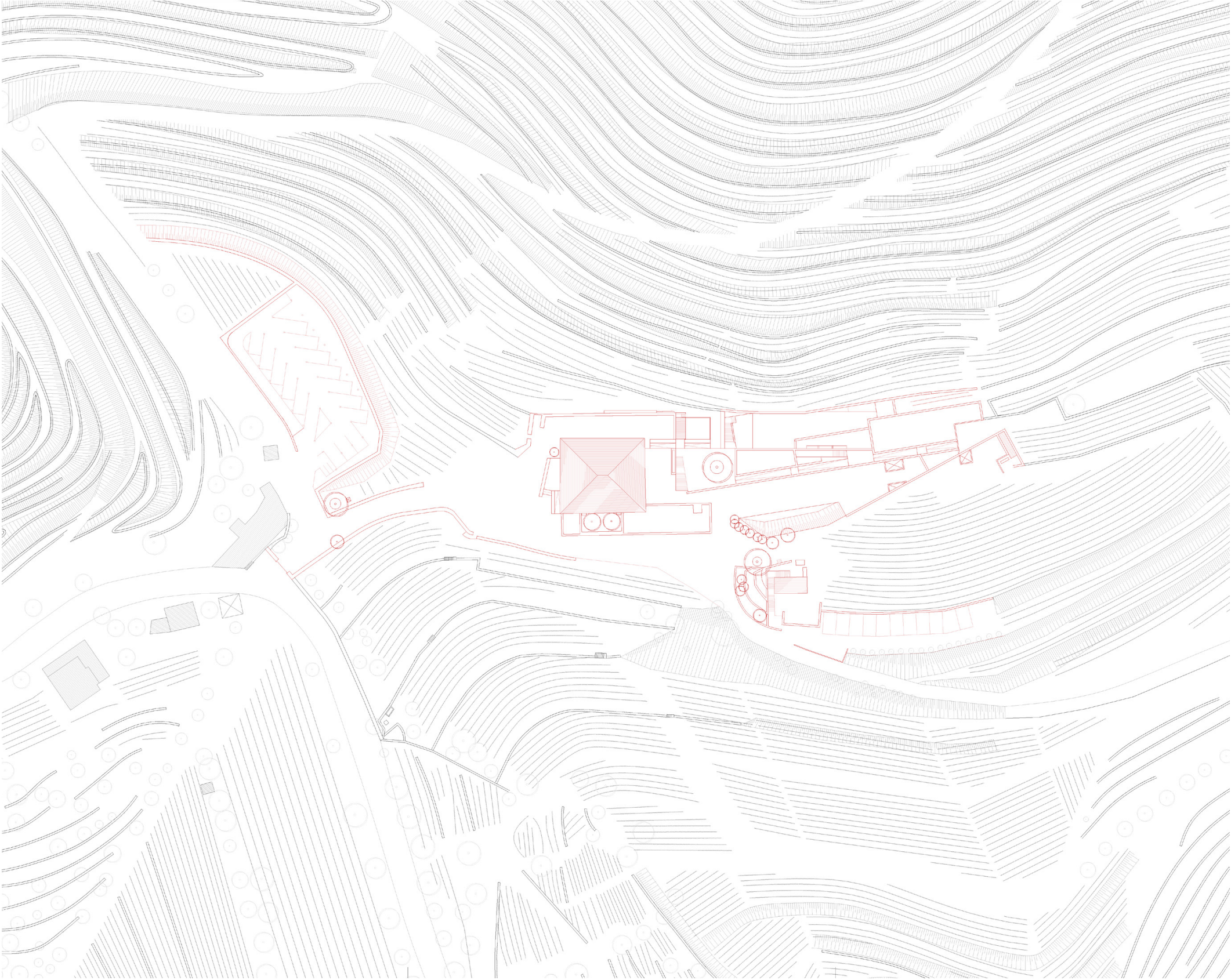
1. zona de vestir e de higiene facial, caracterizada por um lavatório e um armário duplo;
2. zona de repouso, caracterizada por duas camas de solteiro ou uma cama de casal;
3. zona de estar, caracterizada por um estrado elevado a 60 cm da entrada do quarto. A partir deste estrado é possível usufruir de uma mesa individual ou de um acesso de nível para o exterior, sendo esta a única entrada de luz natural e podendo ser, também, um momento de contemplação da paisagem.

É de realçar o jogo de cotas no interior do quarto. Não revela apenas uma decisão impositiva para tornar este espaço mais dinâmico e flexível, mas também procura vencer o pé-direito útil de três metros na maior superfície do quarto e consequentemente tornar acessível o contacto com o exterior através do estrado elevado. A cama próxima do estrado pode ser guardada por baixo do mesmo, criando desta forma uma zona de repouso mais ampla. Por sua vez, o estrado à cota do exterior permite criar uma relação direta entre o interior (quarto privado) e o exterior (paisagem/natureza). Este mesmo diálogo, entre o interior e o exterior, posiciona-se, também, ao serviço de pessoas com mobilidade condicionada, através do nivelamento do interior face à cota do exterior, isto é, na inexistência do estrado. Este cuidado está presente nos dois primeiros momentos/quartos do segundo núcleo (piso -2). A disposição dos elementos formais do quarto ditam a relação espaço-função, estando a função sujeita à interpretação individual de cada utilizador. Cada espaço carrega, na sua essência, o princípio da flexibilidade funcional, moldado pelo seu agente.

Apesar de cada quarto apresentar um lavatório, o módulo SBV é o espaço de higiene pessoal do trabalhador. É uma área servida por quatro células sanitárias, três células balneares e uma área de lavatórios coletivos, sendo

este o único momento de partilha entre indivíduos e todos os outros respeitam a privacidade de cada pessoa. Cada célula balnear apresenta um espaço para dois momentos de higiene pessoal: zona de duche e vestiário. No âmbito do cuidado pela mobilidade condicionada, cada módulo SBV é dotado de uma única célula acessível, que partilha as duas valências de higienização. A abordagem sobre a privacidade de cada indivíduo é uma questão essencial no respeito à vivência coletiva dos espaços e à preservação da intimidade pessoal.

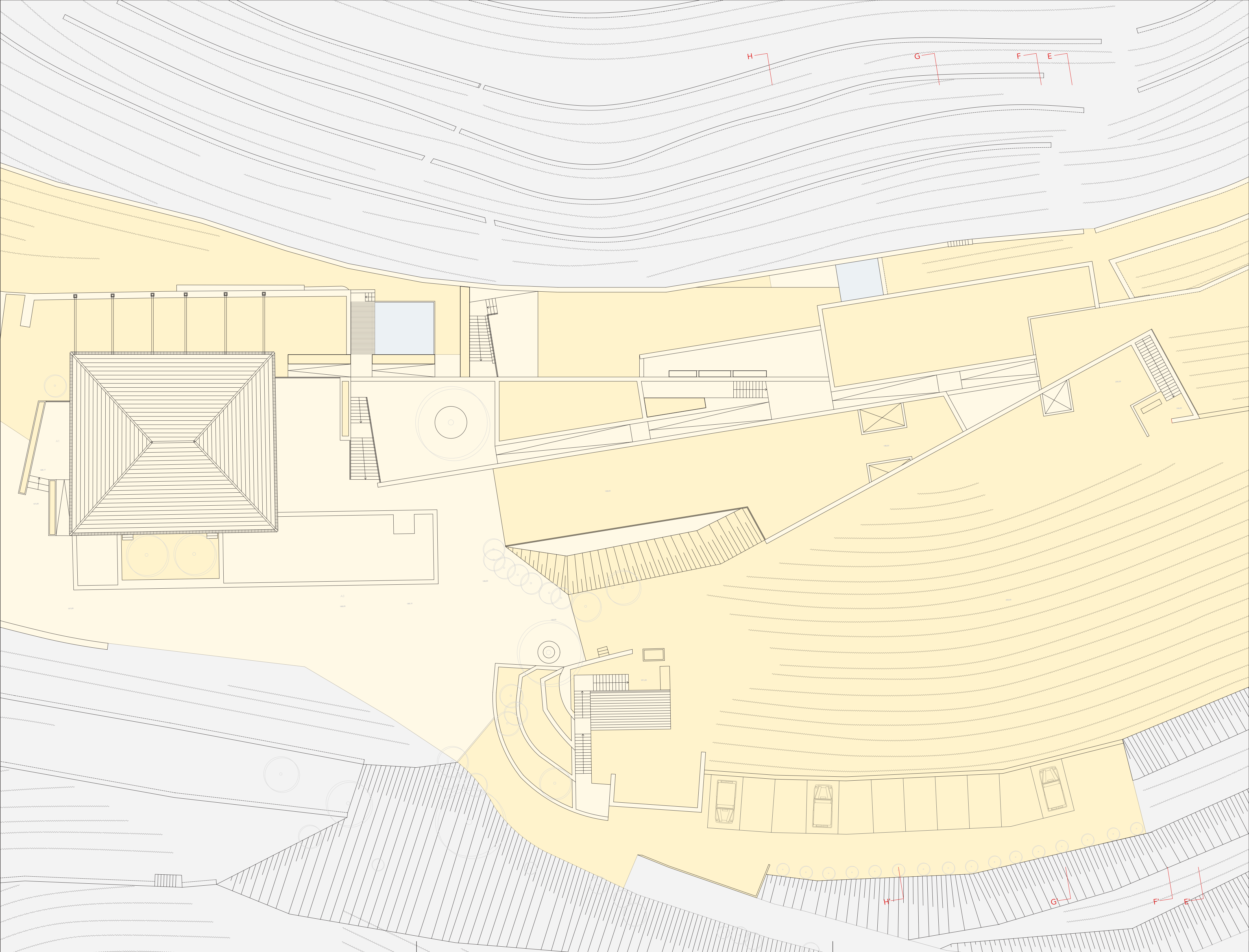
Como terceiro espaço caracterizador e espaço culminante de cada nível/piso de quartos, a “sala de convívio” reflete não só um momento de partilha, como também um nó de distribuição, enquanto elo agregador entre o interior e o exterior. É neste espaço que os seus utilizadores tomam uma decisão de permanência no interior, com ligação direta ao corredor axial dos quartos, ou de “fuga” para o exterior, em direção à paisagem envolvente. A primeira “sala de convívio” da denominada “zona de noite”, localiza-se no Piso -1, representando-se como o elo de articulação entre o complexo coletivo do Piso 0 e a subsequente “área dedicada aos trabalhadores”. É neste momento que o projeto de habitação coletiva se inicia. O corredor axial, proveniente da Casa-mãe, constitui o elemento exterior de associação entre os diferentes níveis dos quartos, salvaguardando o sentimento de deambulação, ao longo do trajeto entre socalcos (níveis de quartos), enquanto cada sala de convívio proporciona essa mesma experiência no interior do construído. Como remate do percurso entre os diferentes pisos, a “sala de convívio” do Piso -3 estabelece uma relação direta com um átio exterior, por meio do corredor dos quartos. Este pátio simboliza não só o momento final do percurso da proposta, mas também a possibilidade de reintegração no conjunto, através do Piso -2, pelo pátio ao serviço da cozinha comunitária e das áreas adjacentes à piscina e, sequencialmente, à esplanada da sala polivalente. Deste modo, este pátio não é conotado como um desfecho formal do percurso, mas antes parte de um percurso circular, livre de um término definitivo.



71 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO | ESCALA 1.1000



- Terreno em corte
- Terreno permeável
- Terreno impermeável
- Terreno envolvente
- Cota de pavimento



Legenda

- A ESPAÇOS EXTERIORES e espaços associados
A.1 Acesso à Quinta
A.2 Área exterior do Refeitório
A.3 Área exterior de apoio à zona técnica e de manutenção
A.4 Espaço extensível da sala de refeições

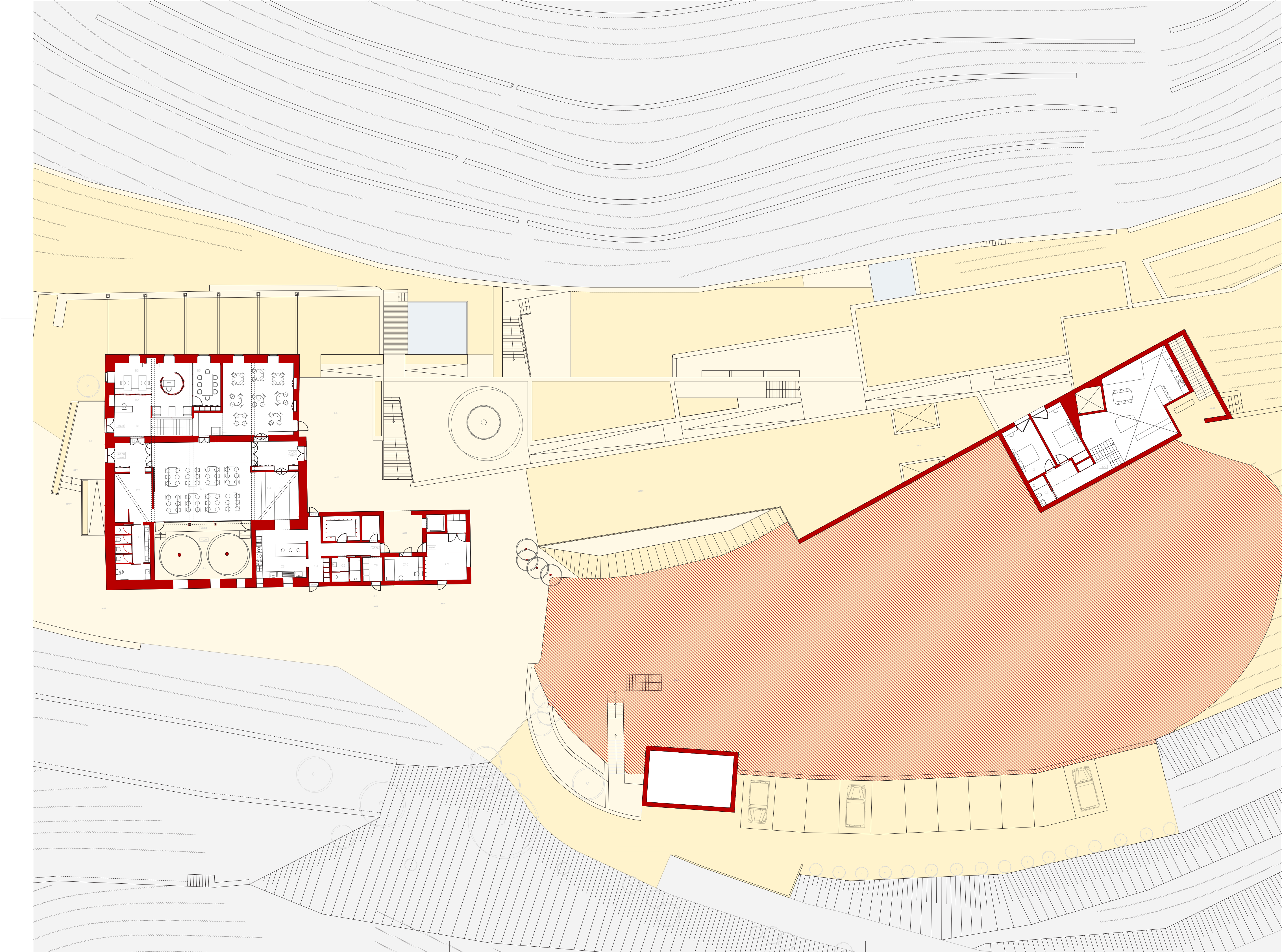
- B ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS
B.1 Hall de entrada/Recepção
B.2 Secretariado
B.3 Administração
B.4 Gabinete de direção
B.5 Sala de reuniões

- C ESPAÇOS DE EQUIPA TÉCNICA
C.1 Acesso de serviço
C.2 Sanitário/Balneário/Vestiário de serviço
C.3 Cozinha
C.4 Balcão
C.5 Copa
C.6 Despensa
C.7 Área frigorífica
C.8 Resíduos
C.9 Lavandaria
C.10 Posto médico

- D ESPAÇOS SOCIAIS
D.1 Refeitório
D.2 Espaço higienização
D.3 Sanitários de apoio
D.4 Sala de refeições

- G CASA DO ZELADOR
G.1 Quarto
G.3 Casa de banho

- Terreno em corte
Terreno permeável
Terreno impermeável
Terreno envolvente
Cota de pavimento



Legenda

- A

ESPAÇOS EXTERIORES e espaços associados
- A.11

Área exterior de apoio à produção
- D

ESPAÇOS SOCIAIS
- D.5

Sala polivalente
- E

ESPAÇOS DEDICADOS A TRABALHADORES
- E.1

Quarto
- E.2

Camarata
- E.3

Sanitário/Balneário/Vestiário H,M
- E.4

Sanitário/Balneário/Vestiário H,M - Camarata
- E.7

Sala de convívio
- F

ESPAÇOS TÉCNICOS
- F.6

Central de gás
- F.9

Arrumo geral
- F.10

Arrumos EPI
- F.11

Oficina/Ferramentaria
- F.12

Armazém de alfaia
- G

CASA DO ZELADOR
- G.1

Quarto
- G.2

Sanitário
- G.4

Sala de jantar
- G.5

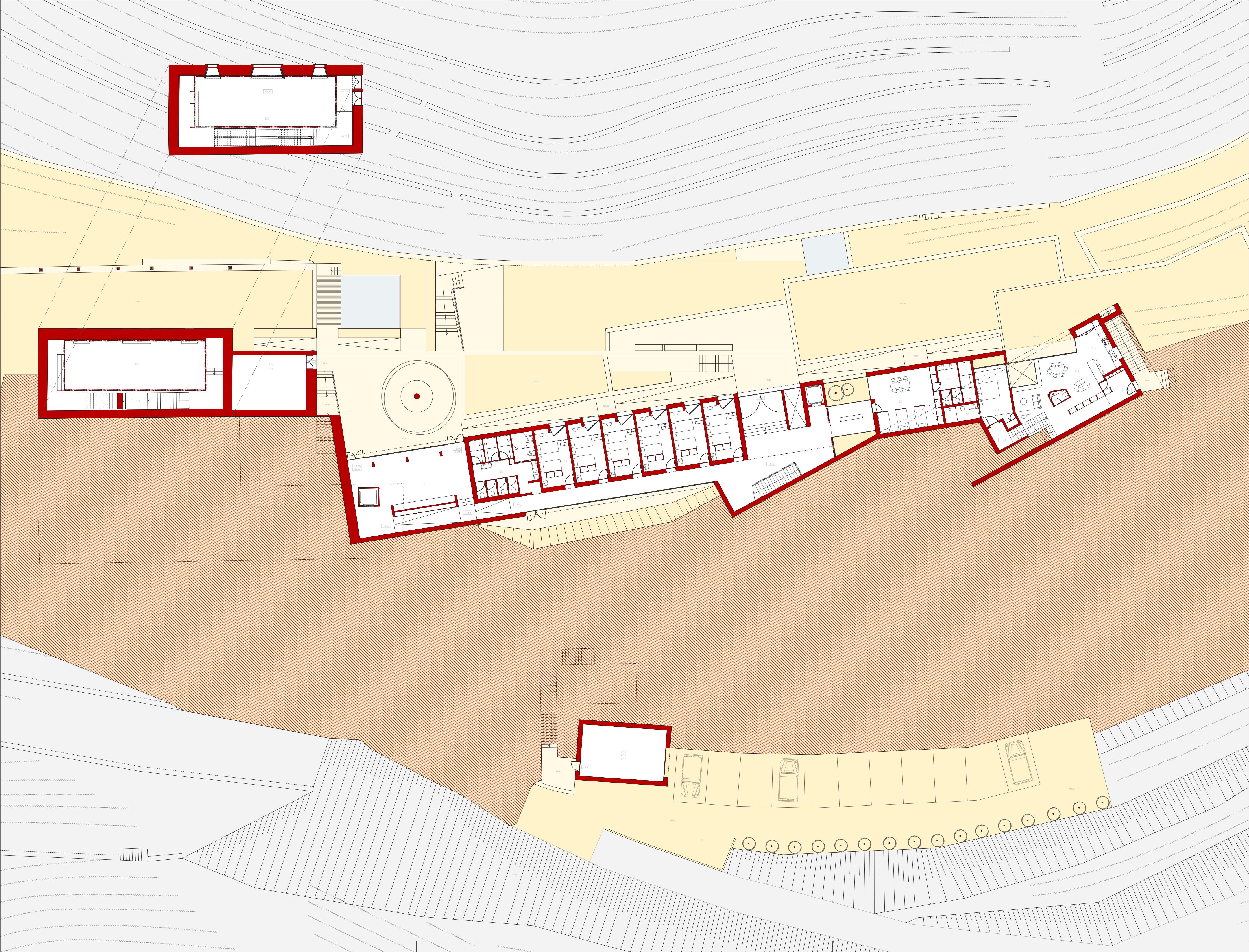
Sala de estar
- G.6

Cozinha
- H

ESTACIONAMENTO
- H.2

Estacionamento de apoio à produção

- Terreno em corte
- Terreno permeável
- Terreno impermeável
- Terreno envolvente
- Cota de pavimento



Legenda

- A

ESPAÇOS EXTERIORES e espaços associados
- A.5

Esplanada da Sala polivalente
- A.6

Piscina
- A.7

Esplanada da Piscina
- A.9

Área de apoio à manutenção do espaço exterior
- A.10

Sanitário/Balneário/Vestiário de apoio à piscina
- E

ESPAÇOS DEDICADOS A TRABALHADORES
- E.1

Quarto
- E.3

Sanitário/Balneário/Vestiário H,M
- E.5

Arrumos de apoio aos quartos
- E.6

Cozinha comunitária c/despensa e WC
- E.7

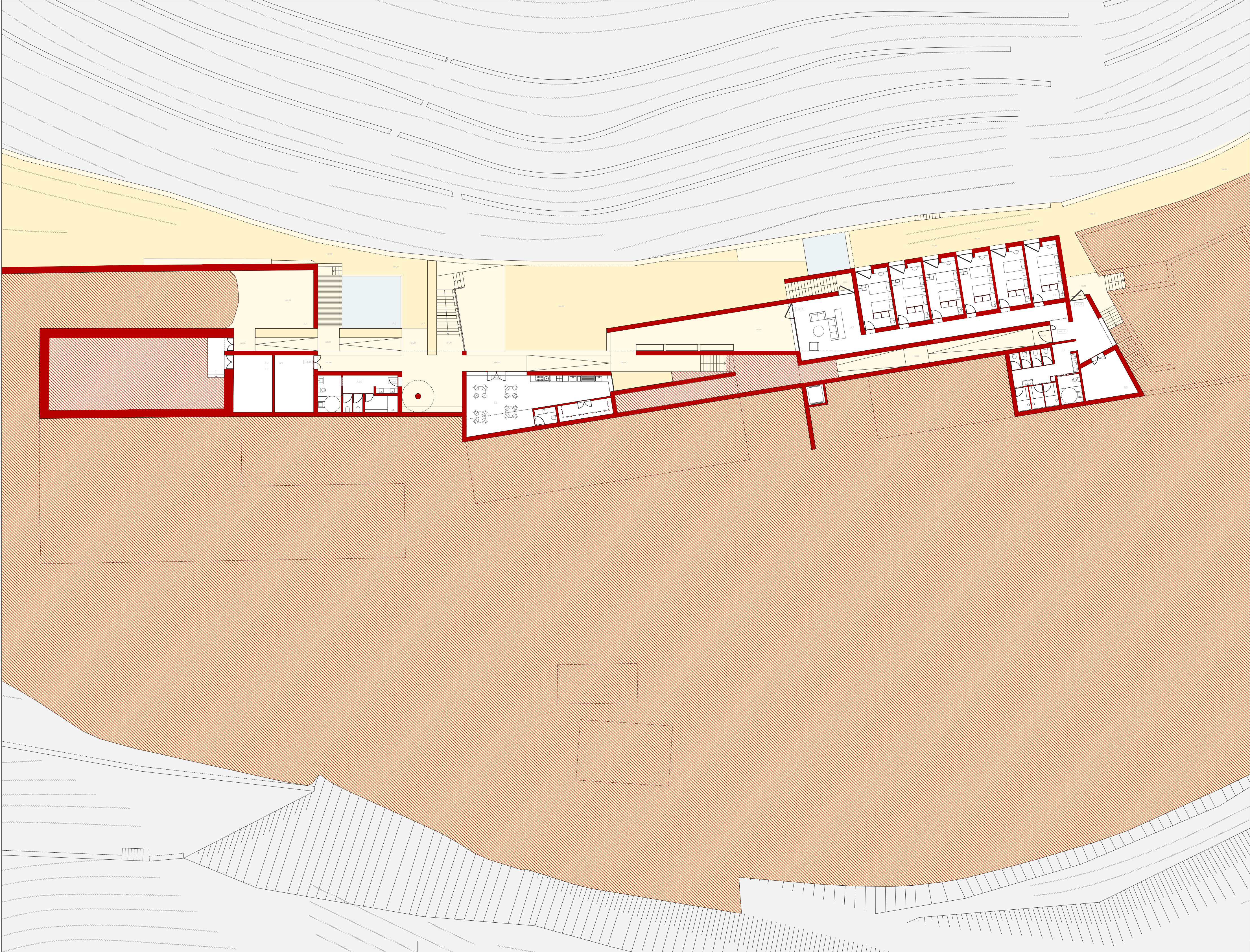
Sala de convívio
- F

ESPAÇOS TÉCNICOS
- F.3

Central de ventilação
- F.9

Arrumo geral

- Terreno em corte
- Terreno permeável
- Terreno impermeável
- Terreno envolvente
- Cota de pavimento



Legenda

- A

ESPAÇOS EXTERIORES e espaços associados
- A.8

Zona técnica da piscina
- E

ESPAÇOS DEDICADOS A TRABALHADORES
- E.1

Quarto
- E.3

Sanitário/Balneário/Vestiário H,M
- E.7

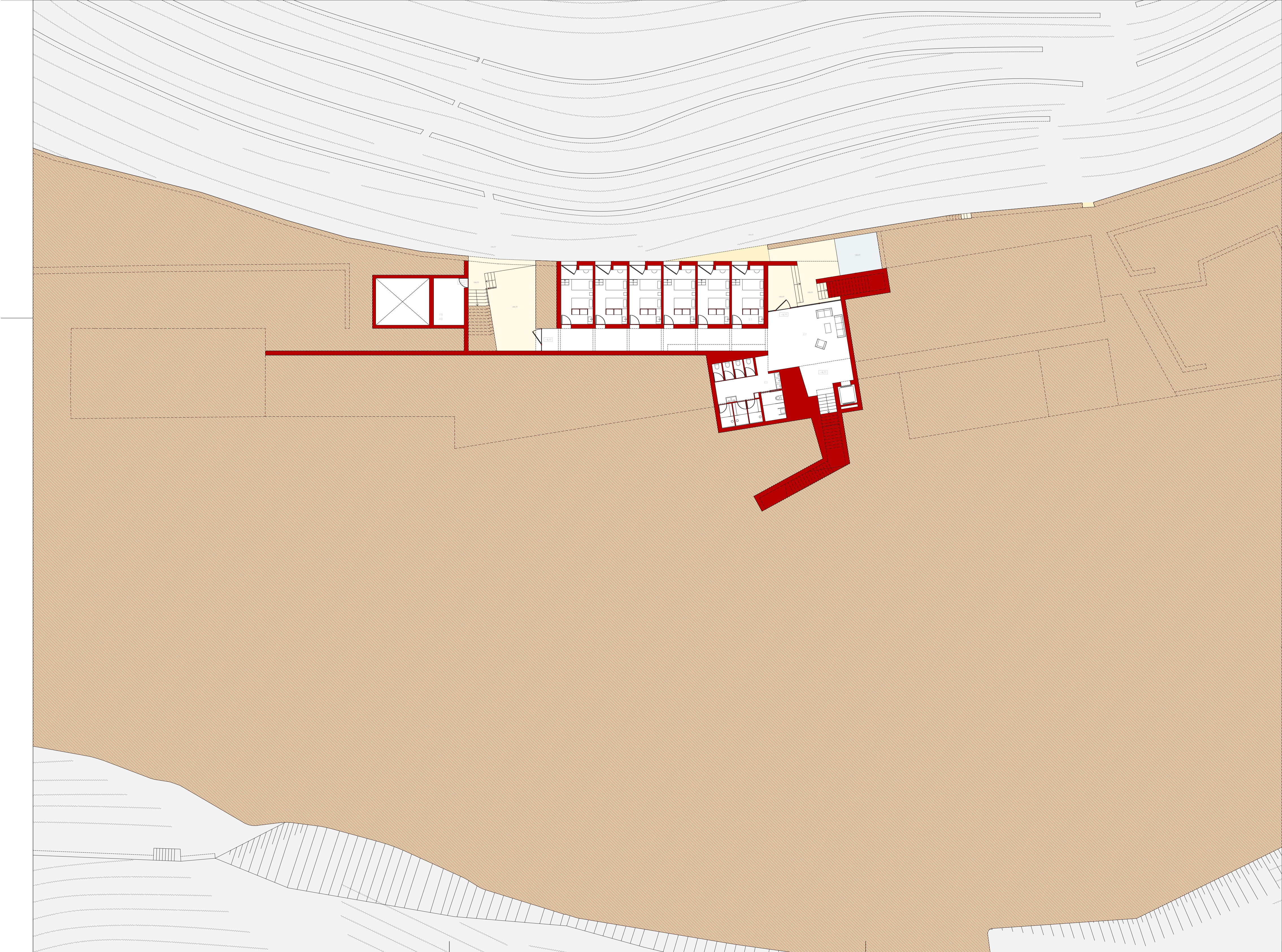
Sala de convívio
- F

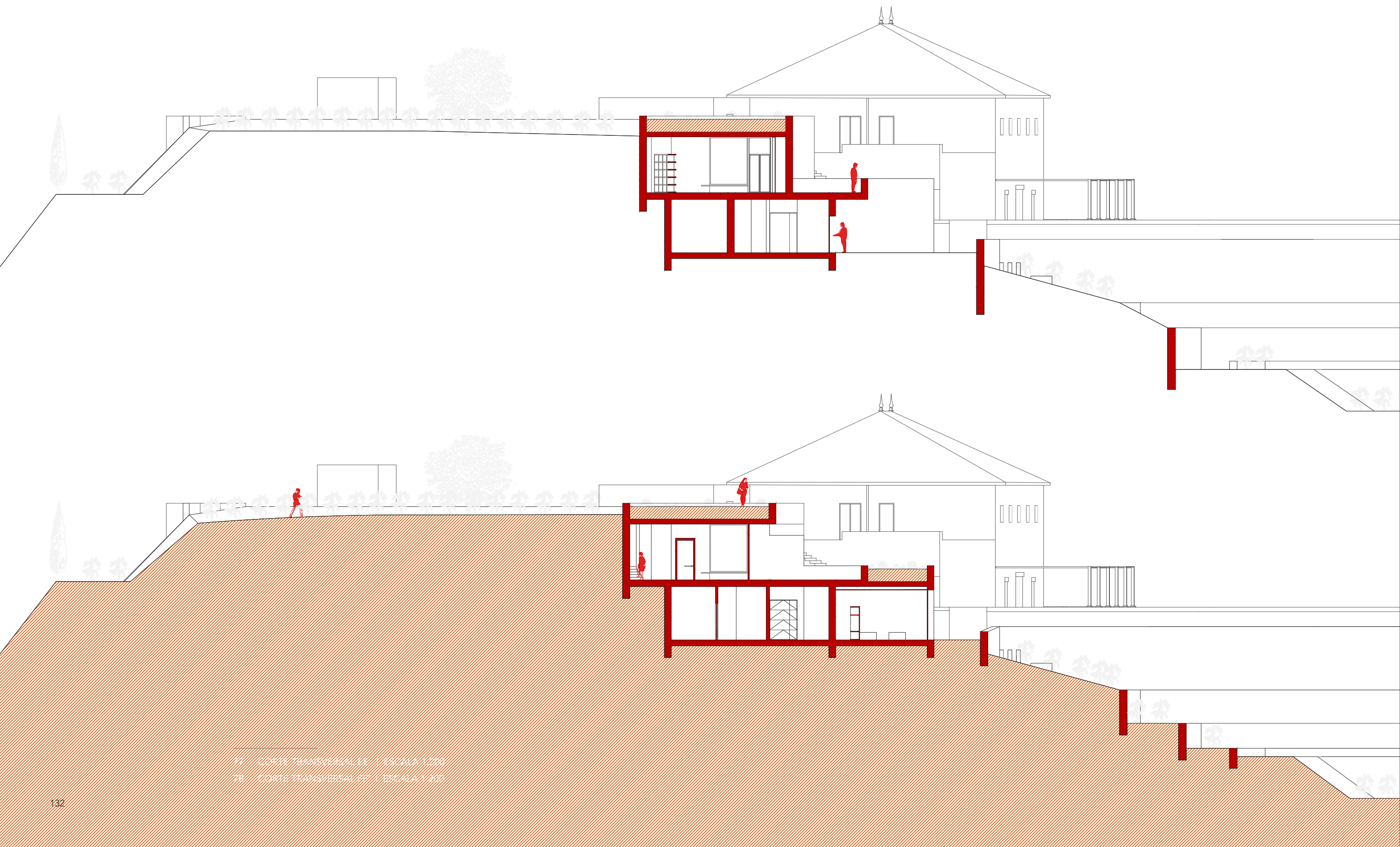
ESPAÇOS TÉCNICOS
- F.7

Depósito de água/Cisterna
- F.8

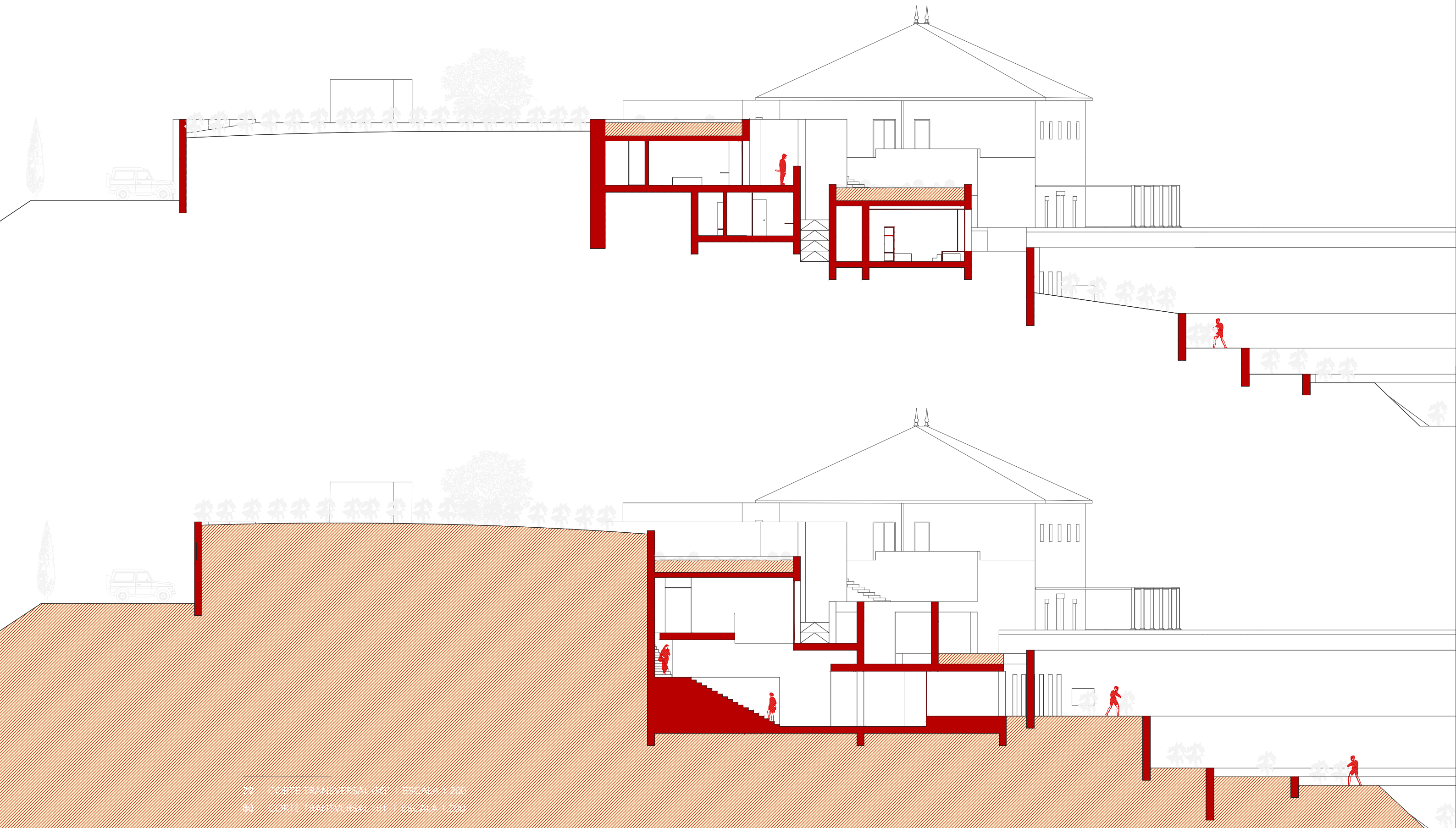
Caldeira

- Terreno em corte
- Terreno permeável
- Terreno impermeável
- Terreno envolvente
- Cota de pavimento





77 CORTE TRANSVERSAL EE | ESCALA 1:200
78 CORTE TRANSVERSAL EF | ESCALA 1:200

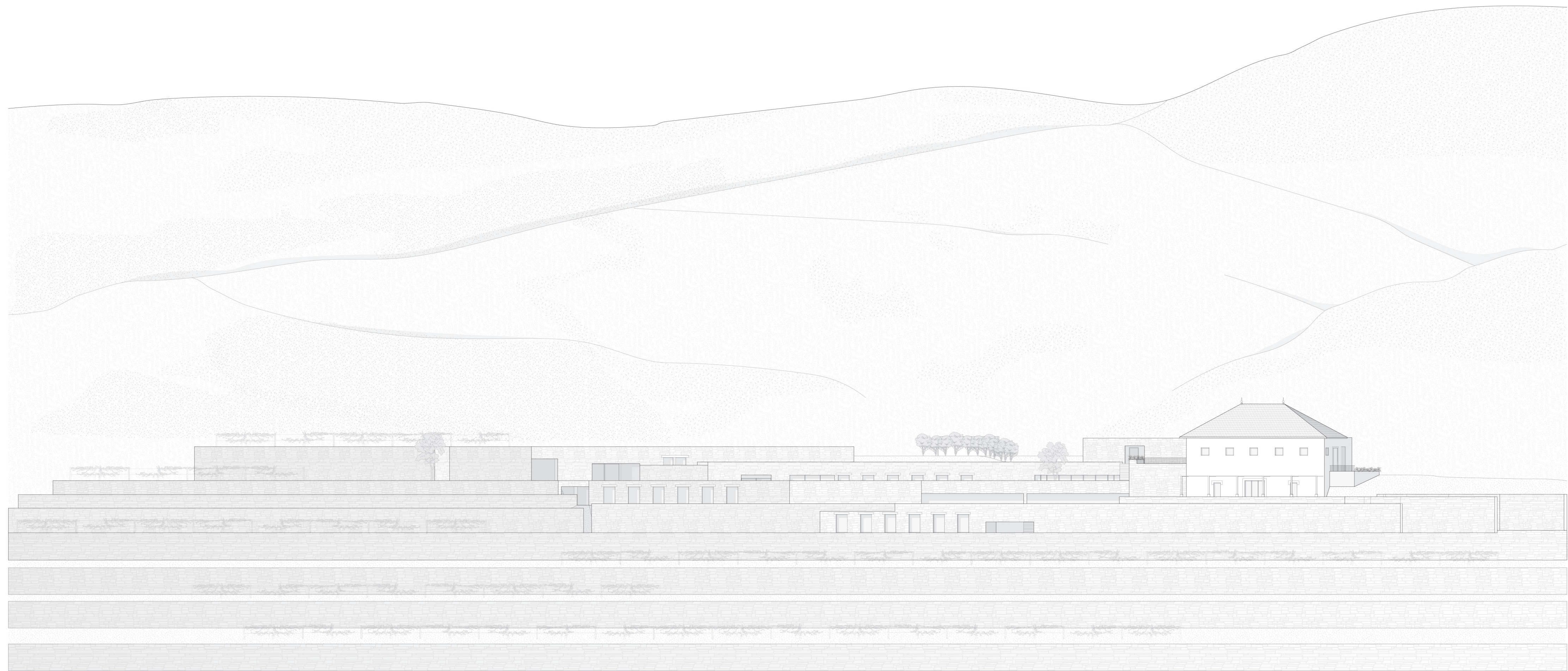


79 CORTE TRANSVERSAL GG' 1 ESCALA 1:200
80 CORTE TRANSVERSAL HH' 1 ESCALA 1:200



81 Vista sul da Quinta do Cruzeiro

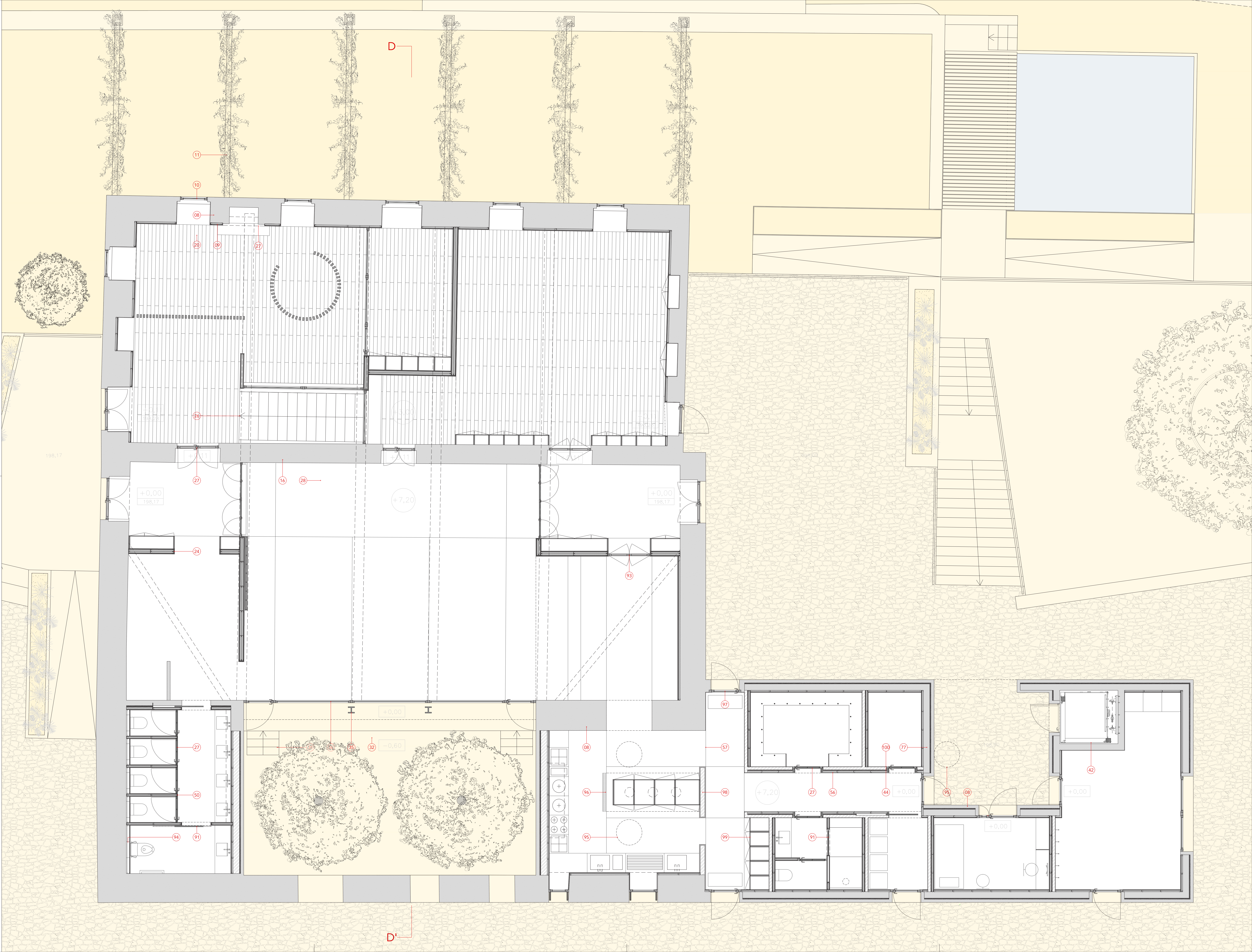
82 ALÇADO POENTE | ESCALA 1:400

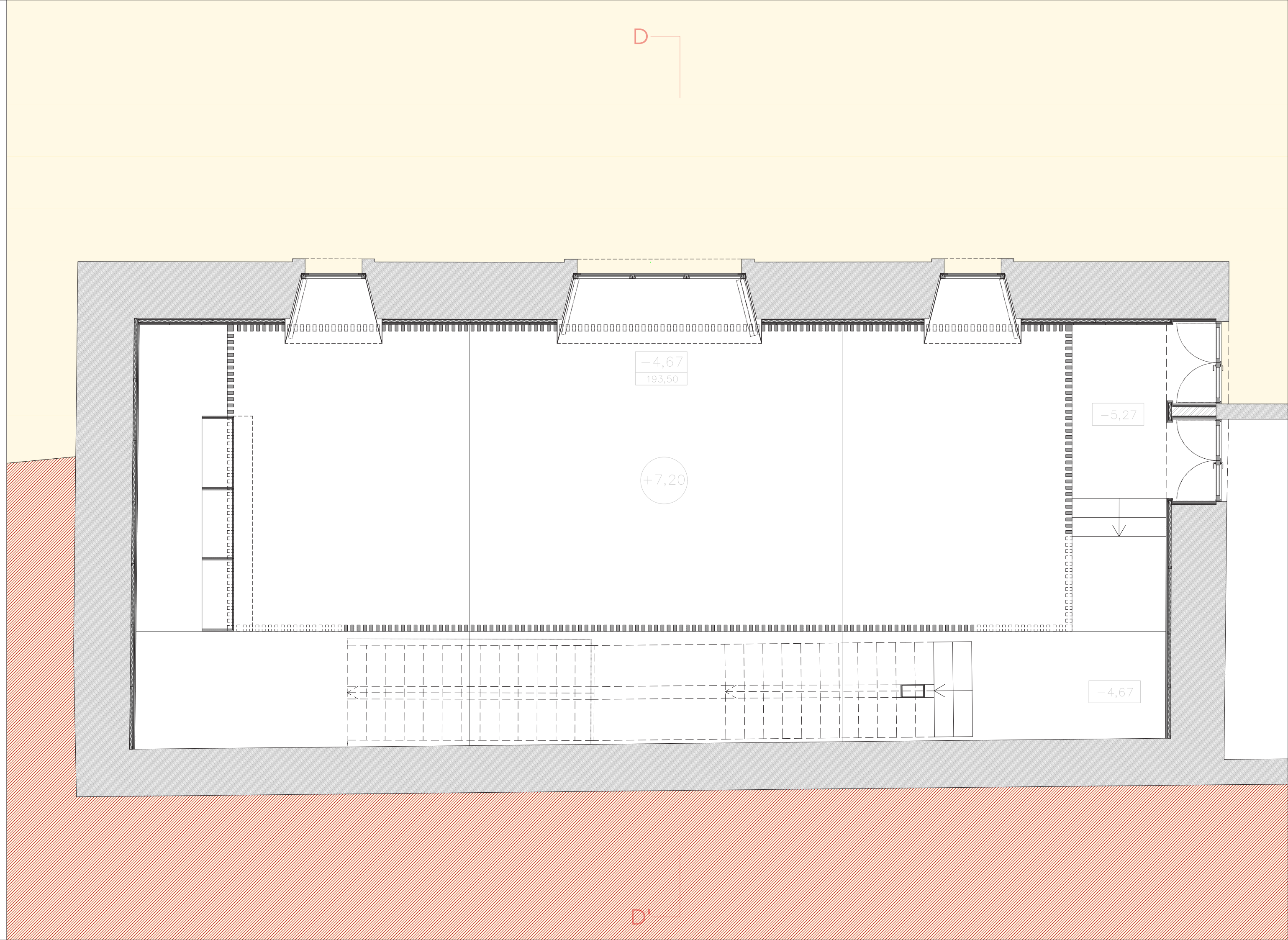
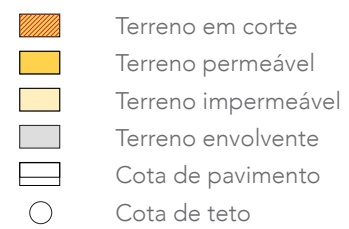


Legenda

- 04 Alvenaria exterior em betão armado com impermeabilização e revestimento em pedra de xisto
- 08 Parede em alvenaria de xisto tradicional
- 09 Forra interior em gesso cartonado sobre estrutura metálica, isolamento e impermeabilização
- 10 Vão exterior com esquadria de madeira de abrir em vidro duplo
- 11 Pérgula em perfil de aço IPN 70
- 16 Parede estrutural em alvenaria de xisto
- 19 Projeção da linha da asna 220x220 mm
- 20 Soalho de madeira de pinho tradicional 120x22x1700 mm, assente sobre tarugamento e vigamento existente
- 27 Vão interior em duas folhas de madeira de abrir
- 28 Pavimento em microcimento sobre verniz de aderência e camada de regularização
- 31 Degraus em granito
- 32 Revestimento em pedra de granito irregular sobre camada de anão
- 33 Enrroncamento sobre terreno compactado
- 34 Padieira em madeira maciça
- 35 Perfil em aço HEB 200
- 36 Vão exterior, esquadria em madeira com vidro duplo
- 42 Ascensor do tipo Homelift com duas portas
- 44 Alvenaria em tijolo vazado ligeiramente armado
- 56 Apanelado em contraplacado marítimo desenrolado sobre estrutura metálica oculta e lá de rocha
- 57 Junta de fissuração do revestimento em microcimento
- 77 Estrutura de betão armado para apoio da laje
- 91 Vão interior de correr em contraplacado pintado
- 93 Vão interior pivotante em duas folhas de madeira de abrir
- 94 Estrutura da sanita com tanque embutido
- 95 Claraboia para iluminação interior do espaço de confeitção
- 96 Grelha de pavimento em aço inoxidável
- 97 Vão exterior em esquadria de madeira maciça com vidro duplo e uma folha de abrir
- 98 Alvenaria de tijolo vazado com revestimento cerâmico
- 99 Armário em contraplacado encerado
- 100 Revestimento interior com monomassa de epoxy

- Terreno em corte
- Terreno permeável
- Terreno impermeável
- Terreno envolvente
- Cota de pavimento
- Cota de teto





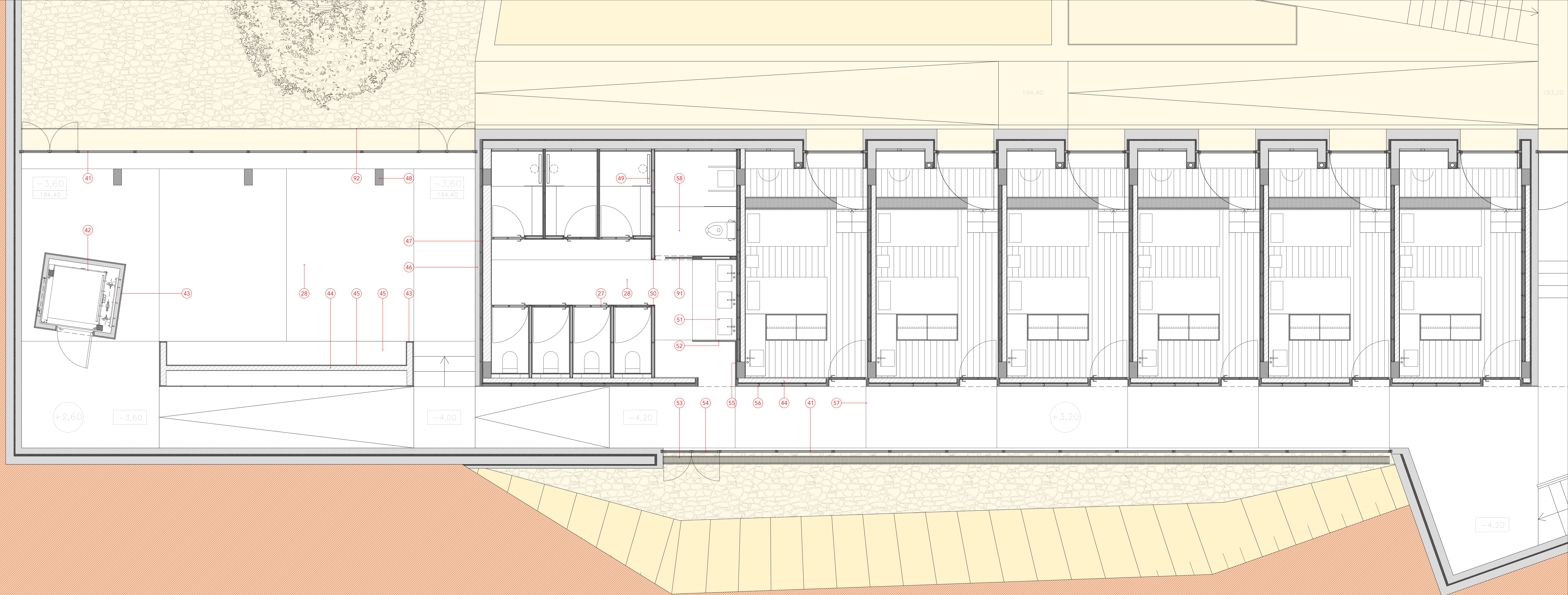
001	Telha de cumieira sobre fileira de madeira
002	Ripa em madeira para sustentação da telha
003	Vara da asna 120x100 mm
004	Perna da asna 150x100 mm
005	Madre de madeira
006	Telha de barro do tipo Marselha
007	Telha canudo do beirado
008	Parede em alvenaria de xisto tradicional
009	Forra interior em gesso cartonado sobre estrutura metálica, isolamento e impermeabilização
010	Vão exterior com esquadria de madeira de abrir em vidro duplo
011	Pérgula em perfil de aço IPN 70
012	Padieira de vão exterior em granito bujardado
013	Pilar em xisto negro de Foz Côa
014	Muro de suporte em xisto do soalco existente
015	Pavimento exterior em camada de saibro sobre tout-venant
016	Parede estrutural em alvenaria de xisto
017	Escora da asna em madeira 150x100 mm
018	Teto falso em madeira sobre estrutura existente
019	Linha da asna 220x220 mm
020	Soalho de madeira de pinho tradicional 120x22x1700 mm, assente sobre tarugamento e vigamento existente
021	Aglomerado negro de cortiça a granel
022	Painel de OSB 22 mm fixo aos tarugos com perfil de chapa zincada
023	Tarugo em madeira de pinho para fixação do soalho
024	Divisória em gesso cartonado sobre estrutura metálica preenchida com lã de rocha
025	Viga de pavimento
026	Escada em pranchas de madeira maciça sobre estrutura metálica
027	Vão interior em duas folhas de madeira de abrir
028	Pavimento em microcimento sobre verniz de aderência e camada de regularização
029	Isolamento térmico sobre geotêxtil e camada betão leve
030	Terreno compactado
031	Degraus em granito
032	Revestimento em pedra de granito irregular sobre camada de arião
033	Enrrocamento sobre terreno compactado
034	Padieira em madeira maciça
035	Perfil em aço HEB 200
036	Vão exterior, esquadria em madeira com vidro duplo
037	Ripado em madeira encerada sobre estrutura de madeira e isolamento
038	Pórtico em chapa de aço corten de 4mm
039	Soleira de granito amarelo
040	Laje de pedra em cornija



Legenda

- 027 Vão interior em duas folhas de madeira de abrir
- 028 Pavimento em microcimento sobre verniz de aderência e camada de regularização
- 036 Vão exterior em esquadria em madeira com vidro duplo
- 041 Vão exterior fixo em esquadria em madeira com vidro duplo
- 042 Ascensor do tipo Homelift com duas portas
- 043 Apainelado em contraplacado de madeira desenrolado
- 044 Alvenaria em tijolo vazado ligeiramente armado
- 045 Revestimento em argamassa cimentícia tipo microcimento
- 046 Alvenaria em pedra de xisto grapiada com junta seca
- 047 Isolamento do tipo XPS sobre impermeabilização e alvenaria de tijolo vazado
- 048 Elemento estrutural em betão armado aparente
- 049 Perfil linear embutido para drenagem de águas residuais
- 050 Forra em contraplacado marítimo de remate de alvenaria em gesso cartonado
- 051 Lava mãos em aço inoxidável assente sob bancada de betão armado polido
- 052 Painel autoportante em mármore polido com 50 mm de espessura
- 053 Canal de escoamento de águas pluviais com grelha em ferro fundido
- 054 Vão exterior de abrir em esquadria em madeira com vidro duplo
- 055 Placagem de mármore polido com 20 mm de espessura
- 056 Apainelado em contraplacado marítimo desenrolado sobre estrutura metálica oculta e lâ de rocha
- 057 Junta de fissuração do revestimento em microcimento
- 058 Balneário e sanitário com acessórios para mobilidade condicionada
- 091 Vão interior de correr em contraplacado pintado
- 092 Canal oculto para drenagem de águas pluviais

- Terreno em corte
- Terreno permeável
- Terreno impermeável
- Terreno envolvente
- Cota de pavimento
- Cota de teto



Legenda

041	Vão exterior fixo em esquadria em madeira com vidro duplo
048	Elemento estrutural em betão armado
053	Canal de escoamento de águas pluviais com grelha em ferro fundido
059	Estrutura oculta em chapa zincada para fixação do apainelado
060	Isolamento em painel de lâ de rocha com 70kg por m3
061	Argamassa cimentícia para regularização de alvenaria de tijolo vazado
062	Alvenaria de tijolo vazado de 150x200x300 mm
063	Reboco estanhado sobre argamassa de desempenho
064	Chão do pré-aro da porta
065	Aro de batente em madeira maciça
066	Vão interior com porta de favo com acabamento em contraplacado de 10 mm
067	Ombreira da porta em placagem de mármore polido de 20 mm
068	Módulo de armário/roupeiro com duas folhas de correr, em contraplacado
069	Bancada de lavatório com cuba embutida em alumínio anudizado polido
070	Espelho meio cristal com 6 mm de espessura colado sobre o reboco
071	Degraus em bloco de granito bujardado
072	Falso degrau em prancha de madeira de riga maciça com 30 mm
073	Soleira em lajeta de betão pré-fabricado com 6 mm de espessura
074	Ombreira de vão exterior em xisto de 60 mm de espessura
075	Grampo em aço inoxidável para travamento de alvenaria de xisto
076	Alvenaria de xisto da região
077	Estrutura de betão armado para apoio da laje
078	Estrutura de betão armado para apoio da padieira de granito
079	Painel de isolamento do tipo XPS com 50 mm
080	Coletor de águas pluviais em PVC C com tampa de varejamento com diâmetro e 110 mm
081	Grelha em madeira de riga para difusão do sistema de climatização
082	Acessório de fixação da calha/guia da tela black-out
083	Pré-aro de vão exterior em tubular de alumínio preenchido com espuma de poliuretano
084	Calha/guia de movimentação da tela black-out
085	Forra em chapa dupla em gesso cartonado sob estrutura metálica e painel de lâ de rocha
086	Soalho machiado de madeira de riga com 22x150x410 mm sobre tarugamento de pinho e cama de aglomerado negro de cortiça
087	Lambrim com placagem de mármore com 22 mm de espessura colado
088	Vão exterior em esquadria de abrir de alumínio anudizado, OTIIMA série OCULTA
089	Torneira do tipo ROCA, modelo NU
090	Apainelado em contraplacado marítimo desenrolado de 600 em 600 mm
101	Pedra de xisto para capiamento do socalco/fachada
102	Rufo de vedação em zinco de remate do socalco/fachada
103	Argamassa de regularização hidrófuga com junta refundada
104	Membrana em PVC armada para impermeabilização
105	Betão armado
106	Pedra de xisto irregular da região

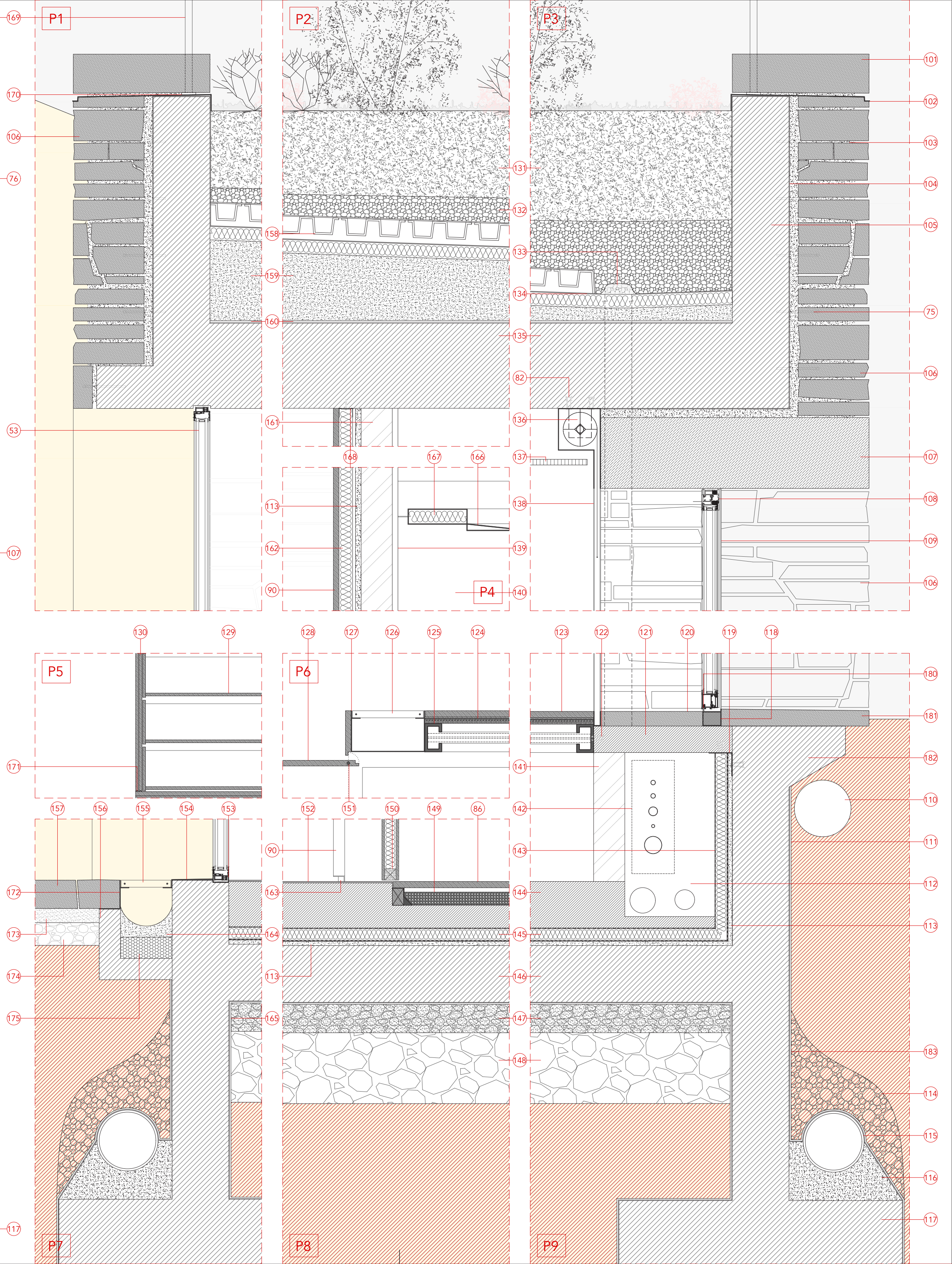
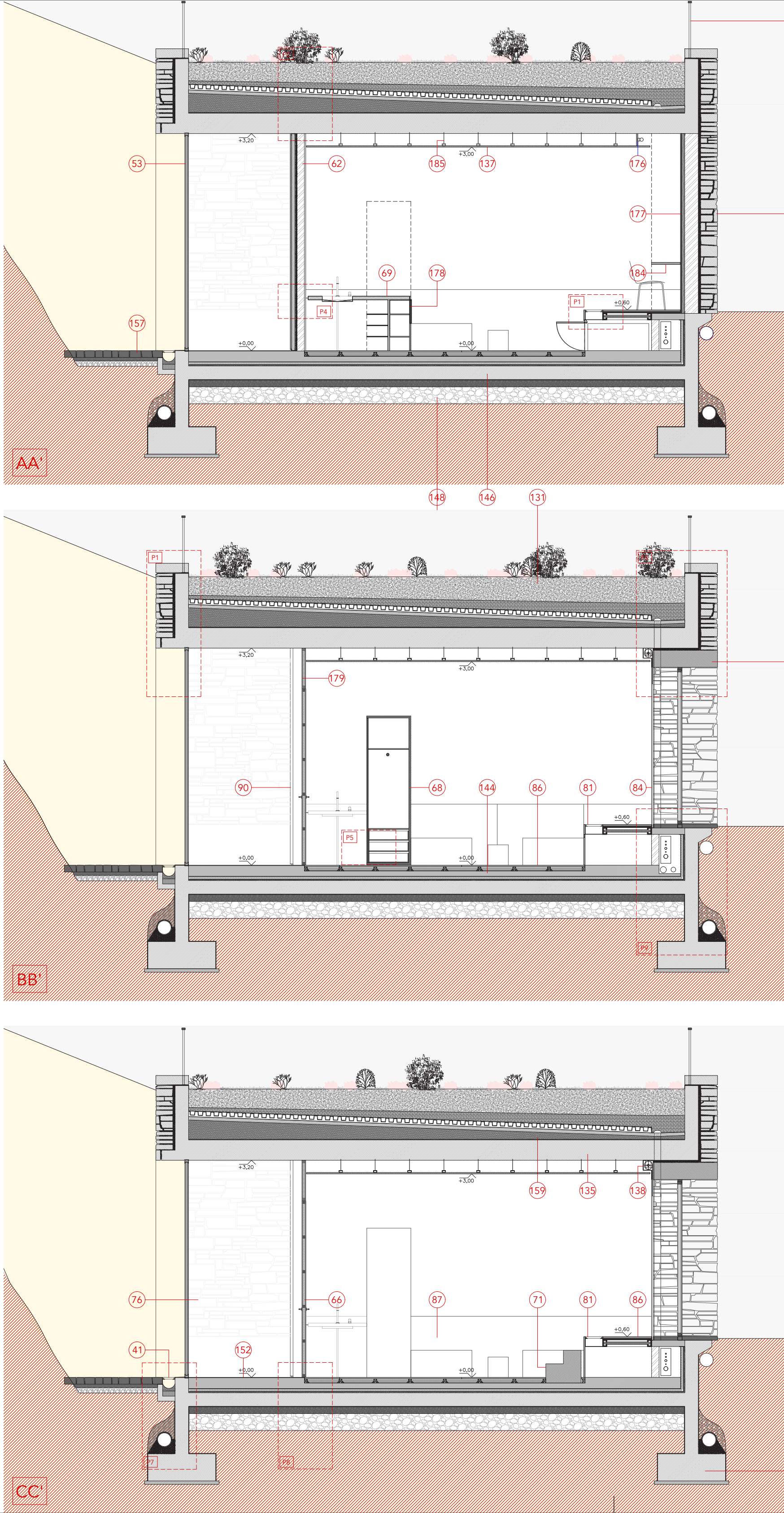
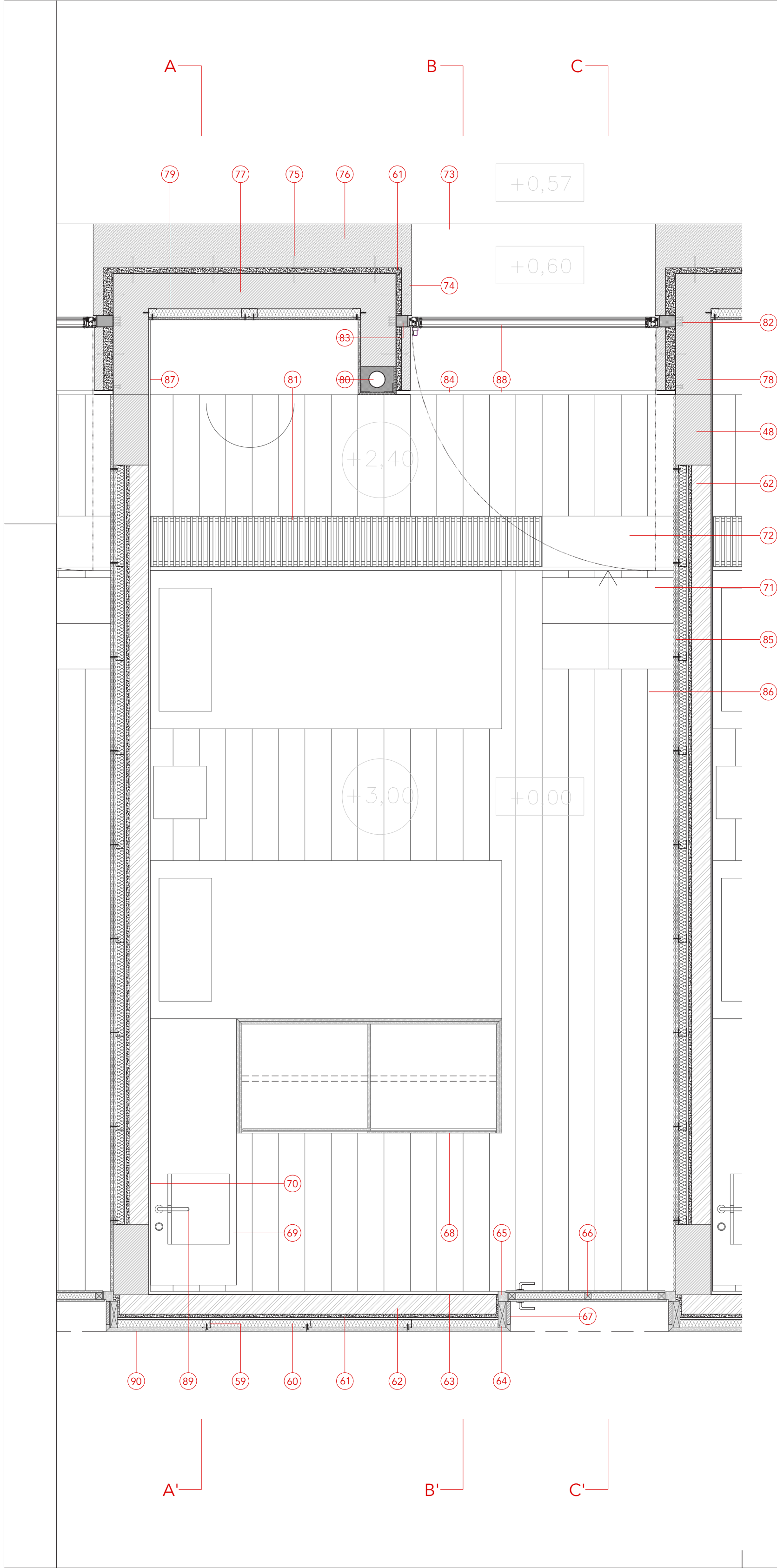
107	Padieira em granito amarelo bujardado a “pico-fino” 250x950x1500
108	Perfil de alumínio da série OCULTA da OTIIMA
109	Mastic de vedação da caixilharia com ombreira
110	Dreno em PVC com diâmetro de 250 mm com ligação ao coletor às águas pluviais
111	Pintura betuminosa para proteção à estrutura soterrada e fundações
112	Ducto para infraestruturas
113	Regularização
114	Tout-venant de filtragem de finos do dreno
115	Tela Dreno de fundação em PVC 250 mm com ligação ao coletor às águas pluviais
116	Argamassa de estabilização do dreno
117	Sapata de betão armado
118	Pré-aro em alumínio preenchido com espuma de poliurtano
119	Perfil em aço metalizado para apoio da laje do ducto
120	Soleira interior pré-fabricada em betão ligeiramente armado
121	Laje pré-fabricada para fecho do ducto
122	Bucha mecânica para fixação da estrutura do pavimento
123	Soalho em madeira de riga com 22 mm de espessura
124	Placa rígida de aglomerado negro de cortiça com 10 mm de espessura
125	Tubular em aço galvanizado da estrututa do pavimento
126	Grelha em madeira maciça de riga para difusão do sistema de climatização
127	Canal para climatização do tipo “Mini canal Hybrid” (Jaga)
128	Apainelado projetante para acesso ao desvão do pavimento
129	Gaveta do armário em MDF laminado com frente em contraplacado
130	Portada de correr do armário/roupeiro em contraplacado encerado
131	Camada de substrato vegetal
132	Camada filtrante em granulos de argila expandida
133	Pinha drenante em PVC
134	Manta geotêxtil sobre placa de XPS
135	Laje em betão armado
136	Acessório para enrolamento de black-out
137	Placa de gesso cartonado
138	Guia do movimento do black-out em alumínio lacado
139	Reboco estanhado
140	Lambrim em placagem de mármore 20 mm
141	Alvenaria de tijolo vazado de 110x300x200 mm
142	Esteira de infraestruturas de climatização
143	Impermeabilização com tela asfáltica
144	Camada de betão leve
145	Isolamento em XPS 40 mm
146	Laje de betão armado com
147	Tout-venant
148	Enrocamento
149	Aglomerado negro de cortiça a granel

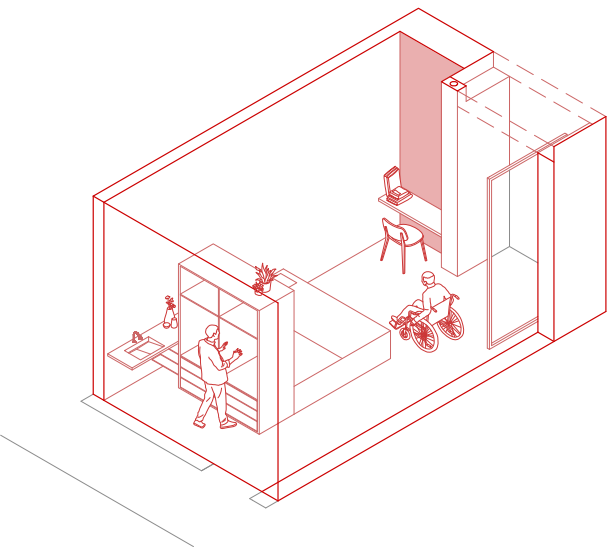
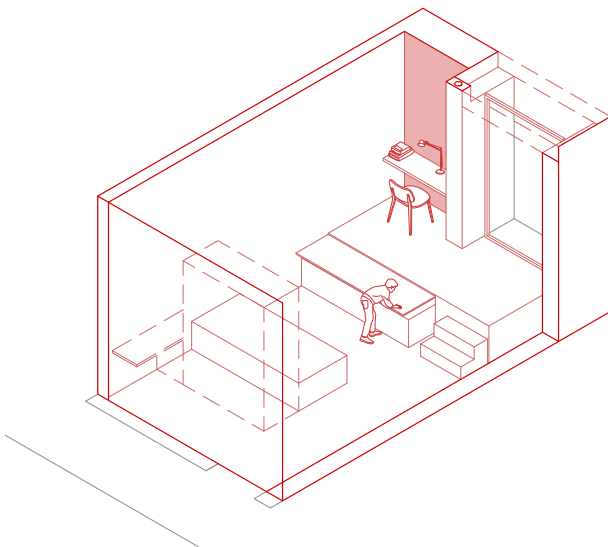
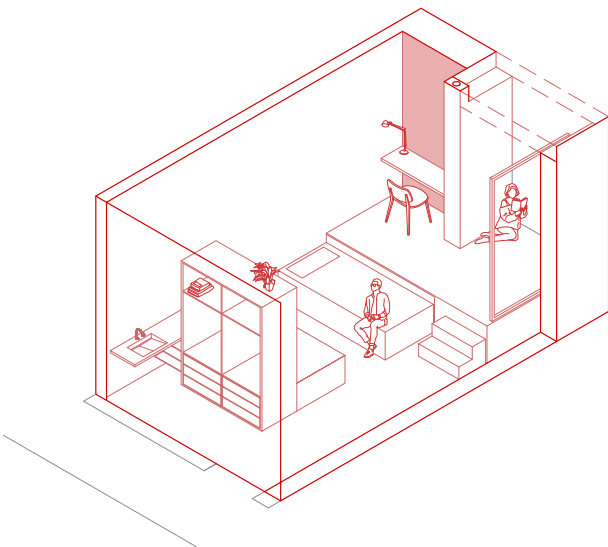
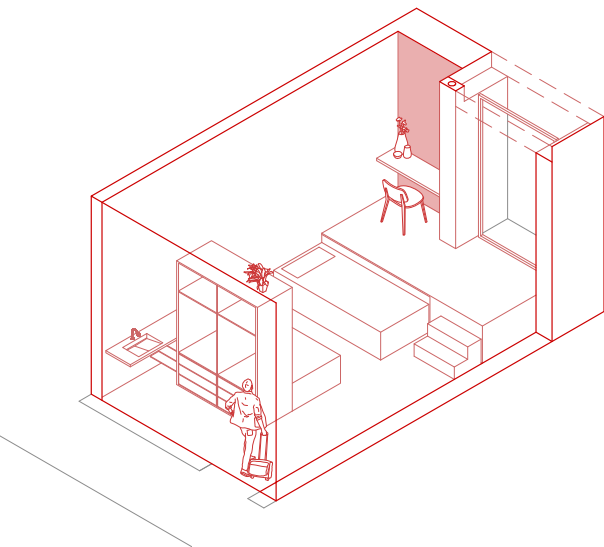
- 87 Terreno em corte
88 Terreno permeável
89 Terreno impermeável
90 Terreno envolvente
91 Cota de pavimento
92 Cota de teto
- 150 Estrutura da porta de favo em madeira de afizélia
151 Eixo metálico para movimento do apainelado
152 Pavimento em microcimento polido
153 Perfil em U em alumínio para fixação do caixilho
154 Soleira em alumínio com pendente de 2%
155 Grelha em ferro fundido do canal de recolha de águas pluviais
156 Elemento pré-fabricado para estabilização do canal
157 Pavimento com empedrado em xisto
158 Copos de drenagem e retenção de água poliolefina reciclada termo-moldada de 60 mm
159 Camada de regularização com pendente para escoamento de águas pluviais
160 Tela asfáltica
161 Alvenaria de tijolo vazado de 150x200x300 mm
162 Placa de isolamento XPS com
163 Perfil L em latão para rodapé do corredor de acesso aos quartos
164 Argamassa de modelação do canal de recolha das águas pluviais
165 Pintura betuminosa para proteção das fundações
166 Tampo/lavatório em alumínio anudizado
167 Enchimento em poliestireno
168 Perfil de alumínio fixo à laje de betão armado para sustentação do apainelado
169 Guarda em vergalhão de aço inox com diâmetro de 18 mm
170 Pater de fixação em aço galvanizado, com 3 parafusos
171 Corrediça em contraplacado envernizado
172 Acessório de apoio à fixação da grelha do canal
173 Cama de areia para assentamento do empedrado
174 Tout-venant
175 Camada de brita para assentamento do canal de águas pluviais
176 Régua de iluminação oculta
177 Parede em gesso cartonado sobre camada de isolamento e alvenaria de tijolo vazado
178 Porta de Tic-Tac do armário inferior da bancada
179 Bandeira fixa da porta do quarto
180 Peliça de varimento do movimento da porta
181 Soleira em betão pré-fabricado, ligeiramente armado com 1% de inclinação
182 Muro de suporte da fachada com cachorro de apoio
183 Membrana drenante pitonada em politileno de alta densidade revestida com gëotectil
184 Tampo de contraplacado de 30 mm
185 Pendural de fixação do teto em gesso cartonado

87 PLANTA MÓDULO | ESCALA 1:20
88

89 CORTES TRANSVERSAIS | ESCALA 1:50

89 PORMENORES CONSTRUTIVOS | ESCALA 1:10





90 Esquema axonométrico alusivo à flexibilidade e adaptabilidade funcional do módulo dos quartos



91 Imagem interna do módulo. Zona de vestir e higiene pessoal



92 Imagem interna do módulo. Zona de repouso e de estar

Reflexão final

A presente dissertação pretende formalizar uma primeira reflexão teórico-prática sobre uma problemática na região do Alto Douro Vinhateiro, cujo o foco incidiu no âmbito da questão habitacional destinada à mão-de-obra sazonal. Clarifica-se que a abordagem à arquitetura nesta região depende basilarmente da compreensão profunda das suas raízes e especificidades históricas, culturais e económicas. Perante um contexto fortemente marcado pelo despovoamento e pela crescente necessidade de integração da mão-de-obra alheia sazonal, torna-se imperativo que qualquer proposta arquitetónica deva responder não só ao desafio funcional do alojamento temporário, mas também à necessidade de harmonização entre a preservação do património e a dignidade humana, ambas carentes da sustentabilidade económica.

Existe um franco debate, sem resposta evidente, sobre como intervir num espaço existente, num espaço que pertence à natureza ou a vivências remotas do passado. Torna-se imperativo o exercício analítico das intervenções passadas, relativas aos seus métodos e vontades, uma abordagem recorrentemente entendida como menos deslumbrada face ao fascínio pelo novo, pelo “moderno”. Fernando Távora esclarece que “o passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se airosamente e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios”.¹²¹ Assim, questionar as decisões do passado não implica copiá-las, mas compreender a intencionalidade por detrás delas.

É fundamental reconhecer a necessidade de humildade no exercício de Arquitetura em não se limitar na criação de espaços físicos ou na criação de um seu estilo próprio. Para Távora “qualquer estilo nasce do Povo e da Terra com a espontaneidade e vida de uma flor; e Povo e Terra encontram-se presentes com aquela ingenuidade e aquela inconsciência que caracterizam todos os actos verdadeiramente sentidos, sejam eles de um homem ou de uma comunidade, de uma vida ou de muitas gerações”.¹²² Ou seja, a Arquitetura deve afirmar-se como campo de mediação da experiência humana, promovendo uma integração mais ampla e profunda de diferentes comunidades, que habitam e trabalham temporariamente no território de outrem. Para tal, é vital que

¹²¹ TÁVORA, F. (1947). *O problema da Casa Portuguesa*. M. J. Leal, Ed. P. 11

¹²² Ibid. P. 7

os alojamentos sejam concebidos enquanto ambientes promotores da interação social e cultural, onde as dimensões do habitar e do convívio sejam cuidadosamente articuladas. Apenas deste modo, o Arquiteto pode cumprir o seu dever na contribuição para a coesão social e qualidade de vida dos seus agentes, enquanto agregador de diferentes realidades, que lhe compete harmonizar.

Compreende-se a necessidade no aprofundamento de certas áreas, cruciais para o bom funcionamento da cada entidade empregadora, como a gestão pragmática e eficaz do corpo de trabalhadores da vinha; a sustentabilidade financeira do complexo habitacional e a efetiva integração cultural e social dos trabalhadores sazonais. Aqui apela-se a novas abordagens inovadoras, que transcendam as convencionais, e que promovam uma prática da arquitetura inclusiva e adaptável. Porém, é evidente a carência da região por mão-de-obra qualificada e disponível durante os períodos das rogas agrícolas, reconhecendo-se vital o auxílio a estratégias de captação intergeracional.

O património construído da região merece, igualmente, uma investigação mais profunda, particularmente no respeito aos Cardenhos durienses, enquanto habitações sazonais tradicionais, portadoras de História e vivências que facilmente caem no esquecimento. Compreender que estas estruturas, outrora pontualmente estudadas no Inquérito à Habitação Rural, foram o fruto de uma vontade intrínseca, uma resposta direta às necessidades concretas do contexto local, e que por força do crescimento económico da região e, por sua vez, das suas sociedades vinícolas, vieram a adotar uma nova funcionalidade ou caíram no abandono. Como tema de desenvolvimentos futuros desta investigação propõe-se, portanto, não só o rastreio de todas estas estruturas na região vinícola do Douro, como também a preservação das suas memórias sociais de coletividade.

Por sua vez, o envolvimento ativo das comunidades locais e/ou dos diversos agentes sociais envolvidos na realidade duriense, apresenta-se como indispensável para assegurar boas intervenções em património construído local. Torna-se essencial o desenvolvimento de métodos participativos promovidos pelas autarquias locais, nos quais se integrem os habitantes e trabalhadores nas decisões projetuais, captando deste modo as suas necessidades e perspetivas. Este diálogo permite reforçar e preservar a identidade e o sentimento de pertença comunitário.

Atendendo ao presente exercício prático projetual, a arquitetura deve ser encarada como uma prática de profunda responsabilidade social e territorial. Para além da resposta a necessidades imediatas, projetar no Alto Douro Vinhateiro, enquanto Património da Humanidade, requer um compromisso com o património existente e com o futuro desenvolvimento da região. Trata-se de reconhecer o impacto significativo que cada intervenção arquitetónica apresenta no debate sobre a habitação, objetivando as temáticas emergentes do “temporário” e do “sazonal”, catalisadoras de mudanças carenciadas de sensibilidade, responsabilidade social e respeito pelo património paisagístico.

Bibliografia

AGUIAR, F. (2022) O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva. Douro: Estudos & Documentos. (13), 10. Visível em: Douro: Estudos & Documentos_13

BARROSO, C.; RIBEIRO B.; RAMOS L.; OLIVEIRA D.; BARROS F.; LOURENÇO P. (2018) *Construção em falsa cúpula na região transfronteiriça Gerês-Xurés: metodologias e caracterização*. Conservar o Património, (28).

BASTO, E.; SILVA, A.; SILVA, C. (1947) *Inquérito à Habitação Rural nas Províncias da Estremadura (Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 3.

BASTO, E.; BARROS, H. (1943) *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1.

BENNETT, N. (2001) *British property-holders in the Douro. The Late Eighteenth to the Early Twentieth Century*. In Estudos de homenagem a João Francisco Marques. Porto. Faculdade de Letras do Universidade do Porto. Vol. 1.

DIAS, C. (2013) *Memórias de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Nos 55 Anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. O. Omnia, Ed.

DOMINGUES, Á. (2024) *Douro a la carte*.

DOMINGUES, Á. (2021) *Paisagem e Arquitetura: da Vinha e do Vinho Simplesmente... Vinho*. Porto. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

DOMIGUES, Á. (2024) *Terra Soalheira*.

FERREIRA, M. (2004) *O Douro no Garb Al-Ândalus: a Região de Lamego durante a presença árabe. V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro*. Braga. Universidade do Minho.

FRAZÃO, J. (2022). “Brandas” e “Inverneiras”, um universo em extinção?. Podcast “Da capa à contracapa”.

HEIDEGGER, M. (2015) *Construir Habitar Pensar*. LaOficina.

INGOLD, T. (1993) *The temporality of the landscape*. World Archaeology. Vol. 25(2).

JESUS, P. (2021) *Somos menos e mais concentrados no litoral. País perdeu população entre Censos pela primeira vez desde 1970*. Visível em: Público_Douro, uma celebração com desafios inadiáveis

MARQUES, M. (2005) *O Homo Duriense e a sua identidade*. DOURO. Estudos & Documentos, III(19).

MENDES, M. (2005) *Roteiro Sentimental: Douro*. Afrontamento, Ed.

NORBERG-SCHULZ, C. (1980) *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Rizzoli.

OLIVEIRA, B. (2003) *Breve notícia de uma crise no Douro (1908-1915)*. DOURO. Estudo & Documentos, VIII(15).

OLIVEIRA, D. (2024) *Odemira, Habitação e Imigração. Estratégias para uma Reabilitação Urbana*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

PEREIRA, A. (2020) *Memórias do trabalho no Douro antigo a partir de narrativas literárias e fotográficas*. Revista "Memória Rural" (3).

PEREIRA, G. (2021) *Douro, uma celebração com desafios inadiáveis*. Público. Visível em: Público_Douro, uma celebração com desafios inadiáveis

PEREIRA, M. (2019) *Casa Viçosa (1959-1963): Ecos das memórias de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas sobre Carlos Scarpa*. Porto. Universidade do Porto.

PORTAS, N. (1959) *A responsabilidade da novíssima geração no movimento moderno em Portugal*. Revista Arquitectura. N.º 66

PORTUGUESA, R. (2021) Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2021, Regime especial e transitório aplicável ao Aproveitamento Hidroagrícola do Mira. Diário da República.

RAMOS, R.; SILVA, P. (2016) *Comunidades Piscatórias: do legado da arquitetura popular às estratégias habitacionais do Estado Novo*. In Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular. Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

RIBEIRO, O. (1992) *A civilização do granito no Norte de Portugal* in Ribeiro, O.

(1998) *Geografia e Civilização: Temas portugueses*. 3ª Edição. Livros Horizonte, Ed.

RIBEIRO, O. (1987) *Entre o Douro e Minho*. III(l).

RIBEIRO, O. (1991) *Opúsculos geográficos*. Fundação Calouste Gulbenkian. (Vol. IV)

RIBEIRO, O. (1945) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. C. Editora, Ed.

RODRIGUES, S. (2019) *Os Palheiros do Vale. Proposta para uma nova condição na Paisagem e no Território do Chão da Ribeira*. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

SEMEDO, A; FAUVRELLE, N. (2017) *De Território a Paisagem. O que é a Paisagem? Genius Loci - lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2.

SILVEIRA, T. (2022) *A injusta remuneração de quem trabalha a terra afasta muitas pessoas do Douro*. Público. Visível em: Público_A injusta remuneração

TORGA, M. (1983) *Diário XIII*. Ed. Autor.

TORGA, M. (2011) *Vindima*. D. Quixote, Ed.

VASCONCELOS, A. (2015) *Seriação da Casa Saloia na região de Lisboa: O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Lisboa. FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Fontes digitais

Diálogos Cruzados 2020

Fondation Le Corbusier

Pritzker Prize 2014

ProDouro_ Competências para a Nova Casa do Douro (propostas)

Público_Acordo sobre migração laboral (11.03.2025)

Público_Douro, uma celebração com desafios inadiáveis (14.12.2021)

Público - Imigrantes nas estufas do Alentejo assumem luta por trabalho mais digno (19.02.2022)

RTP_Pó Levantado

Iconografia

01 Ortofotomapa do Vale do Pinhão. Documento disponibilizado pelo Município de Alijó

02 Marcação de espaços regulares no terreno, em Sebadelhe. (1933). Autoria de Álvaro Cardoso de Azevedo (Casa Alvão). Coleção Instituto dos Vinhos do Porto

03 Cultura geológica do solo da Região Demarcada do Douro (RDD). Estudo territorial realizado e disponibilizado pelo Museu do Douro. Edição do autor

04 Evolução da área correspondente à RDD. Estudo territorial realizado e disponibilizado pelo Museu do Douro. Edição do autor

05 Demarcação da área protegida pela UNESCO | Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade. Estudo territorial realizado e disponibilizado pelo Museu do Douro. Edição do autor

06 Vista de Vale de Mendiz. Alusão ao mosaico dos vinhedos durienses. In <https://www.locationscout.net/portugal/33096-vale-de-mendiz-alto-douro>

07 Mapa com a divisão das províncias do território nacional norte, que respeita o 1º volume do Inquérito à Habitação Rural. In BASTO E.; BARROS H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. XIV

08 Toponímia árabe e moçárabe em Lamego e margem sul do rio Douro. In FERREIRA, M. (2004). *O Douro no Garb Al-Ândalus: a Região de Lamego durante a presença árabe. V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro*. Universidade do Minho]. Braga.

09 Empregabilidade nos principais setores económicos da região do Alto Douro. Dados do INE (2017), Sistema de contas integradas das empresas. In TERRISIRGA. (2019). *Estratégia Local de Habitação de Alijó 2020-2025*. P. 10

10 Culturas mediterrânicas da RDD. Estudo territorial realizado e disponibilizado pelo Museu do Douro. Edição do autor

11 Replantação de vinhas na Quinta de Vargellas (Taylor’s) após a praga da filoxera, nos finais do século XIX. In Filoxera_A história do assassino silencioso

12 Foco num local, com a presença da produção das três principais culturas da região do Alto Douro. In DOMINGUES, Á. (2021). *Paisagem e Arquitetura: da Vinha e do Vinho Simplesmente... Vinho*. Porto. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 1

13 Imagem alusiva à produção de cortiça da Corticeira Amorim. In Executive Digest

14 Detalhe de uma escada de salta-cão num muro de socalco. Autoria de Álvaro Cardoso de Azevedo (Casa Alvão). Coleção Instituto dos Vinhos do Porto

15 Vista sobre a Piscina das Marés, de Álvaro Siza. In JackBackPack

16 Esquema gráfico sobre o conceito de “Lugar” segundo Norberg-Schulz (1979). In <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>

17 Pintura de Pieter Bruegel, The Harversters (1565). In <https://collectionapi.metmuseum.org/api/collection/v1/iiif/435809/794356/main-image>

18 Estendal de roupa. Apropriação do local da vinha na Quinta do Cruzeiro. Fotografia do autor.

19 Interior da camarata no Asile Flottant. In Fondation Le Corbusier

20 Vista do exterior do Asile Flottant. In Fondation Le Corbusier

21 Vista do Bairro de Ilhéus, Picanceira.

22 Planta de Implantação do bairro em contraste com a envolvente edificada. Visível em: VASCONCELOS, A. (2015). *Seriação da Casa Saloia na região de Lisboa: O caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Lisboa. FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. P. 119

23 Exemplo de uma branda na região do Alto Minho, Alhal. In BARROSO, C.; RIBEIRO B.; RAMOS L.; OLIVEIRA D.; BARROS F.; LOURENÇO P. (2018). *Construção em falsa cúpula na região transfronteiriça Gerês-Xurés: metodologias e caracterização*. Conservar o Património, (28). P. 28

24 Exemplo de uma branda na região do Alto Minho, Gêmea. In Ibid.

25 Estruturas familiares. Síntese da análise morfológica e tipológica na branda da Gêmea: a) abrigo pastoril/de gado; b) estância do pastor/agricultor; c) corte /ou abrigo de gado; d) arrumo de forragens e produção agrícola. In Ibid. P. 40

26 Estruturas isoladas. In Ibid.

27 Parcela com Palheiro, Chão da Ribeira, Madeira. In RODRIGUES, S. (2019). *Os Palheiros do Vale. Proposta para uma nova condição na Paisagem e no Território do Chão da Ribeira*. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 168

28 Reutilização de um velho barco para armazém de redes de pesca. Comunidade piscatória de Cova de Lavos, Figueira da Foz. In <https://portugaldeantigamente.blogs.sapo.pt/os-palheiros-do-litoral-1014>

29 Vista de IATAs instaladas numa exploração agrícola. In Observador 2023 in OLIVEIRA, D. (2024). *Odemira, Habitação e Imigração. Estratégias para uma Reabilitação Urbana*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 62

30 Vista geral das estufas em Odemira. In Público - Imigrantes nas estufas do Alentejo assumem luta por trabalho mais digno, 19.02.2022

31 Axonometria de uma IATA aplicada em produção agrícola. In OLIVEIRA, D. (2024). *Odemira, Habitação e Imigração. Estratégias para uma Reabilitação Urbana*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto. FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. P. 64

32 Planta base de uma IATA. In Ibid. P. 165

33 Uma roga na hora da refeição num cardenho. Reprodução do livro O Douro da autoria de Manuel Monteiro (1911). In PEREIRA, A. (2020). *Memórias do trabalho no Douro antigo a partir de narrativas literárias e fotográficas*. Revista “Memória Rural” (3). P. 58

34 Cardenho da Quinta da “Rueda” - Exterior. Quinta ao serviço da empresa Taylor’s. In BASTO, E.; BARROS, H. (1943). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. Vol. 1. P. 394

35 Cardenho da Quinta da “Rueda” - Interior. In Ibid.

36 Cardenho da Quinta da “Rueda” - Cozinha. In Ibid. P. 397

37 Cardenho da Quinta da “Rueda” - Refeitório. In Ibid. P. 397

38 Cardenho de tipo regional - Interior. In Ibid. P. 398

39 Cardenho de tipo regional - Interior. Ibid. P. 393

40 Planta de cardenho em Caldas de Modelo. In Ibid. P. 399

41 Planta de cardenho em Casais do Douro. In Ibid. P. 403

42 Fileira de trabalhadores, seguindo o “Pica”. Consultar o documento, em apêndice, “Conversa com Dona Fátima Santos”. P. 5-6. Autoria de Artur Pastor. In <https://pt.pinterest.com/pin/351912452565550/>

43 Enquadramento poente da Quinta do Cruzeiro. Fotografia do autor

44 Enquadramento nascente da Quinta do Cruzeiro. Fotografia do autor. Fotografia do autor

45 Vista do pórtico de entrada na Quinta do Cruzeiro. Fotografia do autor

46 Vista do caminho de entrada, do pórtico até ao complexo da Quinta. Fotografia do autor

47 Vista geral do complexo da Quinta do Cruzeiro. Fotografia do autor

48 Vista da entrada formal do edifício principal e do acesso ao nível inferior do mesmo. Fotografia do autor

49 Vista do alçado poente, nível inferior. Fotografia do autor

50 Vista do alçado nascente do complexo da Quinta. Fotografia do autor

51 Primeiro programa preliminar, apresentado pela sociedade vinícola. Imagem do autor

52 Organograma inicial. Relação entre os espaços do programa. Elaborado pelo autor

53 Organograma final. Relação entre os espaços do programa. Elaborado pelo autor

54 Subregiões da RDD. Estudo territorial realizado e disponibilizado pelo Museu do Douro. Edição do autor

55 Ortofotomapa da aldeia de Vale de Mendiz. Escala 1.6000. Relação do conjunto edificado com a Quinta do Cruzeiro. Edição do autor

56 PLANTA TOPOGRÁFICA | ESCALA 1.6000. Edição do autor

57 Isometria geral da proposta de intervenção sobre o terreno da Quinta do Cruzeiro. Elaborado pelo autor

58 AMARELOS (demolição). Enquadramento no alçado nascente da Quinta do Cruzeiro. Sequencialmente da cobertura do anexo 1, anexo 2 e a casa do Zelador. Edição do autor

59 AMARELOS (demolição). Enquadramento sobre a Casa do Zelador (1º plano) e o apêndice perpendicular (2º plano). Edição do autor

60 AMARELOS (demolição). Enquadramento no alçado nascente da Quinta do Cruzeiro. Sequencialmente da cobertura do anexo 1, anexo 2 e a casa do Zelador. Edição do autor

61 AMARELOS (demolição). Enquadramento no alçado nascente da Quinta do Cruzeiro. Sequencialmente da cobertura do anexo 1, anexo 2 e a casa do Zelador. Edição do autor

62 AMARELOS (demolição). Lagares. Edição do autor

63 AMARELOS (demolição). Tanques. Edição do autor

64 AMARELOS (demolição). Tanques. Edição do autor

65 PLANTA DE AMARELOS. Relação dos elementos a demolir do edifício com a estrutura a manter. Edição do autor

66 PLANTA DE VERMELHOS. Relação dos elementos a construir do edifício com a estrutura a manter. Elaborado pelo autor

67	Eixo axial da proposta. Vista a partir da entrada principal do edifício principal (casa-mãe). Fotografia do autor
68	Eixo axial da proposta. Vista da entrada principal do edifício principal (casa-mãe). Fotografia do autor
69	Diagrama esquemático da relação da Quinta do Cruzeiro com os diferentes núcleos de quartos. Elaborado pelo autor
70	Isometria explodida da proposta de intervenção sobre a Quinta do Cruzeiro. Sequência dos pisos/núcleos dos quartos e esquema estrutural da cobertura da Casa-mãe. Elaborado pelo autor
71	PLANTA DE IMPLANTAÇÃO ESCALA 1.1000. Elaborado pelo autor
72	PLANTA COBERTURAS COTA 190 ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
73	PLANTA PISO 1 COTA 199 ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
74	PLANTA PISO -1 COTA 196 ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
75	PLANTA PISO -2 COTA 193 ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
76	PLANTA PISO -3 COTA 190 ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
77	CORTE TRANSVERSAL EE' ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
78	CORTE TRANSVERSAL FF' ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
79	CORTE TRANSVERSAL GG' ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
80	CORTE TRANSVERSAL HH' ESCALA 1.200. Elaborado pelo autor
81	Vista sul da Quinta do Cruzeiro. Fotografia do autor
82	ALÇADO POENTE ESCALA 1.400. Elaborado pelo autor
83	PLANTA PISO 1 COTA 199 ESCALA 1.50. Elaborado pelo autor
84	PLANTA PISO -1 COTA 194 ESCALA 1.50. Elaborado pelo autor
85	CORTE TRANSVERSAL DD' ESCALA 1.50. Elaborado pelo autor
86	PLANTA PISO -1 COTA 196 ESCALA 1.50. Elaborado pelo autor
87	PLANTA MÓDULO ESCALA 1.20. Elaborado pelo autor
88	CORTES TRANSVERSAIS ESCALA 1.50. Elaborado pelo autor
89	PORMENORES CONSTRUTIVOS ESCALA 1.10. Elaborado pelo autor
90	Esquema axonométrico alusivo à flexibilidade e adaptabilidade funcional do módulo dos quartos. Elaborado pelo autor
91	Imagem interna do módulo. Zona de vestir e higiene pessoal. Elaborado pelo autor
92	Imagem interna do módulo. Zona de repouso e de estar. Elaborado pelo autor

APÊNDICES

Programa preliminar
Conversa com Dona Fátima Santos

Programa

2024 25 . Projeto . Quinta do Cruzeiro, Vale de Mendiz . Alojamento sazonal e turismo rural										
PROGRAMA, ÁREAS E CONDIÇÕES AMBIENTAIS										
	ÁREAS CONJUNTAS m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREAS CONJUNTAS m²										
341,9										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
341,9										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
47,8										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
91,2										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
53,1										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
262,1										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
656,8										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
297										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
100,2										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
132,8										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
142,1										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
99,1										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
48,1										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
8,2										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
13,2										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
14,2										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
13,4										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
1252										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
835										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
417										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
593										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
2157										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
679										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
2893										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
874										
	ÁREA m²	quantidade	AVAC	ventilação natural	climatização	iluminação natural	isolamento acústico	isolamento térmico	ÁREA m²	
ÁREA m²										
3905,6										

CONVERSA COM DONA FÁTIMA SANTOS

1ª conversa

Transcrição:

D. Fátima: Se eu souber responder.

ALC: Tem a ver com o seu dia-a-dia, com a sua rotina, com a sua experiência. Simplesmente, porque o trabalho que eu estou a desenvolver... Apenas para recordar. Estou a tentar utilizar a Quinta do Cruzeiro como um exemplo de nova habitação para trabalhadores sazonais, ou seja, trabalhadores das vindimas.

Pela minha experiência, tanto em vindimas em Portugal como em França, por exemplo, os trabalhadores têm, de facto, problema a nível da habitação, de alojamento. Não têm boas condições. E no Douro, pelo que vim a investigar, existem os típicos Cardenhos, não é? Um termo que eu nem conhecia, mas que gostei bastante de aprofundar.

Por isso, gostaria de saber mais sobre a vida dos trabalhadores, a rotina, como é que era e como é que é a convivência com novas pessoas. Mas eu posso fazer algumas perguntas.

D. Fátima: Assim, pela minha experiência... eu já trabalho aqui na empresa, já fiz 38 anos. Fiz agora 38 anos, neste mês passado, que me casei. Eu conheci o meu marido aqui. Eu vim para aqui fazer uma vindima.

ALC: E foi aí que conheceu?

D. Fátima: Foi. Eu vim para esta Quinta mesmo, nesta aqui. O meu marido era filho das pessoas responsáveis. Eram os caseiros, que eram os responsáveis da Quinta. E na altura eram os meus sogros. O Fernando era filho deles, não é? E então eu vim para aqui fazer uma vindima. Nunca tinha feito vindima alguma, nem nunca tinha trabalhado na vinha. Pronto, eu até trabalhava em Alijó e os meus pais moravam em Presandães, por cima de Alijó. E então, coincidência ou não, é vida ou futuro, eu acredito muito no que tem que ser. E então, eu na altura estava a tomar conta de uma bebé e fui passar a tarde a casa e as minhas duas irmãs mais velhas. Tinha apenas o domingo de folga, a tarde do domingo. Não. Uma mais velha e a outra mais nova. Então contaram-me que vinham para o Douro fazer uma vindima. E eu fiquei empolgada com aquilo. Ir para o Douro fazer uma vindima, que nunca tinha feito, nem sabia o que isto era. Eu também gostava de ir, o problema é que na altura como é que eu iria dizer ao meu pai que ia para a vindima, se estava a tomar conta de uma criança, estava a trabalhar. Mas o meu pai era muito ríspido, mas tinha outras coisas que a gente bastava... Nós éramos sete irmãs e um rapaz, éramos oito irmãos. Ele era o sexto e o resto era eu e mais seis raparigas. Sim, nós éramos sete raparigas e ele um rapaz só. Já faleceu a minha irmã há três anos. Mesmo o meu pai era muito ríspido, mas nisso ele: se nós disséssemos que estávamos bem, ou que queríamos mudar de trabalho, ou queríamos ir para casa, o meu pai era logo o primeiro a dizer, “anda-te embora aqui para comer, anda para casa comer”. E naquela altura minhas irmãs conversavam, a dizer que iam para a vindima. E eu, que gostava de ir... “Basta dizeres ao pai, já hoje, que os miúdos são chatos”. E pronto, eu lá inventei uma coisinha, o meu pai disse-me assim, “Mas então, olha, anda-te embora, que nós vamos fazer a Vindima lá abaixo ao Douro, se tu quiseres ir, anda-te”. Bem, foi o que eu quis ouvir. O que é certo é

Nota Prévia:

O conteúdo escrito visa apresentar a transcrição do diálogo entre duas pessoas sobre algumas temáticas alusivas à dinâmica social da região vitivinícola do Alto Douro, diretamente associada à empresa Fladgate’s Partnership. Este documento serve de apoio complementar ao entendimento da problemática vigente.

Local: Quinta do Cruzeiro, Vale de Mendiz

Data: 08.01.2025

Interlocutor: Dona Fátima Santos (*D. Fátima*)

Trabalhadora auxiliar na Gestão de Recursos Humanos da Quinta do Cruzeiro.

Locutor: António Lopes Cardoso (*ALC*)

que eu vim e conheci o meu marido aqui.

ALC: Que espetáculo!

D. Fátima: Conheci o meu marido em setembro, quando eu vim para a vindima, e em dezembro eu casei.

ALC: Oh! O quê? Dois meses?

D. Fátima: Três.

ALC: Três meses? Com que idade, então?

D. Fátima: Tinha 17 anos, quando me casei.

ALC: Mas fez anos, entretanto, ou casou com 17?

D. Fátima: Casei com 17 anos, fiz agora 38 anos de casada e também tinha acabado de fazer os 17, que até comecei a namorar com o meu marido com 16.

ALC: Oh! Que espetáculo!

D. Fátima: Foi, eu fiz anos dia 6 de dezembro. Fiz os 17, e dia 27 casei.

ALC: Sinto que lhe devo dar os parabéns!

D. Fátima: Foi, olha, não me arrependo nada, não é? Passado um ano, ou melhor, um mês, em janeiro, já estava grávida, fiquei grávida e tive o meu filho ainda com 17 anos.

ALC: E tem um filho?

D. Fátima: Tenho um filho com 37 anos. Tenho outro com 35 e tenho outra com 32. A miúda mais nova menina, tem 32 anos. Tive os três filhos muito seguidos. Eu com 21 anos, 22. Quer dizer, 22 anos, já tinha os meus três filhos.

ALC: E eu tenho 25...

D. Fátima: Mas o que eu quero dizer é que eu vim para aqui trabalhar, nessa altura. Fiquei cá, namorei, e em três meses casei-me.

ALC: Porque ele era mesmo de cá?

D. Fátima: Ele era de uma aldeia ali por cima, em Celeirós. Mas ele veio para aqui... acho

que não tinha sete anos. Quando os pais vieram para aqui trabalhar e decidiram ficar cá. Ele fez aqui a escola.

ALC: Mas o que é que é ficar cá? É ficar em Vale de Mendiz ou na Quinta mesmo?

D. Fátima: Mesmo na Quinta, a viver. Eles viveram sempre aqui nesta casa. Até os pais se reformarem. Viveram sempre aqui. Eu ainda vivi aqui. O meu quarto era o quarto dos meus sogros, esta era a minha salinha e a deles. E era aqui a casa. Por isso há 38 anos que eu vivi aqui. Casei, vim para aqui, que foi onde vivia o meu marido. Naquela altura, pronto, era assim. Depois, passado um ano de estarmos aqui, o meu Luís nasceu em Outubro. Nasceu em Outubro, entretanto, além de Terra Feita... Você não chegou a conhecer a Terra Feita, pois não? Há outra Quinta lá, que nós tínhamos.

ALC: Ah, que é a que se vê daqui?

D. Fátima: Sim, nós temos mais de duas, que é a Terra Feita de Baixo e a Terra Feita de Cima, que é onde temos a cantina e os dormitórios. É da empresa. É onde fazemos... Aquilo durante o ano está fechado, porque só abrimos quando é na altura da vindima. Aqui não temos condições, então tem que ser lá. E então, o meu filho tinha um mês. Os caseiros que estavam lá. Reformaram-se. Ficou um filho. Mas o filho, que era da idade do meu marido, mais três ou quatro anos. Ele não gostou de estar e, entretanto, os patrões disseram... Como os meus sogros ainda estavam aqui a trabalhar. Então, perguntaram, se nós queríamos ir, os dois. Como éramos um casal. Se queríamos ir para para a Terra Feita. E fomos.

E estive lá até 92, em Terra Feita. Entretanto, as pessoas que estavam aqui, os meus sogros, reformaram-se. Ainda esteve aqui um casal, mas que também não se deu muito bem, e, então, os patrões disseram “Fernando e Fátima vós ficais a tomar conta de tudo.

Pronto, e então, em 92... Foi aí que tudo começou. Depois de 92, eu saio de Terra Feita, porque aquilo é mais isolado e vim viver para aqui, onde tenho a minha casa ali em cima. Pronto.

ALC: E nessas vindimas, onde é que ficou a dormir? Aqui?

D. Fátima: Sim, na altura, as vindimas eram muito divertidas, não tem nada a ver com o que é agora. Agora...

ALC: Então, qual é a diferença?

D. Fátima: A diferença é que vinha a roga e tínhamos aqui o que se chamava o *Pica*. Que ainda trabalha cá. O filho. O filho ainda trabalha.

ALC: *Pica*?

D. Fátima: Sim. Não sei se você conhece, ou ouviu falar. Um que toca... Agora ele tem

piano, tem órgão, e tem isso e aquilo. Na altura era só acordeão. E na altura era o pai que trabalhava cá, na vindima. E estava aqui toda a vindima. Dormia cá, tinha a vindima, e então animava as pessoas. Logo de manhã, ao meio-dia. Às vezes as pessoas de manhã praticamente iam a dançar para a vinha. Ele ia para a vinha a tocar o acordeão para animar as pessoas.

ALC: Mas era a função dele, por vontade própria, ou era contratado para o fazer?

D. Fátima: Era contratado pela empresa para animar as pessoas.

ALC: E hoje em dia não existe isso?

D. Fátima: Ainda existiu durante alguns anos, que aqui estivemos. Depois o senhor chegou a ir para Terra Feita. Quando nós começamos a tomar conta das duas coisas, ele chegou a ir para a Terra Feita, porque era o sítio maior. E ainda chegou a vir o filho. Já mais desenvolvido, que tem o... teclado. E faz bailes, faz festas e assim, portanto ele era mais avançado. Mas na altura ele vinha. Mas também quando era nas vindimas, ele também começou a vir com o acordeão. Mas eram as vindimas... por isso é que eu digo, que as vindimas mudaram muito de... há 30 anos, 20 e tal, 30 anos, mais ou menos. Mudaram muito. Porque era uma alegria vir para a vindima, havia sempre baile. A gente vinha almoçar, estavam mortos por comer, mas iam ali para fora dançar. Não é? Enquanto que, agora, não tem nada a ver com isso. Porque aqui na nossa empresa só temos esse tal rapaz, o filho do velhote. E esse vai sempre para Vargellas, para a Quinta de Vargellas. Você conhece?

ALC: Não.

D. Fátima: Também não conhece. Uma que é... lá para baixo, para a Pesqueira, que fica mesmo à beira do Douro. É uma Quinta lindíssima. É das Quintas mais bonitas que a empresa tem. Muito bonita.

ALC: Mais bonita que esta?

D. Fátima: Não, não tem nada a ver. A outra fica mesmo à beira do Douro.

ALC: Mas aqui tem uma vista...

D. Fátima: Sim. Aquela também tem a parte do Douro. A estação fica dentro da Quinta mesmo.

ALC: A estação?

D. Fátima: A estação de Vargellas, de comboio.

É muito linda aquela Quinta. É que os patrões têm lá a casa mesmo deles. Lá, esse tal *Pica*. Nós chamamos-lhe o *Pica*, na altura era o *Pica Pai*, o *Pica Velho*, e, agora, o *Pica Novo*. Ele chama-se Vítor, mas a gente ficou sempre com o nome do *Pica*. Em que ele mesmo, ainda agora, vai para lá toda a vindima. Desde que começa a vindima. Está lá a vindima toda. Enquanto não terminar a vindima, está lá para animar as pessoas e para estar nos lagares, para andarem a dançar. Porque, também, têm muitas visitas, não é? Muito turismo. E então, ele ainda hoje faz isso.

Nas outras Quintas, não. Vem, no dia da festa. Quando acabamos a vindima. Há sempre um lanche, um arraial, uma festinha. Antigamente também se lançavam foguetes. Agora já não se pode. Pronto, as coisas vão mudando.

ALC: Isso é assim... Porquê? Porque o espírito das pessoas mudou? São regras da empresa?

D. Fátima: Mas são regras e outras acho que nem é bem... É o espírito das pessoas. A gente... Eu lembro que na minha altura, e não foi só na minha altura, já passados 15 ou 20 anos, as pessoas... As vindimas eram uma alegria. As pessoas, por bem cansadas que andassem, e se calhar até andavam mais do que agora, porque... Agora há tratores para tirar as caixas. Antigamente não. Eram aqueles cestos das vindimas que as pessoas tinham que carregar às costas. Não havia tratores para andar no meio das vinhas. Era tudo vinhas velhas praticamente. E as pessoas tinham que tirar os cestos, as uvas às costas. Não é? E era, na minha opinião, era muito mais... cansativo, nessa parte. Está bem que agora são outras... As coisas estão avançadas, agora vai-se vindimar por castas. Agora é por castas.

Vão a um talhão, que é a casta Róris, por exemplo. Vão apanhar 20. Tinta amarela, vão apanhar mais 15. Mais... Rodra... Como é que é? Tinta de toriga francesa, vão apanhar mais 30.

É para fazer aqueles lotes do vinho do Porto, não é? Que tem que ser com X de castas. E então aí, pronto, é mais trabalhoso nessa parte. Enquanto antes começava-se, por exemplo, a vindimar aqui no cimo, e isso tudo, a vindimar tudo aí. Nessa parte não era tão trabalhosa, não era tanto de papéis, agora é mais papéis. Agora é... pronto. É como tudo, não é? Mas antes as vindimas eram mais alegres também. Também era mais fácil nessa parte da vindima, não é? As pessoas começavam no sítio e vindimavam tudo aí. Agora não é bem assim. Também se calhar por causa disso é que as coisas foram mudando. A empresa também... As coisas vão-se perdendo, como tudo. As tradições vão-se perdendo. Que as vindimas eram muito alegres.

ALC: Mas também podem voltar, não é?

D. Fátima: Sim.

ALC: Por força de certas pessoas.

D. Fátima: Também. Depois também depende das pessoas que estão a gerir as coisas.

ALC: Sim, sim.

D. Fátima: Por exemplo... Depois as coisas também se vão moldando e vão-se alterando também conforme... Não é que as pessoas sejam... Eu acho que até há mais educação. Sei lá, como eu ia te explicar. Se calhar há mais educação. Como é que eu ia dizer? As pessoas estão melhores informadas. E quando eu digo educação, porque tem outro nível de estudos, não é? Antes havia muitas pessoas que nem a quarta classe tinham. Havia muito analfabético. Não havia estudos conforme agora. Agora toda a gente vai para a escola. E até são obrigadas, não é? Antigamente não. Antigamente, como sabes, com sete ou oito anos os pais punham-nos a trabalhar. Quem diz sete ou oito anos, os coitadinhos. Mas pronto, com dez ou quinze já andavam a trabalhar, toda a gente a trabalhar. Agora não. Agora é obrigatório estudar. Antigamente não. E depois as coisas foram alterando. Por quê? Porque, por exemplo, nós alteramos já há cinco anos uma coisa que nós fazíamos sempre nas vindimas. No último dia de vindima fazia-se a festa à noite. Terminávamos a vindima e à noite eu preparava... Sou eu a responsável. Era eu que geria as coisas, como ainda hoje faço.

ALC: Que é responsável, também, pelos momentos da vindima? Ou que é responsável da casa?

D. Fátima: Eu sou responsável pela casa, pela comida, etc. Sou a cozinheira. Tenho duas ou três pessoas que me ajudam, mas sou eu que cozinho. Geralmente os temperos e tudo, sou eu que cozinho. Aqui na minha área, não é? Porque temos outras quintas. Mas aqui na minha área, de Terra Feita e Vale de Mendiz, sou eu que cozinho. E outra moça que está ali, a Alice, é o meu braço direito. E depois, claro que temos que ter mais pessoas para cortar legumes, carne, peixe. Mas os temperos, quem gera as coisas sou eu. Sou eu a responsável pelas limpezas. Sou eu a responsável pela cozinha. Sou eu a responsável por tudo o que envolve a área social. Depois tem o meu marido que me ajuda, mas o meu marido está mais na parte da vinha. Isso já é com ele. Eu aí já não meto o nariz, porque também não percebo nada. Mas já é a parte dele em gerir isso. A parte do pessoal da vinha, das castas e tudo. Isso é tudo com ele. Da área social sou eu a responsável.

ALC: E todo ano?

D. Fátima: Todo ano. Todo ano sou responsável por esta quinta, pelas duas de além e pela quinta do Junco. Não sei se sabe como é. Você não chegou lá a dormir?

ALC: A quinta do Junco é lá em cima de tudo. Muito comprida.

D. Fátima: Sim. Sou eu a responsável de lá. Pronto. Mas o que eu estava a contar é que, nessa altura, há cinco anos, acho que foi, mais ou menos. Então, nesse dia, quando acabava a vindima, à noite, fazíamos uma festa na qual vinha o tal Vítor *Pica*. Ligava lá a sua música dentro de um lagar, e, então, as pessoas comiam e bebiam e dançavam até às duas, três da manhã, conforme estivessem as coisas. É uma verdade que a gente deixou de fazer isso há cinco anos.

ALC: E por quê? Por algum motivo?

D. Fátima: Por que motivo? As coisas vão-se alterando e vão-se perdendo. Para já a gente começa a ter outra idade. Uma coisa enquanto somos jovens e temos outro espírito e temos forças para tudo.

ALC: Ou seja, então... Desculpe interromper. Então, a mão de obra, ou seja, as pessoas que querem trabalhar na vindima, estão a ter dificuldade em arranjar pessoas mais jovens. Mais jovens, que mantenham o espírito.

D. Fátima: Vêm, ainda. Muita gente. Mas é muito mais complicado, porque a maior parte das pessoas não estão habituadas a trabalhar. Enquanto que uma vindima antes era mais... se calhar mais trabalhosa, mas mais simples. Agora não. Agora, por exemplo, nós temos um X de pessoas e aquele X de pessoas tem que vindimar X quantidade de uvas. Quantidade de pipas por dia. Enquanto antes, se calhar, não era bem assim. Era diferente.

ALC: Ah, é assim que funciona com a Taylor's?

D. Fátima: Sim, tem que ser. Eles têm que ter uma média. Nós temos um X de pessoas, não é? E eles têm que saber que com aquele X de pessoas podem vindimar X pipas de vinho por dia. Podem fazer X lagares de vinho. Porque nós aqui ainda fazemos o vinho em Terra Feita. Aqui isto já está desarmado. Já há alguns anos. Mas em Terra Feita ainda fazemos o vinho e ainda é pisado à perna. Temos na Terra Feita de cima os macacos hidráulicos. Mas pisar, pisar, as três horas, ainda é a pé. Todo o vinho do Porto que é feito aqui na Quinta. Claro que não é feito cá tudo. Antigamente até era, mas agora não. Agora não é. Porque a área também é maior. E vão muitas uvas, aquelas uvas menos boas... vão para as adegas.

ALC: Ok.

D. Fátima: Aquele vinho, aquelas castas, que eles acham, que apostam que é melhor. Então aí fazem o vinho ainda tradicional mesmo. Tudo tradicional. Pronto. E então uma das razões também para termos deixado de fazer a festa à noite é que as pessoas também começavam a beber e havia sempre “barracada”. E então nós éramos a única Quinta daqui da empresa que fazíamos a festa à noite. Eles todos faziam ao meio-dia, ao almoço. Então as pessoas chegavam à noite...

ALC: Quando diz barracada, diz confusão?

D. Fátima: Ah sim, porque alguns “enfrascavam-se” e depois dava para o torto. Não é? É problemático. E depois eu digo, que as pessoas começam a ter outra idade, começam a ficar cansadas e nem sempre têm vontade para estar a aturar essas coisas. Antigamente, a gente era mais jovem e conseguia também aturar mais coisas. As pessoas também eram diferentes antes. Eu acho que eram diferentes. Há de tudo. Não se pode dizer que

seja geral. Há de tudo. Ainda este ano tivemos novas experiências. Atenção, eu não sou racista, nem de perto nem de longe. Para mim, o ser humano é todo igual. Mas já tivemos experiências, nas quais tivemos cá pessoas de cor e as coisas não corriam muito bem. Aqui há alguns anos... Mas as coisas nunca corriam muito bem. Este ano, tivemos um grupo de jovens de Cabo-Verde, cabo-verdianos. Espetaculares. A nível de trabalho, eram trabalhadores com uma educação que é difícil ver-se. E jovens, todos na casa dos vinte, vinte e poucos anos.

ALC: Eles vivem cá?

D. Fátima: Sim. Ali na área de Resende. Não é bem Resende, é... Entre-os-Rios. Vieram para lá estudar, onde passaram muita dificuldade. Depois disto vieram para a vindima. E foram espetaculares. E todos ficaram de vir, outra vez, fazer a vindima, porque foram espetaculares. Por isso é que eu digo, não é tudo igual. Mas antes tínhamos problemas. Era muito problemático. Não foram muitas, mas aconteceu com alguns que passaram por cá. Nós já estamos nisto há 38 anos. E o meu marido mais. Mas tínhamos sempre, quase sempre, problemas. Depois houve anos que não vinham. Não foi porque não quiséssemos, mas não vinham. Nós temos, neste momento, quatro pessoas responsáveis, que ficam dos anos para os outros. Embora algumas vão saindo, vão-se embora. Ainda no ano passado foi uma senhora embora. Pronto, mas ficou outra. Responsáveis que nos arranja o pessoal. Vão arranjando, vão contactando, as pessoas para a vindima, para virem.

ALC: Apenas uma pessoa faz isso?

D. Fátima: Nós temos quatro. De várias zonas.

ALC: Hmm. Eu pensava que... Funcionam, então, diferente das outras empresas, pelo que eu percebi. Porque estas outras empresas contratam uma outra empresa, empreiteira.

D. Fátima: Ah, isso são os Empreiteiros.

ALC: Uma empresa específica que agrega a massa humana e depois distribui pelas empresas produtoras de vinho.

D. Fátima: Sim. Nós também trabalhamos assim. Nós aqui na minha área, em que somos responsáveis, já tivemos cá, há dois anos, um grupo de oito, que era também de outra empresa. Um empreiteiro, que punha aqui x pessoas. Mas, no geral, não precisamos... Essas pessoas vêm de manhã e vão embora à noite. O pessoal que nós próprios arranjamos para trabalhar, aqui na nossa área, onde fazemos os lagares, nós precisamos de pessoas que vêm, por exemplo: a vindima começa amanhã. Elas vêm hoje e só vão embora quando a vindima acabar. Eles ficam cá alojados. Neste momento temos três, antes eram quatro. Durante o ano temos dois. O Fernando, o meu marido, por exemplo, diz assim: “olha, preciso que me arranjes... vinte pessoas.” E aquela pessoa fica responsável por arranjar essas vinte pessoas. O outro precisa de trinta. O outro fica, então, responsável... Às vezes

consegue, às vezes não se consegue.

ALC: Pois, é isso. Por experiência própria, nos últimos anos que fiz vindimas, em França, eles têm o mesmo problema, em que para arranjar pessoas é uma dor de cabeça.

D. Fátima: Exato. Cada vez está mais difícil. Nós chegámos a ter em Terra Feita, o máximo de pessoas que nós lá estivemos a dormir e a comer (a dormir se calhar nem todas, porque algumas eram daqui de perto e iam dormir a casa, mas a comer eu digo) foram cento e oitenta e cinco pessoas. Foi o máximo de pessoas que nós alimentávamos.

ALC: Bem... Disse cento e oitenta e cinco?

D. Fátima: Cento e oitenta e cinco. Nesta altura, nós estamos na ordem dos cem. Noventa, cem. Por vezes para os setenta e tais, pois alguns vêm e não lhes agrada ou não conseguem, pois não estão habituados ao calor ou à chuva. Vão-se embora. São livres, não é?

ALC: Mas depois fecham o contrato, não é?

D. Fátima: Sim, vão-se embora, pronto, acabou.

ALC: Boa. Por acaso, nisso aí está a tocar em dois temas que são, assim dos principais que honestamente estou a estudar. Sobre o tipo de pessoas que vem trabalhar, que agora está a mudar. Há cada vez menos portugueses a trabalhar, a cada vez mais estrangeiros a trabalhar. Por isso, qual o impacto deste fenómeno nas pessoas que cá vivem? Será que essas pessoas fazem vizinhança? Ou seja, são vizinhos as pessoas? São amigas? Conseguem conviver?

D. Fátima: Sim. As pessoas que nós já tivemos, não temos tido muita experiência, que são nepaleses.

Eu: O engenheiro David disse que estavam a trabalhar com um nepalês.

D. Fátima: Sim. Esse foi um tal empreiteiro, que nós tivemos. O meu marido toma mais conta de outras áreas que não da área social. Temos o Santo António, temos a Vedejosa, e principalmente na Vedejosa. Nós como não tivemos muito pessoal para ir para a vindima. Tivemos, então, de recorrer a um tal empreiteiro. E já não foi na vindima. Foi já nos três meses na área da vegetação, que temos muito trabalho também.

ALC: Isto é maio?

D. Fátima: Sim, maio, junho e julho, que também temos pessoas a dormir. Tenho cá sempre um grupo, aos quais dou de comer e dormir por volta de 18 pessoas. Depois nós as três da cozinha e limpezas, temos que fazer essas coisas. Somos 21 pessoas, 21, 22, mas não é mais que isso. Nesses três meses, maio, junho e julho. Às vezes costuma começar a reabrir, mas são basicamente os três meses de vegetação que nós temos que ter... Temos já, há cinco ou seis anos, a fazer isso e tem corrido muito bem.

ALC: Isso é uma das rogas?

D. Fátima: É, são rogas. Por exemplo, nós temos um que trabalha aqui durante o ano. O senhor, que sabe que nós para maio precisamos de um grupo de nove ou dez. Depois, ele traz esse grupinho. Depois temos outro que é da área de Mondim de Bastos, não sei se você conhece. Ele não trabalha aqui durante o ano. Apenas trabalha nas vindimas, mas tem vindo fazer essa campanha. E ele nessa altura, também arranja mais nove, fazendo assim uns dezoito, porque a gente precisa de um grupo de dezoito. E dezoito porquê? Por causa das carrinhas, porque são carrinhas de nove lugares e tem que ter nove pessoas de cada lado. Duas carrinhas. Duas carrinhas, para terem transporte. Faz aquele grupinho de 9 pessoas de cada lado. Fazemos um grupinho de 18 pessoas.

ALC: Faz todo sentido, então. Se fossem 19... Claro que uma pessoa pensa, quanto mais melhor, mas neste caso não.

D. Fátima: Neste caso não. Neste caso têm vindo estas 18 pessoas que às vezes nem sempre vêm. (Mandeí ligar agora. Não, não, mas é para ver se atende lá em cima. Eu tenho o telefone ligado e agora vai tocar lá em cima. Está lá a minha filha. Ah, está conectado. Às vezes é tanto. Se não, eu digo ali à Sara. Peço-lhe desculpas, não está... Oh, Alice! Alice! Não está.) Pronto, mas é, nessa... Mas nessa altura também temos... Já me perdi um bocadinho.

ALC: Ou seja, têm os tais... Disse que agora têm os nepaleses que também se...

D. Fátima: Ah, pronto, mas o que eu queria dizer: esse grupinho que veio no ano passado, que trabalhou com o meu marido, veio para outra quinta da mesma empresa, ali para cima, para Celeirós. Mas durante algum tempo trabalharam com o meu marido, e ele gostou muito de trabalhar com eles. Diz que eram pessoas muito educadas, trabalhadoras, e que tinham quem os geria. O meu marido chegou a comentar isso comigo: que eram pessoas muito educadas. E também a pessoa que os acompanhava, o responsável, era uma senhora portuguesa, e então davam-se todos muito bem. Numa das alturas, já quase no fim, quando estavam para ir embora, o meu marido comentava comigo que estava a correr muito bem, que eram pessoas muito educadas, e que estava a gostar muito deles. Foi a primeira vez que trabalhou com esse grupo, e até me disse: “Ó Fátima, podias fazer-me um favor? Podias fazer um bolo para o fim, dar-lhes um copo de vinho do Porto e uma fatia de bolo”, porque gostou mesmo deles. Foram pessoas muito...

ALC: E como é que falavam? Falavam português?

D. Fátima: O meu marido diz que conseguia compreender bem aqueles que falavam... Que falavam minimamente, pronto. Dizia que dava para perceber muita coisa que eles diziam, mas o meu marido gostou muito deles, tanto que até me pediu para lhe fazer um bolo para lhe dar no último dia. Gostou muito deles.

ALC: E o que é que o seu marido, ou também pela sua experiência, acha da forma de viver o dia a dia destas pessoas? É muito diferente do que está habituada? Pergunto isto porque agora começam a vir muitos trabalhadores de religiões diferentes ou com hábitos e culturas distintas, que podem ter rotinas diárias totalmente diferentes.

D. Fátima: Isso já não te posso responder, porque o meu marido só convivia com eles duas ou três horas por dia. Ia lá ver se estava tudo bem, e havia dias em que nem chegava a estar com eles. Nós não convivemos. Não temos cá pessoas a trabalhar connosco. Tivemos essa experiência, que o meu marido gostou muito. Foram pessoas que trabalharam bem, educadas, fizeram o trabalho impecável. Mas, para além disso, já não sei. O que sei é que se davam muito bem com a senhora responsável por eles, que era portuguesa, e que tinham uma ótima relação.

ALC: E no seu passado, como é que era? Ou seja, viver a vindima com as outras pessoas?

D. Fátima: Ah, era maravilhoso. Eu adorava as vindimas. Adorei as vindimas durante muitos anos, que eram muito divertidas. A gente trabalhava muito.

ALC: Pergunto sobre o trabalho, mas também pergunto sobre as refeições. Ou seja, partilha de refeições, partilha também dos momentos. Se calhar uma pessoa vai tomar banho e depois vai-se arranjar. Como é que era dividir este espaço entre as pessoas?

D. Fátima: Era bom. É assim, aqui na empresa sempre houve um monte de regras, porque as pessoas sempre acataram bem as regras. Antigamente, quando eu vim para cá e depois fui para a Terra Feita, eu ainda sou daquela altura... ainda sou, acho que... ainda sou daquela altura que nós fazíamos de comer nos potes. E que fazíamos comida de manhã, logo, e as pessoas comiam logo de manhã. Comida mesmo: massa, batata... Batata cozida com bacalhau, massa com bofos do porco, aqueles bofos, com coração. Eu lembro-me de fazer isso, há 30 anos. Como as pessoas comiam logo assim. Era logo comer. Eu tinha que lhes fazer a sopa, tinha que mandar a comida à vinha, nas cestas. Tínhamos aquelas panelas de inox, com duas asas: um dia uma com a sopa, outra com as batatas, ou a massa, ou o arroz, pronto. De manhã era assim: comidas mais com massa, ou arroz, ou batata cozida com sardinha de conserva. Que na altura era assim, era com sardinha. As refeições, claro, antes não eram tão boas como agora. Eles agora têm de tudo. Agora, tomáramos nós...

ALC: E não se queixam?

D. **Fátima:** Não, não. Agora a alimentação, na empresa, em todas as quintas, em todas as quintas a comida é igual.

ALC: Ou seja, o menu.

D. **Fátima:** O menu é igual para todos, para a casa não tem... É acostumado ter o menu... Não tem. Nós temos umas ementas, que fizemos, com quantidades, foi feito por nós: por mim, pela Adriana – que fez toda a parte da escrita e os cálculos – por mim, pela Adriana, pela mãe da Adriana, que também é minha colega e responsável por outra quinta, a de Vargellas, e por outra senhora que era responsável lá em baixo na Roêda, só que essa já foi embora, já não trabalha cá na empresa. Fomos nós que fizemos as ementas. Experimentámos, fizemos os cálculos, decidimos o que queríamos. Depois fizemos a lista dos ingredientes de cada refeição e calculámos por pessoa. Fizemos numa altura aqui, na Terra Feita, e também na Roêda, para não serem sempre as mesmas pessoas a comer. Experimentámos todos os pratos e fomos dando a comida durante o ano, para testarmos se chegava, se não chegava, se era preciso mais. Testámos tudo e assim fizemos as ementas, para os três meses, em que damos comida como para os três meses em que vendemos. E temos de tudo: carne, peixe... tem tudo.

ALC: Que sorte a deles. Muito bom.

D. **Fátima:** Na altura também havia. Não se pode dizer que passassem fome, porque a empresa nunca deixou passar fome. Claro que eram coisas diferentes. Antigamente comiam comida logo de manhã, e as pessoas de mais idade estavam habituadas a isso, porque quem trabalhava no campo tinha de se alimentar bem logo cedo. Mas os jovens, que naquela altura eram muitos – se calhar mais do que agora – já não gostavam tanto. Na minha altura eram praticamente todos da minha idade. Eu era uma garota, mas eram mais ou menos da mesma idade. Nós tínhamos grupos de dois sítios: uns eram lá acima, da Campeã, perto de Vila Real, e outros eram de Resende. Eu lembro-me que nós brincávamos todos. Quando era o fim do dia de trabalho jogávamos ao “mata”, à “mula”, às cartas. Brincávamos uns com os outros. Aquilo era praticamente uma família. Houve pessoas que trabalharam comigo nessa altura e que ainda hoje estão cá. Ainda temos dois ou três dessa altura, desde eu miúda, com os meus dezassete ou dezoito anos. Partilhávamos isso tudo. Agora, claro, alguns jovens não gostavam muito de comer batatas ou massas logo de manhã. Eu, por exemplo, não gostava, eu não comia.

ALC: Pois! Eu tenho um amigo que, por coincidência, trabalhou nos últimos dois anos nas vindimas da Roêda. Mas trabalhou dentro, mesmo no armazém. Fazia o turno da noite. O que era almoço para ele era o jantar dos outros. Então ele tem essa experiência de comer o jantar dos outros.

D. **Fátima:** Ainda hoje se faz isso, ainda hoje se faz lá em baixo, na Roêda, com os do

armazém. Porque eles, de manhã, não tomam... ou melhor, eles não fazem... o pequeno-almoço deles é praticamente o almoço, porque eles vão dormir. Eles tomam o pequeno-almoço à noite. E então, de manhã...

ALC: E eles acabados de acordar.

D. **Fátima:** De manhã, eles comem a comida que, no fundo, deveria ser o pequeno-almoço. Mas não é o almoço, porque eles vão dormir e depois só vão jantar à noite. É assim, porque eles dormem de dia e trabalham de noite. Lá em baixo é assim. Por acaso, eu aqui não tenho, não preciso de fazer isso. Faço só quando temos também noites, duas ou três vezes por semana, e às vezes até pode haver semanas em que não calha. Mas se calha de embasilhar um lagar, por exemplo, já às duas ou três da manhã, as pessoas vão trabalhar, vão levantar-se a essa hora, vão trabalhar. Claro que vão ter fome quando acabam de embasilhar os lagares e querem comer. Então aí eu deixo-lhes ficar também comidinha feita: um bife, ou omeletes, ou rissóis. A gente deixa ficar. Uma marmita com muita coisa simples, para cada um, o café, ou o leite... a gente deixa ficar para quando trabalham à noite. Porque senão... não. Mas na Roêda faz-se sempre isso: os que trabalham, os que fazem o turno da noite, eles comem assim, essa comidinha.

ALC: Eu acho imensa piada, porque apesar de ser diferente, ele gosta. Ele disse que é uma das coisas que não mudaria.

D. **Fátima:** Sim, faz parte. Nós aqui não fazemos porque não temos esse turno da noite. Quando temos, também fazemos. Se trabalharem de noite, eu também faço. Mas geralmente não, porque... agora, de manhã, isto já vai há 20 anos, ou mais, não sei precisamente, mas 20 ou 25 anos, as pessoas tomam o cafezinho com o leite, ou café, dois pães, e depois comem a comidinha de garfo. E ao meio-dia comem outra vez, e à noite o jantar. Depois, quem vai trabalhar, que ainda vai pisar as uvas, ainda tem depois mais um pão para comer no fim daquelas duas horas de estar no lagar. Ainda têm bastante espaço.

ALC: E funciona assim?

D. **Fátima:** Funciona, sim. Também são muitos anos de estudo: o que é que uma pessoa precisa, o que é que não precisa... mas funciona. Aliás, se calhar muita gente, alguns até gostariam de comida logo de manhã, outros não. Para nós seria muito mais difícil gerir uma cantina assim, com tanta gente. Antes também era mais fácil, porque a gente tinha que ir cedo trabalhar. Também é bom, na vindima, começar às seis da manhã, para ter o pequeno-almoço preparado para todos. Às sete abre-se a cantina, começam a servir, e às oito horas toda a gente já tem o pequeno-almoço tomado, para ir trabalhar. Mas se fosse a fazer comida na vindima logo de manhã, não ia ser fácil. Antigamente era, porque as pessoas só comiam às nove horas. Já levavam as suas coisas, cada um trazia o que lhe fazia falta. Se de manhã quisessem comer, tinham e comiam qualquer coisa. Depois vinha o pequeno-almoço às nove, quando iam as pessoas com o cesto à cabeça levar para a vinha, e comiam lá. Agora não. Agora ninguém come na vinha. Ainda há quintas que comem na vinha, a do Noval, por exemplo...

ALC: Sim, mas é a empresa que leva, não são eles que levam?

D. Fátima: Não, a empresa é que vai levar. E comem na vinha, mesmo durante o ano, porque eles não têm cantina para comer. No Noval ainda fazem isso.

ALC: Ah, porque não têm mesmo o espaço... o espaço.

D. Fátima: Não querem, não sei. Aqui também, a maior parte... uns têm grupo que é mesmo para as casas deles, outros, a maior parte são empreiteiros, e vão e comem na vinha. Comem na vinha. Aqui na empresa não, na empresa come toda a gente na casa. Fora, por exemplo, se andar aí um grupo, com o meu marido, a fazer muros, os pedreiros, que às vezes andam numa zona longe, dizem que não e se estiver bom tempo comem lá, na vinha. Mas nós comemos aqui, não é... Porque durante o ano eles trazem a sua comida.

ALC: Eles fazem muros?

D. Fátima: Fazem, são os pedreiros. Nós temos.

ALC: Como assim, fazem os socalcos?

D. Fátima: Sim.

ALC: Ou seja, fazem com xisto?

D. Fátima: Sim, sim. Nós temos. A empresa tem uns três, aqui na nossa zona, na minha área. São três. Vargellas também tem. Só nós e Vargellas é que temos pedreiros. Quando eles vão trabalhar para uma vinha ou para um sítio que fica longe da casa, às vezes dizem: “Está bom tempo? Ah, não, não vamos comer a casa, comemos aqui”. E pronto, cada um leva a sua marmita, cada um traz a sua comida de casa. Porque durante o ano a empresa não dá comida. Durante o ano não há refeições, é só nas vindimas e nos três meses. E mesmo aí, só se dá comida ao grupo que vem de fora, porque os que estão cá a trabalhar durante o ano, esses não têm. É só nas vindimas que se dá comida.

ALC: Por acaso, eu tinha uma pergunta...

D. Fátima: Eu falo muito. Olhe, você veja lá.

ALC: Não, não, não! Porque eu, entretanto, envolvi-me bastante dentro do projeto, tanto da parte da paisagem, do terreno, mas também tenho lido bastante sobre a região, sobre a comunidade, o aumento do Alto Douro. Ainda sinto que sei pouco sobre a Quinta e também sei pouco sobre como é que as pessoas viviam o espaço. Ou seja, o espaço de descanso... o quarto. Foi aí que descobri o cardenho, não é? É que se ouve muito falar. Já apareceu nas notícias

– não o Douro como exemplo, mas nomeadamente o Alentejo – onde existem grupos imigrantes que trabalham nas estufas, a viver num só quarto. Mas também se ouve dizer que isso existe cá no Douro. Acredito que aconteça, mas não acredito que seja na Taylor’s, na empresa.

D. Fátima: Mas acontece.

ALC: Mas também acontece?!

D. Fátima: Sim, ainda acontece. É uma coisa que nós temos batalhado: haver quartos pequenos. Pois, nós temos todos os nossos dormitórios aqui na Taylor’s. Poucos têm, mas são poucos... eu aqui, na minha zona, temos todos a dormir. O mais pequeno que temos, em número de pessoas, são dois, quatro... quatro pessoas. Mas isto só temos um.

ALC: Ou seja, dois beliches ou quatro camas?

D. Fátima: Dois beliches.

ALC: Só para perceber o espaço?

D. Fátima: São seis... são três. Três beliches que temos, pronto. Geralmente, agora desde que veio isto do Covid, tem-se feito mais separação. Pronto, menos pessoas, e tem sido quatro. Mas todos os outros dormitórios: temos um de oito, temos um de vinte pessoas a dormir no mesmo dormitório.

ALC: Isso é muita gente!

D. Fátima: Muita gente. E é isso, é a maior queixa que temos, e que eu e o meu marido temos batalhado: por causa das condições sociais, principalmente para as pessoas nas vindimas. Começa a haver conflitos, porque ainda há algumas pessoas de idade. Enquanto os mais novos andam mais na... Nós, o problema que temos nas vindimas é com muitas pessoas já de boa idade. Por exemplo, os velhotes acabam o trabalho, vão tomar o seu banho e querem dormir. E têm direito. Querem dormir. Mas naquele dormitório temos, suponha, um de vinte, temos outro ainda maior, de vinte e oito pessoas. E, por exemplo, chegam dez pessoas que querem dormir, que acabaram o trabalho e querem descansar. Mas depois temos mais dez ou quinze que não estão aí, que dormem duas ou três horas e não se importam de fazer barulho, luzes acesas, nem nada. E aí é o maior conflito, e a maior coisa que nós temos batalhado: para fazerem quartos, não digo individuais, porque isso era impossível, impossível fazer aqui, mas pelo menos quartos para duas pessoas ou, no máximo, quatro pessoas. E aí, com quatro pessoas, se calhar já funcionaria, porque se calhar até se escondiam mais as rotinas: um gosta de dormir mais cedo, outros já estão habituados a dormir mais tarde, e conseguiam. E não. Esse é o maior problema que nós temos vindo a alertar, e a empresa sabe. Só que...

ALC: Acho que é por isso que o engenheiro David ficou interessado no trabalho que eu estava a propor. Entretanto, hoje fui apresentar, pelo menos, a ideia-base que tenho desenvolvido nos últimos meses. Existe a Quinta do Cruzeiro, onde proponho que a Casa do Caseiro e aquele anexo — ou seja, a cozinha e aquela sala — deixem de existir, porque, a nível de qualidade arquitetónica e construtiva, não são propriamente bons. Mas todo o terreno além, cerca de 50 metros mais à frente, é onde seria construída a habitação em si para os trabalhadores. O que eu sugiro é um quarto-tipo, pensado para duas pessoas. Nesse quarto, cada uma teria direito a uma zona de vestir, com uma cómoda, a zona de dormir, com as camas, e ainda uma pequena zona de estar, com uma mesa. Tão simples quanto isto. Eu gostaria imenso de mostrar depois o projeto, porque acho que vai um bocadinho ao encontro do que ouvimos aqui. Fico feliz por isso, porque cheguei a pensar: será que devo fazer quartos individuais, duplos, de quatro pessoas? Mas depois achei que, com 16 metros e meio — que foi a medida que considerei correta — duas pessoas conseguiriam viver bem ali. E conseguem. Seria o ideal, mas o espaço também dá a opção de funcionar como camarata, caso seja necessário: de repente, seis pessoas podem dormir dentro do mesmo quarto. Mas mais do que isso, também por experiência própria, já não considero viável.

D. Fátima: Não, não! É o que nós falamos: o máximo, eu acho que entre quatro e seis. Para uma altura de, sei lá, quinze dias, as pessoas também não é por aí que a coisa... Agora, mais do que isso, não. E é o maior problema, é o que nós nos temos batido: é por melhores condições de área social, porque está muito, muito, muito deteriorada a área social. E depois esses camaratas, esses cardenhos, essas coisas antigas que já chamaram... não, o meu marido não gosta que lhes chamem cardenhos.

ALC: Não? Porquê? Antigamente tinha um sentido mais pejorativo, não era?

D. Fátima: Pronto. É assim: nós, aqui há o quê? Há vinte anos, se calhar a empresa era das melhores. As pessoas que vinham para aqui, nas vindimas, há quinze e vinte anos... mas mais para os vinte do que para os quinze. As pessoas que chegavam aqui, ficavam maravilhadas. Pois, comparativamente, com as outras empresas — que é a maior parte das outras — eu vivo nisto já há trinta e oito anos, sempre foi o meu trabalho. E a gente ouvia aquelas pessoas falar, quando chegavam cá, que tinham uma cama, com lençóis, onde fazíamos a limpeza todos os dias. Todos os dias fazíamos. Tinha mulheres para fazer as camas, para limpar as casas, para limpar tudo. Fazem limpeza diária e fazem as camas. Apesar de serem essas as condições, de dormirem juntos, todos os dias há mulheres a fazer a limpeza. E quando eles chegavam aqui, muitos, coitados, ficavam... não queriam acreditar. A maior parte das outras empresas dormiam em colchões de palha, onde tinham que levar roupa ou até um cobertor, só para se taparem. Mais nada.

ALC: E sabe há quanto tempo?

D. Fátima: Por volta de 20 anos.

ALC: Há 20 anos?

D. Fátima: Sim, por volta de 20 anos. Ainda havia muita quinta assim. Muitas mesmo. As pessoas chegavam aqui e ficavam admiradas. A empresa pode não ter uma boa área social, mas roupa tem. Aliás, na minha área, eu preciso de lençóis e toalhas. As toalhas só damos aos empregados da casa, os trabalhadores trazem as suas. Mas roupa de cama somos nós que pomos. Eu é que giro isso. Quando vejo que os lençóis estão a ficar estragados e preciso de lençóis, basta pedir. Na altura das compras do ano, em junho ou julho, eu digo à Adriana: “Adriana, preciso de 20 lençóis, preciso de 10 colchas, preciso de 10 cobertores”. E eles compram o que eu pedi. Essa dificuldade não temos. Até hoje não temos, amanhã não sei.

ALC: Os cobertores de palha é exatamente a ideia que eu tenho do que eu li sobre os cardenhos.

D. Fátima: Mas chamavam-lhe os “esfergões”. Como é que era? Não era “esfergões”. Aquilo tinha outro nome. Não era “esfergões”, era parecido... pronto. Mas eram aqueles colchões, o colchão de palha. E muitos nem eram colchão de palha. Era só... nem tinha pano a tapar a palha. Era mesmo só palha. A palha triga, aquelas coisas. A pessoa deitava-se em cima da palha. E se queriam cobrir-se tinham que trazer um cobertor, porque não tinham. Isso há 20 anos, é verdade. Houve muita gente que chegava aqui e dizia que dormia em quintas assim. Dormiam em taipas, porque não havia camas. Eram taipas. Taipas, aqueles sobrados... não é taipas? Chamam-se taipas, não é? Onde punham a palha e as pessoas dormiam ali. Um lado para os homens e o outro para as mulheres. Dormiam ali. Aqui não. Aqui dormem no mesmo sítio, 15 ou 20 pessoas, mas cada um tem a sua cama. E também temos outra coisa que mudámos, que antes não era assim: os chuveiros eram abertos. Eram cinco ou seis chuveiros, tudo aberto. Quem estivesse a tomar banho, via-se umas às outras. Agora não. Taparam já há uns cinco ou seis anos. Puseram chuveiros individuais, para cada um estar à vontade.

ALC: Mas homens e mulheres divididos?

D. Fátima: Sim, isso sempre. Isso foi sempre, isso desde sempre. Há um dormitório para os homens e há um dormitório para as mulheres.

ALC: Pois, então, por exemplo, esse dormitório de 28...

D. Fátima: Eram só homens. Só homens. O outro era de 20, eram só mulheres. Isso não dormiam juntos. Não, isso não... Era dormitório para homens, era dormitório para mulheres. Isso sempre.

ALC: Na proposta do projeto que eu apresentei, de forma a

maximizar o espaço da casa de banho... Pronto, desenhamos a casa de banho onde uma pessoa tem a retrete... Aliás, tem o que nós chamamos de uma célula. Ou seja, uma pessoa abre a porta, tem lá a retrete e ninguém tem que ver nada. Um espaço privado. E depois também tem uma célula de banho. Ou seja, uma pessoa abre a porta e tem o seu mundo individual. Toma banho, veste-se e tudo lá.

D. Fátima: Mas nós aqui já temos isso.

ALC: Aqui, mas está dividido entre homem e mulher.

D. Fátima: Sim. Aqui, entre homem e mulher.

ALC: Pronto, na minha proposta é... o espaço comum de casas de banho, sempre para homens e sempre para mulheres. É igual para toda a gente. Mas quando uma pessoa entra na zona de banho, que é onde precisa de mais privacidade, se despe e tudo... Sim, sim. A mim até me faz... Eu joguei rugby toda a minha vida e, no início, fazia-me muita confusão, porque uma pessoa despia-se em frente dos outros. Isto com homens. E agora com mulheres? Impensável. Mas ao mesmo tempo, se existir a possibilidade de haver essa célula — um espaço com um banquinho, para pendurar as coisas, vestir-se, tomar banho e sair — já é diferente.

D. Fátima: Com certeza que é muito mais confortável, não tem nada a ver.

ALC: É possível e é possível também, ou seja, que esse espaço possa ser o mesmo para homem e para mulher. Aqui, a casa de banho é unisexo, não é?

D. Fátima: Sim, sim. É unissexo. Por exemplo, nós temos aqui, mesmo agora durante o ano, a casa de banho aberta. Os dormitórios não estão. Agora só temos um dormitório, um cardenho; o outro está feito em lavandaria. E mesmo agora, nos três meses, as pessoas vão antes para a Terra Feita, porque têm mais espaço. Ficam quatro ou cinco em cada sítio e não precisam de estar mais. Mas aqui temos a casa de banho aberta diariamente, para homem e mulher. Tem sanita individual, lavatório individual, tem que ser. É para os dois sexos. Claro que, quando é dormitório, não: os dormitórios são separados. Um só para mulheres, no outro só homens.

ALC: Mas tem conhecimento de cardenhos antigos que há à volta? Ou seja, os cardenhos que o seu marido pôs na cabeça... O que nós temos não são aqueles cardenhos, são estes cardenhos que...

D. Fátima: Nós já tivemos, mas agora não temos. Nem tenho conhecimento. Mas o edifício ainda existe, não é? Está melhorado: levou um teto novo, taparam as portas que

eram daquele lado. Ali eram os cardenhos. Se quiser posso mostrar. Mas antigamente aquilo era... quando eu vim para aqui eram cardenhos, praticamente.

ALC: Exatamente. Ficava-se num espaço assim aberto. Era um edifício aberto, não era?

D. Fátima: Agora não. Agora é tudo fechado.

ALC: E gostava imenso de lhe perguntar se tem alguma documentação ou informação sobre a Quinta, ou sobre a vivência da Quinta. Fotografias, desenhos, coisas da Quinta, coisas do passado da Quinta. Eu perguntei à Adriana lá em baixo.

D. Fátima: Nós aqui não temos.

ALC: Para perceber como é que se vivia.

D. Fátima: Nós aqui não temos nada.

ALC: Que pena.

D. Fátima: Não, por acaso não. Não, não tenho.

ALC: Mas depois na altura também não se devia tirar assim muitas fotografias?

D. Fátima: Não, pois na altura nem... Que susto. Opa! É o meu filho mais velho.

ALC: Ah é?

D. Fátima: Na altura também nem havia telemóvel, nem nada. A gente não tirava fotografias. Não temos. Onde ainda há algumas fotografias — que eu sei que a empresa tem, fotografias reais da empresa — é na Quinta de Vargellas. A Quinta de Vargellas tem. Até tem lá noutras instalações, numa sala tipo bar. É mesmo um bar, e têm lá várias fotografias antigas. Conforme os anos foram passando, foram guardando. Vargellas tem, nós aqui não.

ALC: Lá têm porquê?

D. Fátima: Porque era também a casa dos patrões, não é? Onde é a Quinta dos Patrões, onde eles viviam e tiravam muitas fotografias, com aquelas visitas, com aquelas coisas todas. E, então, acabaram por fazer vários quadros e têm exposto. Vargellas tem, nós aqui não, não temos nada.

ALC: Eu pergunto-lhe isto das fotografias, não é só para perceber por curiosidade própria. Mas também porque tenho que contrapor o que eu estou a projetar, ou seja, uma realidade ideal para quem trabalha. E tenho que apresentar a realidade passada.

D. Fátima: Certo. Compreendo.

ALC: Já encontrei uma outra fotografia, assim, de Cardenhos. Não fazem parte da empresa, mas de outras aqui à volta. Mas nenhuma mostra o interior, sabe? Mostra a casa, mas teria outro valor se mostrasse como é que os trabalhadores daqui viviam.

D. Fátima: Pois. Mas não temos, não. Isso não está mal.

ALC: Pronto, eu acho que, no geral, falta só uma coisa. Mas isto não tem tanto a ver com a Quinta, tem mais a ver com o que se ouve dizer. Há bocado estávamos a falar da vizinhança dos novos trabalhadores, quer venham de religiões ou culturas diferentes. Fora da realidade da Quinta, ou daqui de Vale de Mendiz, o que é que se ouve falar no Douro sobre esta nova vaga de emigração, de pessoas que vêm trabalhar para cá? Ouve-se falar alguma coisa?

D. Fátima: É sim, vai-se falando, ouve-se. E cada vez mais temos mais disso. Dia menos dia, isso está a acontecer em várias empresas. Nós aqui ainda não tivemos, mas em Vargellas e lá em baixo, na Roêda, já tiveram casais de várias “raças” a trabalhar e a viver na própria Quinta. Vem um casal, dão-lhe casa, dão-lhe uma área para trabalharem, e ficam lá. Em Vargellas já fizeram isso muitas vezes, e também com brasileiros...

ALC: Dão uma área, ou seja, de vinha?

D. Fátima: Sim, eles têm que fazer aquele trabalho, sempre. Eles têm lá, como o meu marido aqui. Nós aqui não temos, mas em Vargellas e na Roêda, que têm outros responsáveis como o meu marido, são eles os responsáveis e as pessoas estão lá. Já tiveram casais de várias raças: brasileiros, nepaleses, mais brasileiros até. E agora vê-se em todo o lado, com a falta de mão de obra, que são pessoas estrangeiras. Portugal é o que é, nós sabemos, mas a área agrícola é dura. No inverno está frio, anda-se à chuva, no verão temperaturas altíssimas. E ainda há muita gente que pensa que trabalhar na área agrícola é vergonha, que é só para burros. Não. Eu não acho que as pessoas devam pensar assim, mas o certo é que ainda pensam: só vem para a área agrícola quem é burro, quem não estuda, quem não tem mais nada. Eu, por acaso, tenho aqui duas moças. Uma não veio trabalhar porque está de férias, mas a outra está aí. Elas podiam estar em restaurantes, onde também há falta de pessoal, e andarem sempre a saltar de uns lados para os outros. Mas preferem trabalhar na vinha. Sabem que trabalham, mas chegam à sexta-feira de desprego e só voltam na segunda. Têm o fim de semana livre e a partir das cinco horas estão em casa. No inverno começam às sete, para saírem às cinco menos

um quarto e irem para casa sossegadinhas. No verão entram às seis ou seis e meia, para apanharem mais fresco, e ao fim do dia também vão embora e têm sempre o fim de semana livre. Temos essa mentalidade aqui. São jovens, uma tem quarenta e tal, a outra quarenta e cinco anos. E na Quinta do Junco também há senhoras que preferem trabalhar na área agrícola porque sabem que chegam ao fim da semana e têm o fim de semana livre. Mas também há muitos que não querem, por preconceito. Só vêm trabalhar para a área agrícola quando não têm outra escolha.

ALC: Dona Fátima, eu acho que isso é pura e simplesmente uma geração sacrificada, é o que está a acontecer agora. Antigamente talvez tivesse alguma ligação, mas hoje em dia não há razão de ser, é preconceito. Esta geração, ou duas gerações, são sacrificadas no sentido de que vão ter que passar por este preconceito. Queiram trabalhar ou não, vai haver preconceito. Mas eu acredito que no futuro isso vai voltar ao normal.

D. Fátima: Sim, eu também, e espero bem que sim. E o que é que são 20, 30, 40 anos? Na realidade já se produz vinho há 300, 400 anos no Douro. O que é que são 30, 40 anos de mudança social numa história assim tão grande? Agora estamos... não sei...

ALC: Também os ritmos das pessoas mudaram, com a globalização, com tudo. As coisas mudam.

D. Fátima: Mudam, é verdade, estão sempre a mudar. Mas também muita gente não vem trabalhar por causa desses subsídios de rendimento mínimo. Não é por mais 100 euros, ou se calhar nem tanto, que querem sair desses rendimentos mínimos para vir trabalhar. E cada vez há mais casos assim. Não é que não haja pessoas para trabalhar, porque há muita gente. Mas não vêm, não querem perder os rendimentos. E pronto, acabou-se. Não estão para vir trabalhar para ganhar mais 100 euros. Não é toda a gente, mas eu conheço pessoas aqui pertinho, na aldeia de cima, de onde o meu marido é, embora nunca lá tenha vivido praticamente.

ALC: Os subsídios quase que deviam ir para as empresas para poder financiar, talvez aumentar um bocadinho os salários.

D. Fátima: Os salários... aí isto eu concordo muito bem.

ALC: Assim o trabalho fica feito, e depois as próprias pessoas recebem salários maiores. Assim até podem dispensar esse dinheiro nas vilas e aldeias.

D. Fátima: Agora cada vez mais, e a gente vê aqui à nossa volta, há muita gente, e pessoas jovens, novas, que ganham rendimentos mínimos. Eles vão tomar o cafézinho, eles têm melhor vida que nós, não é? Porque dão-lhes uma casa, não têm que se preocupar em pagar casa. A comida não falta, porque ainda vão aos centros sociais que lhes dão a

comida. E tu... eu estou a tratar-te por tu, desculpa. É assim, você ou eu não podemos ir tomar, para termos uma vida muito boa, não vamos tomar pequeno-almoço todos os dias a um café ou a um restaurante, porque fica caro. E as pessoas vão, porque também não têm mais nada para... O pequeno-almoço vão tomar ao café porque têm esse dinheiro, e o almoço e o jantar vão ao centro do dia e dão-lhes a comidinha feita. E muitas vezes não temos pessoal porque ainda vivemos assim neste mundo. É triste, mas é a realidade. Aqui na nossa zona vê-se muita gente assim.

ALC: Pois, não sabia, desconhecia.

D. Fátima: Mas há, ainda há muita gente que está nos rendimentos mínimos e acabou-se. Agora, quem é que pode mudar isso? Na minha casa, por exemplo, eu tenho uma coisa que sei que, por um lado, faço e se calhar não estarei certa, mas, por outro, incomodou-me um bocadinho. Há uns dez anos, mais ou menos, o meu marido fez parte da Junta. Ele nunca gostou de política, mas tanto apertaram que ele aceitou. Fez um mandato. Depois desistiu, não quis mais. Mas nessa altura fiquei a saber de muitas coisas. Então, uma vez veio para uns cabazes, não é? Fazia-se aqueles cabazes. E até me deram. E iam dar cabazes a pessoas que não tinham necessidade nenhuma, que tinham boas reformas, casas arrendadas, uma vida boa, e estavam a receber cabazes.

ALC: Mas isso é à portuguesa. O português vai tentar...

D. Fátima: Aquilo incomodou-me tanto, tanto, que eu nunca mais dei nada. Nunca mais dei nada.

ALC: A pessoa fica a pensar que deu a quem já tem, não é? A quem já tem.

D. Fátima: Às vezes o meu marido, principalmente nessas alturas de festa, de Natal, em que a gente fica sempre mais sentimental, vê estas pobreza... infelizmente ainda há muita gente a passar fome. E vê-se muita gente, infelizmente, com drogas, a arrumar carros. E eu, às vezes, sou bem impedida, não consigo dizer que não. E o meu marido às vezes diz: “Então, mas tu estás a dar a esse fulano, que sabes que o vai derreter já para ir comprar um charro, para ir comprar droga? E quando é para dar um quilo de massa, ou de arroz, ou quando fazem campanhas, tu não dás”. E eu respondo ao meu marido. Ele fica fulano, mas eu digo: ele é bom a pensar, mas eu não estou a dar a esta pessoa pelo que vai fazer. Sou eu que lhe quero dar. Se o vai gastar em tabaco, se é na droga, se é no vinho, é com ele. Enquanto eu, quando dou um quilo de arroz, ou de massa, ou enlatados, não sei onde vai parar. Porque, infelizmente, pela experiência que já tive, vi que muitas vezes vai parar a gente que não precisa, que até tem melhores posses do que eu.

ALC: Sim, mas a maioria são as pessoas que precisam.

D. Fátima: Sim, sem dúvida alguma. Não posso subir... se podes... isto é a minha filha. Mas, infelizmente, é uma verdade. Aquilo vai e espera-se que vá para o bem. No ano

passado dei aos miúdos, porque eram aqui meus vizinhos, diziam que eles precisavam, e eu não tive coragem de lhes dizer que não. Fui lá dentro, fiz as minhas compras e dei-lhes um saquinho. Porque foi a eles, senão não dava. Eu fiquei tão revoltada naquela altura... porque foi para muita gente que não tinha necessidade nenhuma. Nenhuma. Os cabazes que eu vi dar eram para pessoas que tinham melhores posses do que eu. E eu fiquei tão revoltada que pensei: nunca mais devia dar. Mas pronto, isso é um à parte.

ALC: Por acaso, a minha mãe e eu temos um bocadinho essa filosofia. Essas pessoas — normalmente homens — estão mais dependentes de drogas e tudo. Ser direto... por acaso, eu nunca dei dinheiro. Dei o meu tempo e fui comprar para essas pessoas algo para comerem. Acho que isso é a única maneira.

D. Fátima: Ah, isso eu também faço. Muitas vezes estão a pedir porque querem comer isto ou aquilo. Olha, a minha filha... ela até tem muita coisa. Ela diz: “Eu também quero comer”. Mesmo crianças às vezes... “Queres? Anda comigo que eu compro-te a comida de adulto”. Pronto, isso sim, isso faço. E eu também faço. Mas comprar coisas e dar assim, não dou. Prefiro, às vezes, quando há essas publicações para transferir dinheiro e ajudar. Aí faço. Agora, assim, não. Fiquei tão chocada naquela altura, tão magoada, tão triste, que nunca mais consegui dar.

ALC: Pois, imagino.

D. Fátima: Não, fiquei triste porque eu vi que, afinal, as coisas não vão para as pessoas necessitadas. Não quer dizer que não chegue lá alguma coisa, que deve chegar. Espero eu. Mas a maior parte não chega. Vai para pessoas que não têm necessidades. E então eu não dou.

ALC: Está bem. Pronto. Acho que não tenho mais nenhuma questão para fazer. Penso vir cá, talvez, daqui a um mês.

D. Fátima: Mas quando quiser vir, esteja à vontade.

ALC: Obrigado. Obrigado também por este tempo dispensado para mim.

D. Fátima: Oh, de nada.

ALC: Foi, sim, uma grande ajuda.

